



PLANO BÁSICO AMBIENTAL PORTO SUL

ELABORAÇÃO DO PLANO BÁSICO AMBIENTAL DO
PORTO SUL E DOS ESTUDOS COMPLEMENTARES
NECESSÁRIOS À SOLICITAÇÃO DA SUA LICENÇA
DE IMPLANTAÇÃO

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

PORTO SUL

PROGRAMA BÁSICO AMBIENTAL - PBA

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Abril de 2014

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	3
1. INTRODUÇÃO	4
1.1. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO	5
1.2. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA E SUBPROGRAMAS	7
1.3. JUSTIFICATIVA	9
2. OBJETIVO GERAL	13
3. SUBPROGRAMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM TRABALHADORES.....	14
3.1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	14
3.2. METAS	15
3.3. METODOLOGIA.....	17
3.4. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	22
3.5. CRONOGRAMA FÍSICO	26
3.6. INTERRELAÇÃO COM OUTROS PROGRAMAS.....	27
3.7. EQUIPE TÉCNICA	27
4. SUBPROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL comunitária.....	28
4.1. SUJEITOS PRIORITÁRIOS DA AÇÃO E O RECORTE ESPACIAL.....	29
4.2. DESCRIÇÃO DOS SUJEITOS E SUAS COMUNIDADES	30
4.3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO SUBPROGRAMA.....	31
4.4. METAS	32
4.5. METODOLOGIA.....	34
4.5.1. <u>Descrição das atividades</u>	38
4.5.2. <u>Produção de Material Didático-Pedagógico</u>	45
4.6. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	45
4.7. CRONOGRAMA FÍSICO	50
4.8. INTERRELAÇÃO COM OUTROS PROGRAMAS.....	51
4.9. EQUIPE TÉCNICA	52
5. MEDIDAS ASSOCIADAS AO PROGRAMA	52
6. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROGRAMA.....	53
7. RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO SUBPROGRAMA.....	53
8. REFERÊNCIAS	53

ANEXOS

- Anexo 1 - Relatório das oficinas de planejamento estratégico interativo educação ambiental e comunicação e interação social. (Comunidades de Pesca da Área de Entorno do Empreendimento – AEE)
- Anexo 2 - Cadastro Técnico Federal – CTF IBAMA

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1 -	Localização do Porto Sul.....	5
Figura 1.2 -	Empreendimento Objeto de Licença de Implantação	6
Figura 1.3 -	Esquema teórico-metodológico do Programa de Educação Ambiental do Porto Sul	9

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.1 -	Impactos do empreendimento, segundo Hydros (2012)	11
Quadro 3.1 -	Matriz Lógica do Programa de Educação Ambiental com Trabalhadores	16
Quadro 3.2 -	Principais processos a serem contemplados pelo PEAT	18
Quadro 3.3 -	Legislação Federal Aplicável ao Subprograma de Educação Ambiental para os trabalhadores.....	23
Quadro 3.4 -	Legislação Estadual Aplicável ao Subprograma de Educação Ambiental para os trabalhadores.....	24
Quadro 3.5 -	Legislação Municipal Aplicável ao Subprograma de Educação Ambiental para os trabalhadores.....	25
Quadro 3.6 -	Cronograma Físico de Execução do Subprograma de EA para os trabalhadores – Fase de Implantação e Operação do Empreendimento	26
Quadro 3.7 -	Síntese da interrelação do PEAT com outros programas.	27
Quadro 3.8 -	Equipe Técnica do Subprograma de Educação ambiental para trabalhadores	28
Quadro 4.1 -	Matriz lógica do PEACom.....	32
Quadro 4.2 -	Legislação Federal Aplicável ao Subprograma de Educação Ambiental Comunitária.....	46
Quadro 4.3 -	Legislação Estadual Aplicável ao Subprograma de Educação Ambiental Comunitária.....	48
Quadro 4.4 -	Legislação Municipal Aplicável ao Subprograma de Educação Ambiental Comunitária.....	49
Quadro 4.5 -	Cronograma Físico de Execução do Subprograma de Educação Comunitária – Fase 1	50
Quadro 4.6 -	Principais Interações do Subprograma de Educação Ambiental Comunitária com outros PBAs.....	51
Quadro 4.7 -	Equipe Técnica do Subprograma de Educação ambiental comunitária	52

APRESENTAÇÃO

Os Programas que constituem o Plano Básico Ambiental – PBA do Porto Sul são apresentados em conformidade com a Licença Prévia Ibama nº. 447/2012. São abordados, no âmbito do PBA, 38 Programas listados a seguir:

- 1 Programa Ambiental para a Construção
- 2 Programa Compensatório de Plantio
- 3 Programa de Adequação da Infraestrutura das Comunidades do Entorno do Empreendimento
- 4 Programa de Afugentamento e Resgate da Fauna Terrestre
- 5 Programa de Apoio à Contratação e Mão de Obra Local
- 6 Programa de Apoio ao Empreendedorismo
- 7 Programa de Auditoria Ambiental
- 8 Programa de Capacitação da Mão de Obra Local
- 9 Programa de Compensação Ambiental
- 10 Programa de Compensação da Atividade Pesqueira
- 11 Programa de Comunicação e Interação Social
- 12 Programa de Controle de Erosão e Assoreamento
- 13 Programa de Educação Ambiental**
- 14 Programa de Emergência Individual (PEI)
- 15 Programa de Gerenciamento de Efluentes
- 16 Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS)
- 17 Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR)
- 18 Programa de Gestão Ambiental (PGA)
- 19 Programa de Gestão e Monitoramento da Linha de Costa
- 20 Programa de Implantação dos Sistemas Locais de Habitação e Planos Locais de Habitação
- 21 Programa de Mitigação das Interferências no Sistema Viário
- 22 Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira
- 23 Programa de Monitoramento da Batimetria
- 24 Programa de Monitoramento da Biota Aquática
- 25 Programa de Monitoramento da Fauna Terrestre
- 26 Programa de Monitoramento da Qualidade do Ar
- 27 Programa de Monitoramento das Águas e Sedimentos
- 28 Programa de Monitoramento de Flora
- 29 Programa de Monitoramento de Ruídos e Vibrações
- 30 Programa de Prevenção à Exploração Sexual
- 31 Programa de Prospecção e Resgate Arqueológico e Educação Patrimonial
- 32 Programa de Reassentamento e Desapropriação
- 33 Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD)
- 34 Programa de Reorientação da Atividade Turística no Litoral Norte
- 35 Programa de Reposição da Vegetação de Nascentes, Matas Ciliares e Manguezais
- 36 Programa de Resgate de Flora
- 37 Programa de Valorização da Cultura
- 38 Programa de Verificação e Gerenciamento da Água de Lastro dos Navios

1. INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental deve ser um processo que consista em propiciar as pessoas compreensão crítica e global do meio ambiente, para que possam desenvolver atitudes que lhes permitam adotar posição crítica e participativa a respeito das questões relacionadas à utilização dos recursos naturais, visando à melhoria da qualidade de vida. O processo de construção de saberes por meio da E.A. é considerado como: multidisciplinar na estrutura, interdisciplinar na linguagem e transdisciplinar na ação.

A Educação Ambiental trata educando e educador como agentes transformadores da sociedade, que se abre para os problemas socioambientais da comunidade, trazendo uma pedagogia que orienta a educação com práticas e induzindo transformações do conhecimento a partir de uma nova percepção das relações entre processos ecológicos, econômicos e sociais. Os processos educativos devem focar a conscientização a construção de conhecimentos a promoção de valores e hábitos, o desenvolvimento de habilidades, a orientação para a tomada de decisões e a busca de soluções para problemas ambientais. Trata-se, conseqüentemente, de um processo educativo a ser realizado com a comunidade, e não para a comunidade.

O Programa de Educação Ambiental – PEA foi previsto no Projeto Básico Ambiental do empreendimento denominado Porto Sul, apresentado no Apêndice 18 dos estudos complementares ao EIA/RIMA, referendado pela Licença Prévia nº 447/12. Os benefícios estratégicos do Programa de Educação Ambiental trazem consigo a boa posição do empreendimento do ponto de vista institucional, aumento da produtividade, alto comprometimento do quadro funcional, melhoria nas relações de trabalho, melhoria na criatividade para novos desafios, melhoria nas relações com os órgãos governamentais, comunidade e grupos ambientalistas, acesso assegurado ao mercado externo e melhor adequação aos padrões ambientais.

A elaboração do Programa fundamenta-se em princípios orientados pela Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) – Lei federal nº 9795/1999, e pela Política Estadual de Educação Ambiental (PEEA) – Lei Federal nº 12.056/2011, que direcionam as políticas públicas para uma construção coletiva de conhecimentos que levem a população a mudanças de hábitos e valores que possibilitem uma adequada convivência com o meio e principalmente com uso racional dos ambientes naturais. A PNEA prioriza a criação e ampliação de espaços coletivos nos diversos segmentos da sociedade, nos princípios do desenvolvimento local sustentável, na ampliação do capital social e nos princípios e diretrizes da Agenda 21 global.

As atividades do **PEA do Porto Sul** serão baseadas na abordagem sistêmica, que possibilita olhar a realidade como um todo, considerando a complexidade e instabilidade de seus contextos, das relações que estabelece no meio social as intersubjetividades que permeiam o contexto. Dessa forma, a abordagem sistêmica favorece e estimula a participação coletiva, democrática e horizontal no processo de construção das relações e no despertar das potencialidades locais, individuais e coletivas.

1.1. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

O Porto Sul é um empreendimento concebido no Planejamento Estratégico do Estado da Bahia e corresponde ao Porto ligado à Ferrovia de Integração Oeste-Leste no Oceano Atlântico. Esta Ferrovia articula este porto marítimo com as regiões produtivas do oeste da Bahia e o Brasil Central. Seus objetivos estruturantes são:

- Reverter o processo de concentração da economia estadual na RMS;
- Reinsere o Estado no mercado nacional e global;
- Rearticular o Estado com seu próprio território;
- Reverter a atual dinâmica de decadência econômica vivida pela região a partir da crise do cacau.

O empreendimento se localiza na Costa Leste do Brasil, no litoral norte do município de Ilhéus-BA, entre as localidades de Aratuá e Sambaituba, nas proximidades com o rio Almada. A **Figura 1.1** mostra a localização do empreendimento.

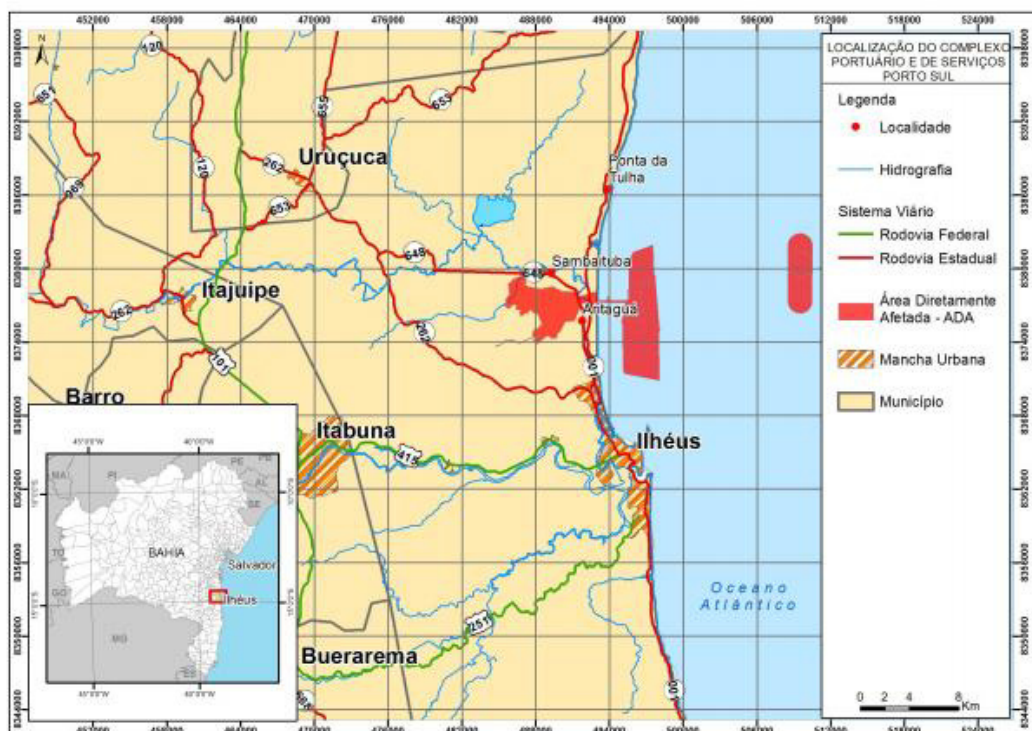


Figura 1.1 - Localização do Porto Sul

Diversos estudos foram realizados durante o processo de obtenção de Licença Prévia. Todos estes estudos foram realizados ponderando de forma integrada as repercussões da implantação e operação do Porto Sul, que inclui um Porto Público e o Terminal Privado da Bahia Mineração. Este processo culminou com a emissão da Licença Prévia nº. 447/12 por parte do IBAMA, em 14 de novembro de 2012.

Nesta nova etapa do processo do licenciamento (Licença de Implantação) estão sendo consideradas as seguintes estruturas para funcionamento geral do Porto e do Terminal Privado da BAMIN:

- acessos rodoviários e ferroviários ao porto, áreas comuns ao Porto Público e a BAMIN;
- parte dos acessos rodoviários e ferroviários internos ao Porto Público;
- seções da ponte marítima para atendimento ao terminal da BAMIN e do Porto Público;
- parte do quebra-mar para atendimento ao terminal da BAMIN e do Porto Público;
- berço para embarque de minério e dois berços para graneis associados ao Porto Público;
- berço para embarque do minério da BAMIN;
- dragagem associada ao canal de acesso e ao lado norte do quebra-mar;
- corredor central de serviços;
- estacionamento de caminhões;
- aduana;
- estações de tratamento de água e efluentes líquidos e central de resíduos;
- pedreira;
- pier provisório;
- canteiros de obras; e
- estrutura retroportuária e *offshore* do terminal da BAMIN.

A **Figura 1.2** mostra em verde a área objeto da Licença de Implantação.

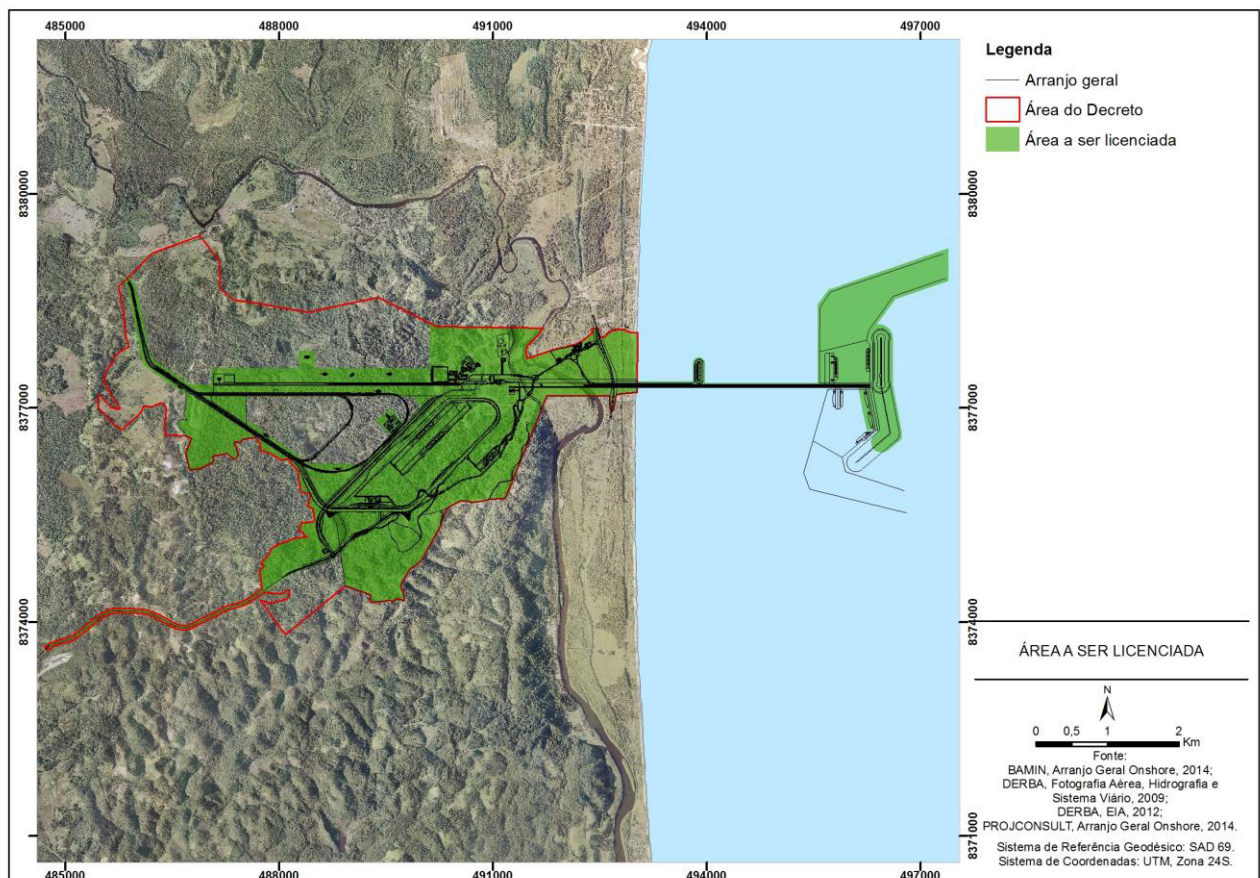


Figura 1.2 - Empreendimento Objeto de Licença de Implantação

Estas estruturas estão detalhadas no Volume 1 deste documento, que apresenta o projeto ora em Licenciamento de Implantação.

Todas as demais estruturas, associadas à operação das cargas a serem movimentadas pelo Porto Público, consideradas no processo das Licença Prévia, deverão ser objeto de licenciamento específico.

A área do empreendimento contará ainda com aproximadamente 1.800 ha destinados a Área de Preservação Ambiental que se localizará entre a Lagoa Encantada e a praia. Essa área é destinada à preservação, visa o pleno atendimento da perspectiva ambiental segundo os novos parâmetros de competitividade exigidos no mercado internacional.

O objetivo é que o Porto Sul se consolide como um empreendimento competitivo, sustentável e promotor do desenvolvimento, de forma a se harmonizar com o contexto regional.

1.2. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA E SUBPROGRAMAS

O Programa de Educação Ambiental compreende um conjunto de projetos e ações continuados que visam conscientizar, informar e educar os trabalhadores envolvidos com o empreendimento e as comunidades na área de entorno do empreendimento abordando temas referentes às questões ambientais e de conservação dos ecossistemas, bem como aqueles que tratam da diversidade social e cultural local.

O Programa em questão tem como referência os resultados do Estudo de Impacto Ambiental e seus estudos complementares, a partir do qual as localidades do entorno do empreendimento foram caracterizadas em suas dimensões ecológica, ambiental, socioeconômica, cultural, política e jurídica e o empreendimento foi caracterizado em seus processos, impactos e medidas mitigadoras e compensatórias, com vistas às fases de pré-implantação, implantação e operação.

A presença do Empreendimento Porto Sul aponta para uma nova perspectiva de desenvolvimento da economia local, considerando a valorização da mão de obra local nas fases de implantação e operação do Empreendimento, e o grande contingente de operários em ambas as fases. Ressalta-se a necessidade do Programa de Educação Ambiental dos Trabalhadores, incluindo tanto o setor operacional, quanto o gerencial do Empreendimento. Os estudos demonstraram e justificam a necessidade de desenvolver com os trabalhadores ligados ao empreendimento um Programa de Educação Ambiental que os mobilize para a importância dos cuidados ambientais, tanto para com o ambiente organizacional e junto às atividades desenvolvidas no Empreendimento, como para com o ambiente local e regional, onde estão os ecossistemas e as comunidades.

Cabe destacar, que o referido programa deverá seguir as deliberações estabelecidas pela as normas técnicas produzidas como: Orientações Pedagógicas do IBAMA para elaboração e implementação de Programas de Educação Ambiental no licenciamento de atividades de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural; Nota Técnica nº 39/2011 -

COPAH/CGTMO/DILIC/IBAMA - Orientações para o estabelecimento do Programa de Educação Ambiental no âmbito do licenciamento ambiental e a Instrução Normativa IBAMA 02/27/03/2012 – Estabelece as bases técnicas para programas de educação ambiental apresentadas como medidas mitigadoras ou compensatórias, em cumprimento às condicionantes das licenças ambientais emitidas pelo IBAMA.

O PEA deverá ser desenvolvido nas fases de pré implantação, fase de implementação e fase de operação do empreendimento voltado para os públicos interno do empreendimento, ou seja, os trabalhadores da obra e o público externo, ou seja, as comunidades do entorno do empreendimento como: pescadores, marisqueiras, agricultores, indígenas e quilombolas. O PEA será desenvolvido através de dois Subprogramas divididos de acordo com o público alvo:

- **Subprograma 1 – Programa de Educação Ambiental com Trabalhadores (PEAT):** voltado para os trabalhadores envolvidos diretamente nas obras do empreendimento e demais trabalhadores que de forma indireta participam para a construção do empreendimento.
- **Subprograma 2 – Programa de Educação Ambiental para as Comunidades (PEAComunidades):** Voltado para as organizações comunitárias rurais de agricultores e de pescadores artesanais das localidades inseridas no entorno do empreendimento e as comunidades de remanescentes de quilombos e Comunidades Indígenas.

Cada Subprograma estabelece um conjunto ações projetadas e estruturadas com objetivos próprios, que se articulam a partir de um mesmo referencial teórico-metodológico para a promoção de processos educativos voltados ao desenvolvimento da gestão ambiental compartilhada de caráter regional (**Figura 1.3**).

O **PEA** Comunidades está projetado em duas fases. O plano de trabalho ora apresentado corresponde à primeira fase, construção da agenda socioambiental, e a segunda fase corresponde à estruturação de linhas de ação decorrentes. O PEAT, por sua vez, também, está projetado para trabalhar em duas fases, a primeira trata do período de instalação e a segunda do período de operação. O presente plano de trabalho apresenta o planejamento para a fase 1 dos dois subprogramas.

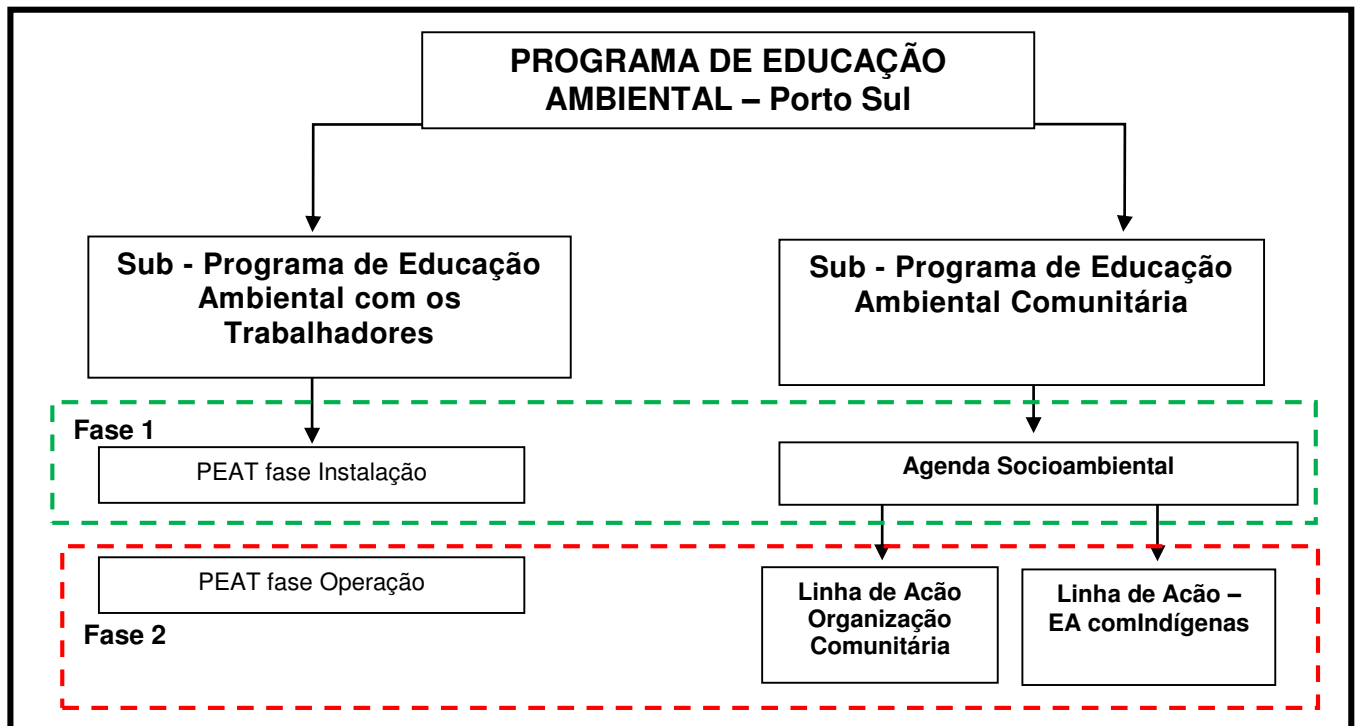


Figura 1.3 - Esquema teórico-metodológico do Programa de Educação Ambiental do Porto Sul

1.3. JUSTIFICATIVA

A implantação do empreendimento traz profundas mudanças no cenário do desenvolvimento do Estado da Bahia, o Programa de Educação Ambiental possibilita uma parceria do empreendedor com a sociedade civil de modo a garantir que as políticas, decisões e ações relativas às questões ambientais sejam efetivadas no sentido da justiça social e proteção ambiental. À Educação Ambiental cabe, então, o desafio de criar “condições efetivas para a participação dos diferentes segmentos sociais” (CONAMA, 1996).

Na região onde se localiza o empreendimento se identifica uma grande diversidade de ambientes naturais: praias, estuários, matas, cabucas, áreas úmidas e restingas, caracterizando-se por uma diversidade da flora e fauna nativas. Atualmente são observadas algumas situações críticas de degradação ambiental, tais como:

- Poluição Ambiental devido à falta de saneamento básico e às atividades agrícolas. Evidencia-se também uma grande carga de efluentes sem tratamento e uso indiscriminado de agrotóxicos;
- Processos erosivos devido ao uso inadequado do solo agrícola, aumentando o grau de assoreamento dos mananciais hídricos e a contaminação das águas;
- Desmatamentos irregulares e supressão das matas ciliares;
- A falta de coleta, tratamento e disposição final adequada dos resíduos sólidos tem ocasionado a degradação ambiental;
- Poluição das praias, rios e manguezais;
- Desconhecimento por parte da Comunidade Escolar e da comunidade em geral de informações e conhecimentos acerca da problemática ambiental, o que dificulta o entendimento e participação ativa na busca de soluções.

Por meio do Estudo de Impacto Ambiental realizado foram identificados, caracterizados e valorados os impactos ambientais decorrentes das atividades a serem realizadas no Porto Sul. Os impactos foram avaliados levando em consideração a fase de implantação e a fase de operação do projeto. No meio socioeconômico foram identificados 31 impactos, dos quais 19 foram negativos e 12 foram positivos. O **Quadro 1.1** contém os impactos em cada fase do empreendimento.

Os impactos não mitigáveis observados incluíram a interferência com a atividade pesqueira na fase de implantação, as interferências com as comunidades pesqueiras na etapa de operação. O Programa de Educação ambiental deve auxiliar a preparação da sociedade para a recepção destas novas dinâmicas locais.

Acredita-se que seja possível colher resultados positivos no que diz respeito à melhoria das condições de vida das comunidades, e a manutenção das atividades tradicionais (inclusive pesca) com suas características e seus valores culturais. Por outro lado, a implantação de um empreendimento deste porte, em espaços físicos utilizados para atividades agrícolas e de pesca artesanal, não pode ser feita de forma “atropelada”, sem a participação dos atores locais, pois, esta intervenção poderá expor as comunidades a um processo de desagregação social.

O escopo de atividades do Programa de Educação Ambiental foi definido considerando os principais impactos citados no **Quadro 1.1**, para que as comunidades potencialmente atingidas pelo empreendimento tenham a capacidade de superar este novo cenário formado, a fim de valorizar os benefícios do empreendimento, mas também atuar na preservação dos ecossistemas.

Acrescenta-se que a política de educação ambiental deve também ter sua implementação incentivada no âmbito empresarial por meio de “ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente”, conforme Art. 13º da Lei Federal 9795/1999.

Quadro 1.1 - Impactos do empreendimento, segundo Hydros (2012)

Impactos previstos no meio – físico durante a fase de implantação do empreendimento:
• Alteração da hidrodinâmica do trecho do rio Almada;
• Alteração da qualidade das águas superficiais de mananciais continentais
• Alteração da qualidade das águas subterrâneas
• Aumento temporário dos níveis de material particulado em mananciais continentais
• Aumento temporário dos níveis de material particulado no meio marinho
• Risco de desenvolvimento de processos erosivos e deslizamento de terras
• Risco de assoreamento de mananciais
• Alteração da qualidade do ar
• Alteração do regime de transporte de sedimentos costeiros
• Compactação de solos com redução da permeabilidade
• Risco de remobilização de sedimentos contaminados
• Alteração na dinâmica hídrica
• Riscos de recalque e deformação dos terrenos do empreendimento
• Alteração local do microclima
• Aumento de ruídos e vibrações
Impactos previstos no meio – físico durante a fase de operação do empreendimento:
• Alterações da batimetria
• Alteração da qualidade das águas superficiais de mananciais continentais
• Alterações na qualidade dos sedimentos marinhos
• Alterações da qualidade do ar
• Alteração do regime de transporte de sedimentos costeiros
• Alteração na dinâmica hídrica
• Aumento temporário dos níveis de material particulado no meio marinho
• Risco de remobilização de sedimentos contaminados
• Risco de assoreamento de mananciais
• Alteração da qualidade das águas subterrâneas
• Aumento local das vazões máximas de cheias
• Aumento de ruídos e vibrações
Impactos previstos no meio – biótico durante a fase de implantação do empreendimento:
• Perda de cobertura vegetal
• Afugentamento da ictiofauna
• Mortandade de comunidades bentônicas marinhas
• Mortandade da fauna fossorial e juvenis da avifauna
• Mortandade de ictiofauna críptica e de baixa mobilidade
• Criação de novo habitat de fundo consolidado para a biota aquática (POSITIVO)
• Destruição de habitats da fauna terrestre
• Interferências em áreas de preservação permanente
• Interferências com o deslocamento da fauna
• Mortandade do bentos continental
• Afugentamento da fauna do entorno
• Risco de alteração das condições de suporte da biota aquática
• Perda de habitat marinho de fundo consolidado
• Risco de interferência com as comunidades pelágicas
• Possível interferência com a produtividade primária de mananciais
• Risco de atropelamento da fauna
• Risco de colisão com mamíferos marinhos
• Perda de habitats da ictiofauna continental

- Interferências temporárias com a movimentação de espécies estuarinas da ictiofauna
- Risco de interferências com a atividade reprodutiva de tartarugas
- Risco de interferências com o comportamento de cetáceos

Impactos previstos no meio – biótico durante a fase de operação do empreendimento:

- Risco de atropelamento da fauna
- Risco de colisão com mamíferos marinhos
- Risco de interferências com a atividade reprodutiva de tartarugas
- Risco de interferências com o comportamento de cetáceos
- Afugentamento da ictiofauna
- Alteração na distribuição da ictiofauna
- Aumento da biodiversidade marinha (POSITIVO)
- Alteração da qualidade do habitat de comunidades bentônicas
- Mortandade de ictiofauna críptica e de baixa mobilidade
- Mortandade de comunidades bentônicas marinhas
- Risco de interferência com as comunidades pelágicas
- Risco de alteração das condições de suporte da biota aquática
- Risco de alteração das condições de suporte da fauna terrestre
- Risco de contaminação da flora
- Risco de contaminação da ictiofauna demersal
- Risco de contaminação de comunidades bentônicas
- Possível introdução de espécies marinhas exóticas

Impactos previstos no meio – socioeconômico durante a fase de implementação do empreendimento:

- Alterações na paisagem
- Geração de empregos diretos na fase de implantação
- Geração de empregos indiretos na fase de implantação
- Aumento do desemprego ao final da fase de obras
- Alteração da capacidade de subsistência de famílias reassentadas
- Alteração de vínculos sociais de famílias reassentadas
- Aumento das demandas de infraestrutura e serviços nas comunidades do entorno do empreendimento.
- Geração de fluxos migratórios
- Aumento da arrecadação municipal, estadual e federal (POSITIVO)
- Aumento na geração de resíduos sólidos
- Interferências com a atividade pesqueira
- Perda de culturas
- Estímulo ao fortalecimento da agricultura familiar
- Interferência local com o turismo
- Aumento da especulação imobiliária no entorno do empreendimento
- Risco de interferências com o patrimônio arqueológico

Impactos previstos no meio – socioeconômico durante a fase de operação do empreendimento:

- Geração de empregos diretos na fase de operação(POSITIVO)
- Geração de empregos indiretos na fase de operação
- Geração de fluxos migratórios
- Aumento da arrecadação municipal, estadual e federal (POSITIVO)
- Interferência com o tráfego viário
- Aumento na geração de resíduos sólidos
- Interferências com a atividade pesqueira
- Alteração do comportamento e modo de vida das comunidades do entorno
- Risco de acidentes e vazamentos de produtos químicos
- Afirmação do bipolo Ilhéus/Itabuna como polo de desenvolvimento nacional (POSITIVO)

Fonte: Hydros/Orienta, 2012

2. OBJETIVO GERAL

Como objetivo geral do programa coloca-se a construção junto aos trabalhadores e às comunidades da área de entorno do empreendimento, de valores sociais e ambientais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a sustentabilidade do ambiente local e do empreendimento, fortalecendo o compromisso com a Saúde Integral (pessoal/ocupacional, social e ambiental), o respeito à cultura, e promovendo medidas de combate à exploração sexual, especialmente de crianças e adolescentes.

3. SUBPROGRAMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM TRABALHADORES

A elaboração desta proposta é fundamentada nos seguintes referenciais: Orientações Pedagógicas do IBAMA para elaboração e implementação de Programas de Educação Ambiental no licenciamento de atividades de Produção e escoamento de Petróleo e Gás Natural; Nota Técnica nº 39/2011 - COPAH/CGTMO/DILIC/IBAMA - Orientações para o estabelecimento do Programa de Educação Ambiental no âmbito do licenciamento ambiental. Instrução Normativa IBAMA 02/27/03/2012 – Estabelece as bases técnicas para programas de educação ambiental apresentados como medidas mitigadoras ou compensatórias, em cumprimento às condicionantes das licenças ambientais emitidas pelo IBAMA.

No âmbito do empreendimento, as ações educativas ambientais estão diretamente relacionadas àquelas estabelecidas no Sistema de Gestão Ambiental e buscam o envolvimento, interesse e comprometimento dos trabalhadores nos programas ambientais do PBA. A área de Segurança, Meio Ambiente e Saúde - SMS dos trabalhadores também é um espaço importante para ações de Educação Ambiental - EA, pois os impactos sobre os mesmos irão repercutir sobre o meio ambiente circundante. Sendo assim, a área de Segurança e Saúde tem muitos pontos em comum com a EA, ao se preocupar com o indivíduo de forma integral (condições de trabalho e de vida).

Essa premissa, que alia Segurança e Saúde e EA, é referendada pelos documentos oficiais, tanto os oriundos da área ambiental (recomendações da Conferência de Tbilisi, da Agenda 21 e a da Lei Nº 9.795/99, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental), como os da área trabalhista, em especial as Normas Regulamentadoras – NRs, como a NR 9 (Programa de Prevenção e Riscos Ambientais – PPRA), que busca o controle da ocorrência de riscos ambientais considerando a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais, e a NR 18 (Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção).

O presente PEAT prevê articular ações a serem desenvolvidas pelo Sistema de Gestão Ambiental e setor de Saúde, Meio Ambiente e Segurança - SMS da obra, aproveitando os seus espaços de educação e treinamento, integrando, quando possível, as questões ambientais às de segurança ocupacional, otimizando os tempos dedicados ao treinamento operacional e aprimorando-os, através da integração de outras dimensões, como as ambientais, sociais, culturais e de cidadania.

3.1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Capacitar ambientalmente os trabalhadores, considerando sua escolaridade e suas funções nas atividades de instalação e operação do empreendimento;
- Articular ações de educação ambiental com o Sistema de Gestão Ambiental e Setor de Saúde, Meio Ambiente e Segurança - SMS da obra;

- Estabelecer agenda de capacitação em educação ambiental em coerência com o Programa de Capacitação de Mão de Obra, com enfoque para os trabalhadores ingressantes ao longo das fases de implantação e operação do empreendimento (capacitação admissional);
- Estabelecer agenda de capacitação em educação ambiental em coerência com o Programa de Capacitação de Mão de Obra, com enfoque para os trabalhadores efetivos que deverão cumprir uma agenda mínima de educação ambiental (capacitação periódica);
- Orientar os trabalhadores envolvidos na implantação e operação do empreendimento, sobre condutas adequadas de relacionamento com as comunidades do entorno do empreendimento, desenvolvendo ações efetivas para prevenção à exploração sexual;
- Orientar os trabalhadores envolvidos na implantação e operação do empreendimento, sobre as medidas de proteção ambiental e cuidados com a fauna e flora terrestre e marinha no entorno do empreendimento; e
- Produzir e editar material educativo e apostilas dos cursos em linguagem adequada para cada grupo de trabalhadores.

3.2. METAS

As metas do Subprograma Educação Ambiental com Trabalhadores são apresentadas no quadro matriz lógica do PEAT.

Quadro 3.1 - Matriz Lógica do Programa de Educação Ambiental com Trabalhadores

METAS	AÇÕES	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
<p>Elaborar o Plano Operacional do PEAT fase de instalação</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Organização e sistematização da informação • Elaboração da matriz de necessidades • Elaboração do Plano Operacional • Formar o grupo de avaliação e monitoramento do PEAT 	<ul style="list-style-type: none"> • Informações sistematizadas e necessidades conhecidas • Plano elaborado e aprovado • Material didático elaborado e pronto para ser apresentado e distribuído aos trabalhadores 	<ul style="list-style-type: none"> • Memórias de reuniões sistematizadas e organizadas. • Relatório técnico contendo o planejamento
<p>Executar os cursos de capacitação com todos os trabalhadores das obras perfazendo um total de 20 horas de curso para cada trabalhador sendo 1 encontro de curso admissional e 3 encontros de formação continuada.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitar a contratar instrutores e consultores especializados • Executar os cursos admissionais • Avaliar a primeira oferta e revisar o planejamento para os cursos de formação continuada • Executar os cursos de formação continuada • Distribuir material didático e informacional aos trabalhadores • Instalar nos refeitórios e espaços coletivos murais e outros dispositivos de divulgação do PEA 	<ul style="list-style-type: none"> • Consultores contratados • Número de cursos realizados • Número de trabalhadores capacitados • Qualidade do material produzido pelos trabalhadores na participação das atividades • Nível de entendimento dos trabalhadores sobre os conteúdos trabalhados • Desempenho dos processos de controle da poluição • Número de murais instalados 	<ul style="list-style-type: none"> • Lista de presenças • Registro de imagem e som • Relatórios de controle da poluição • Relatórios analíticos e descritivos dos educadores
<p>Realização de palestras e atividades vinculadas a agenda de SMS</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Preparar e organizar material áudio visual para exibir aos trabalhadores • Manter a agenda de palestras e encontros atualizada com a equipe de SMS • Fazer vistas de reconhecimento nos canteiros e frentes de obra 	<ul style="list-style-type: none"> • Materiais didáticos organizados e disponibilizados em meio digital para todos integrantes da equipe de Educação Ambiental e de SMS; • Agenda de Palestras atualizada e operacional • Agenda de visitas elaborada e procedimentos de execução descritos e relatados 	<ul style="list-style-type: none"> • Lista de presenças nas palestras • Relatório de atividades com registro fotográfico e avaliação dos educadores • Calendário de atividades expresso e autorizado pela gerência

Fonte: Elaboração própria, 2014.

3.3. METODOLOGIA

O subprograma de Educação Ambiental para os Trabalhadores deve envolver empregados do terminal BAMIM e do Porto Público. Para execução das atividades previstas, serão formadas turmas de trabalhadores levando-se em consideração o tipo de atividade exercida (função e setor de trabalho), e tipo de contrato (ingressante, temporário e efetivo), bem como a sua escolaridade, que é prevista a porcentagem de 8% nível superior, 15% ensino médio e 77% ensino fundamental, sendo 60% de mão de obra local. As atividades educativas serão organizadas para a fase de instalação e para a fase de operação, com planos operacionais específicos.

Estratégia executiva e as fases de instalação e operação

A estratégia executiva do PEAT será aplicada na fase de instalação e será replicada na fase de operação, pois as turmas de trabalhadores e as finalidades de seus contratos de trabalho diferem na natureza da atividade. Cabe salientar que a replicação não é uma mera repetição de procedimentos e ajustes de calendários, mas sim um processo de melhoria a partir das lições aprendidas. Portanto, a intenção de desenvolver projetos com trabalhadores não se aplica na fase de instalação.

O PEAT será organizado de acordo com o desenvolvimento do projeto executivo das Obras e intervenções a serem executadas. O **Quadro 3.2** apresenta os principais processos a serem contemplados pelo PEAT. O cuidado ambiental durante estes processos devem ser assimilados nos cursos de educação ambiental.

Quadro 3.2 - Principais processos a serem contemplados pelo PEAT

Processo Principal
Mobilização de pessoal e equipamentos
Transporte de equipamentos, insumos e pessoal
Supressão vegetal
Terraplenagem
Estruturas de apoio – canteiros de obra
Estruturas de apoio – canteiro da pedra
Operação da pedra
Manutenção de canteiros de obras
Operação das centrais de concreto
Abastecimento de água
Geração e distribuição de energia elétrica
Construção das estruturas terrestres do Terminal de Uso Privativo (TUP)
Construção das estruturas marítimas do Terminal de Uso Privativo (TUP)
Construção das estruturas terrestres dos demais terminais
Construção das estruturas marítimas dos demais terminais
Mobilização de pessoal e equipamentos
Transporte de equipamentos, insumos e pessoal
Estruturas de apoio do TUP
Estruturas de Apoio – Alfândega Porto Sul
Estruturas de apoio – demais terminais do Porto Sul (minério de ferro, outros granéis sólidos, soja, clínquer, fertilizante, etanol)
Manutenção TUP e demais terminais do Porto Sul
Manutenção de locomotivas e vagões TUP
Abastecimento de água TUP e demais terminais do Porto Sul
Transmissão e distribuição de energia – TUP e demais terminais do Porto Sul
Operacionalização das estruturas do empreendimento TUP – <i>Onshore</i>
Abastecimento de Água TUP e demais terminais do Porto Sul
Operacionalização das estruturas do empreendimento TUP – <i>Offshore</i>
Operacionalização das estruturas <i>onshore</i> do empreendimento – Demais terminais do Porto Sul
Operacionalização das estruturas <i>offshore</i> do empreendimento – demais terminais do Porto Sul
Recolhimento de tributos e encargos sociais

Fonte: Consórcio Hydros Orienta, 2012.

A relação ensino-aprendizagem é um processo contínuo, que deve ser concebido como uma sequência de atividades com nexos de causa e efeito no contexto do sistema de gestão ambiental. Neste contexto, as estratégias didáticas e pedagógicas e os materiais instrucionais devem respeitar e dialogar com os “trabalhadores” utilizando uma linguagem específica e adequada ao entendimento de todos.

O PEAT da instalação será implementado em duas etapas. A primeira de planejamento estratégico e operacional e a segunda execução do processo formativo. Em paralelo, será desenvolvido um processo de avaliação e monitoramento do processo educativo considerando as finalidades do PEAT na mitigação dos impactos, controle da poluição e na gestão ambiental do empreendimento.

Sendo assim, a estratégia executiva do PEAT fase de instalação tem como ponto central e de inflexão o início das obras. Dessa forma a etapa 1 deve ocorrer antes do início das obras e a etapa 2 começa com o início das obras.

De forma objetiva o processo educativo se realizará na forma de atividades diretas com características de formação continuada, perfazendo um total de 20 horas de formação com 4 encontros de 5 horas/aula estruturados em dois módulos: Módulo 1 – capacitação admissional; Módulo 2 – Formação continuada e ainda uma série de conversas e palestras articuladas com as práticas previstas nas ações de segurança e saúde do trabalhador.

Etapa 1 – Planejamento estratégico e operacional da Educação Ambiental na fase de instalação

Depois de formada e capacitada, a equipe executora do PEAT realizará uma série de reuniões técnicas de planejamento estratégico na fase de pré-implantação do empreendimento com o objetivo de conhecer o “Plano de Ataque” das obras e conhecer a estrutura organizacional das frentes de obra, considerando o número de trabalhadores contratados, quais e quantas empreiteiras e empresas terceirizadas estarão interagindo nos canteiros e frente de obra. O planejamento deve considerar as agendas e objetivos de treinamento e capacitação de segurança e saúde do trabalhador.

Após estabelecer esse conhecimento na forma de uma matriz de necessidades do processo educativo com calendário e agenda estabelecida, a equipe terá as condições de finalizar o **Plano Operacional** das atividades do PEAT, ou seja, organizar os cursos em seus vários aspectos:

- Organização e gestão do processo educativo: organização do conteúdo programático de cada curso e estabelecimento dos objetivos de aprendizagem de cada conteúdo, frequência, número de turmas e nível de escolaridade dos educandos além de estabelecer o desenho dos espaços pedagógicos e os perfis de educadores;
- Preparação do Material didático e instrucional, estabelecimento dos instrumentos de avaliação e montagem do calendário de cursos e controle da formação continuada para certificação dos trabalhadores.

O Plano Operacional deve prever também a criação de Grupo ou Comissão de acompanhamento do PEAT que deverá ser formada pelos educadores da equipe executora e pelos profissionais da área de segurança, meio ambiente e saúde do trabalhador – SMS, para que se estabeleça, em cada setor da organização da divisão do trabalho e das equipes de trabalhadores, uma interlocução com a coordenação e chefia das equipes.

Cabe ressaltar, que os conteúdos básicos organizados a partir dos resultados do EIA/RIMA tratarão dos temas relacionados à saúde do trabalhador com ênfase na prevenção à exploração sexual e conhecimentos básicos sobre o ecossistema relacionado ao entorno do empreendimento, considerando informações sobre a fauna e flora terrestre e marinha da região.

O resultado dessa etapa será expresso na forma de um plano operacional a ser submetido à coordenação do Programa de Gestão Ambiental e gerências do Empreendimento.

Etapa 2 – Implementação e Execução do PEAT

A implementação iniciará a partir da capacitação da equipe técnica e da apresentação do calendário dos cursos do PEAT. A apresentação se dará a partir de um processo de aprovação e certificação dos diversos níveis de gerência e coordenação do empreendimento, considerando os aspectos operacional e administrativo financeiro. Nesse momento ocorrem as últimas adequações e ajustes no plano operacional.

Uma vez aprovado e certificado o PEAT passa para a fase de execução, com a oferta dos cursos admissionais e na consolidação dos instrumentos de avaliação e monitoramento. Ao final dos cursos admissionais a equipe executora revisa o planejamento operacional ajustando e adequando se necessário.

Durante a fase de implantação do empreendimento serão realizados cursos de capacitação em Educação Ambiental, haverá uma agenda de Capacitação Admissional, as capacitações devem ocorrer sempre que novos grupos de trabalhadores forem admitidos.

Ações sistêmicas de educação ambiental

Além dos cursos e capacitações oferecidos aos trabalhadores, serão desenvolvidas atividades, ações e intervenções no ambiente de trabalho, a fim de manter a temática ambiental presente na rotina diária da obra, como por exemplo: a) difusão de informações: quadro de avisos (com notícias e informações ambientais), cartazes motivadores, biblioteca e videoteca de temas socioambientais e ecológicos; b) incentivo à participação, através de concursos com sugestões de melhorias de processos, com recompensas monetárias e não monetárias.

Temas e estratégias metodológicas

A princípio, os temas a serem desenvolvidos estão relacionados com as seguintes dimensões:

- Estrutura e funcionamento do ecossistema costeiro no local e entorno da obra;
- Localização, peculiaridades e finalidades de cada Unidade de Conservação da “Área do Entorno”.
- Estrutura e funcionamento do Sistema de Gestão Ambiental da obra;
- Aspectos e impactos relacionados às atividades dos trabalhadores em cada fase da obra e seus níveis de responsabilidade;
- A importância do envolvimento dos trabalhadores da obra no processo de controle e mitigação dos impactos ambientais.

Em todas as fases da Obra, o Sistema de Gestão Ambiental demandará do Programa de Educação Ambiental ações de conscientização acerca do gerenciamento de resíduos – entendido como coleta, transporte, tratamento e destinação final considerando as normas técnicas e a

legislação vigente – e também no que diz respeito às ações de proteção ao ambiente costeiro, em especial conservação de recursos hídricos e proteção de fauna.

A estratégia didática considera dois aspectos importantes. O primeiro trata da relação educando-educador e do momento do curso, ou seja, a relação expressa no roteiro pedagógico a ser seguido nas oficinas, a exemplo:

- Atividades práticas (dinâmicas participativas; trabalhos em grupo);
- Construção coletiva de conceitos (negociação de significados);
- Discussão e interpretação de filmes e documentários, mapas, fotos, figuras, charges, músicas;
- Discussão de estudos de caso (globais e locais);
- Elaboração de mapas mentais e/ou mapas conceituais;
- Resolução de situações-problema reais (avaliação e tomada de decisão);
- Resolução de conflitos reais e simulação de papéis;
- Construção de cenários (desejado/idealizado/possível);
- Construção de uma “agenda” positiva (exemplos globais e locais de ações de sucesso);
- Construção de um portfólio de boas práticas ambientais (globais e locais; individuais e coletivas; privadas e públicas);
- Saídas de campo (visitas no entorno da obra).

As atividades de ensino acima indicadas deverão ser acompanhadas de recursos instrucionais, cujos exemplos relacionamos nas seguintes categorias:

- Audiovisuais – apresentações multimídia (em *PowerPoint*); imagens de satélites; infográficos animados; filmes; documentários; mídia televisiva; músicas; propagandas comerciais; notícias; jogos interativos; dentre outros;
- Recursos impressos – manual do curso; livros; artigos e notícias de revistas e jornais; fotografias; gravuras; panfletos de divulgação de organizações; mapas e imagens de satélites; jogos interativos; dentre outros;
- Instrumentos de apoio – projetor multimídia; computadores; quadro branco; flipchart; programas de computadores (navegador Internet; Google Earth; *PowerPoint*); fichas e canetas coloridas, dentre outros.

Somadas, as atividades de ensino-aprendizagem e seus recursos instrucionais constituem estratégias metodológicas que devem ser adequadas ao público e temas a serviço dos objetivos do docente, capacitado para este uso diversificado de técnicas de ensino.

Avaliação e monitoramento

Em síntese, a avaliação será uma atividade simultaneamente científica, pois englobará algumas de suas propriedades básicas (sistematização, ordenamento lógico, coerência epistemológica, investigação empírica, objetividade), e política, uma vez que remete a visões de mundo, intervenções sociais planejadas e intencionadas, definição de prioridades, e atendimento de interesses.

Com esta “dupla inserção”, cumpre os objetivos de:

- Assegurar respostas;

- Orientar ações;
- Responder a interesses conflituosos; e
- Buscar a adequação de atividades, segundo determinadas finalidades e critérios (qualitativos e quantitativos) estabelecidos por gestores, técnicos e pesquisadores (no caso de projetos participativos, pelo conjunto dos agentes sociais envolvidos).

Para garantir uma boa avaliação é importante que se implemente um processo avaliativo, nesse sentido o grupo de acompanhamento formado pela equipe executora do PEAT e por integrantes da área de SMS se constituirá no lócus da avaliação. O grupo terá a responsabilidade de analisar os resultados da aplicação dos instrumentos de avaliação e promover, organizar os relatórios de avaliação para comunicar a coordenação e gerência do empreendimento, bem como subsidiar o diálogo técnico com o IBAMA por meio do Programa de Gestão Ambiental. Tais relatórios servirão de base para a revisão do plano operacional e realinhamento das finalidades e objetivos do PEAT. Para tanto, todas as atividades serão, registradas e avaliadas de forma sistemática, possibilitando-se redefinir suas metodologias e atividades a partir da verificação de indicadores do alcance dos objetivos

3.4. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Os Instrumentos Normativos (federais, estaduais, e municipais) que aplicam-se ao subprograma de Educação Ambiental para os Trabalhadores podem ser observados nos quadros a seguir:

Quadro 3.3 - Legislação Federal Aplicável ao Subprograma de Educação Ambiental para os trabalhadores

Legislação	Disposição/caput
Constituição Federal de 1988;	CAPÍTULO IV: das Funções Essenciais à Justiça Seção I: do Ministério Público. Art. 129: III, Art. 196 , Art.200 CAPÍTULO II: da Política Urbana. Art 182 e §§ Art. 186 CAPÍTULO VI: do Meio Ambiente. Art. 225 Todo o artigo CAPÍTULO II: da Seguridade Social. Seção II: da Saúde
Lei nº. 6.938 de 31.8.1981 (Política Nacional do Meio Ambiente);	DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE, Art. 2º, 3ª DOS OBJETIVOS DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE, Art.4º, 5º, 6ª DO SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE, Art. 8 DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE, Art.9º, 10º, 11º 12,14,15,17
Lei nº7.804, de 18 de Junho de 1989.	Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, a Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, a Lei nº 6.803, de 2 de julho de 1980, e dá outras providências.
Lei nº. 9.795 de 27.4.1999 (Política Nacional de Educação Ambiental)	Art. 1º, 2º, 3º incisos I, V e VI; Art. 4º e 5º ; Art. 6º, parágrafo único;
Decreto nº. 4.281/02;	Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Art. 6º inciso II;
Instrução Normativa IBAMA 02/27/03/2012 Instrução Normativa 02/02	Estabelece as bases técnicas para programas de educação ambiental apresentadas como medidas mitigadoras ou compensatórias, em cumprimento às condicionantes das licenças ambientais emitidas pelo IBAMA
COPAH/CGTMO/DILIC/IBAMA - 39/2011.	Orientações para o estabelecimento do Programa de Educação Ambiental no âmbito do licenciamento ambiental
Decreto 1254, de 19 de setembro de 1994. Promulga a Convenção nº155, da Organização Internacional do Trabalho, sobre Segurança e Saúde dos Trabalhadores e o Meio Ambiente de Trabalho.	Art. 1º 2º
DECRETO Nº 7.602, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2011. Dispõe sobre a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho - PNSST.	Objetivo e Princípios I II III
NR 9- Institui o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais.	Programa de Prevenção de Risco
NR 18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção	18.3.1. São obrigatórios a elaboração e o cumprimento do PCMAT nos estabelecimentos com 20 (vinte) trabalhadores ou mais, contemplando os aspectos desta NR e outros dispositivos complementares de segurança; 18.3.1.1. O PCMAT deve contemplar as exigências contidas na NR 9 - Programa de Prevenção e Riscos

Quadro 3.4 - Legislação Estadual Aplicável ao Subprograma de Educação Ambiental para os trabalhadores

Legislação	Disposição/caput
Lei Nº 12.056 de 07 de Janeiro de 2011. Institui a Política de Educação Ambiental do Estado da Bahia, e dá outras providências.	Seção V: da Educação Ambiental no Licenciamento Art. 29 Art. 30
Lei nº 10.431 de 20 de dezembro de 2006 Institui a Política de Meio Ambiente do Estado da Bahia e dá outras providências	Capítulo II: dos Instrumentos da Política Estadual de Meio Ambiente e Proteção da Biodiversidade. Art. 6º III XIV CAPÍTULO III: da Educação Ambiental Art. 15 § 3º CAPÍTULO IV: do Zoneamento Territorial Ambiental Seção Única: do Gerenciamento Costeiro.
Decreto nº 14.024 de 06 de junho de 2012.	Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia e dá outras providências.
Lei Nº 12.056 de 07 de Janeiro de 2011. Institui a Política de Educação Ambiental do Estado da Bahia, e dá outras providências.	Seção V, Art. 29
Lei Nº 11.612 (11/10/2009) Institui a Política Estadual de Recursos Hídricos, o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências	CAPÍTULO IV: das Diretrizes Art. 4º III IV XI

Fonte: Elaboração própria, 2013.

Quadro 3.5 - Legislação Municipal Aplicável ao Subprograma de Educação Ambiental para os trabalhadores

Legislação	Disposição/caput
Lei Nº 3265, de 29 de novembro de 2006. Institui o Plano Diretor do Município e o Sistema de Planejamento	Art.7º TÍTULO II: das Políticas Municipais CAPÍTULO I: do desenvolvimento Socioeconômico Sustentável SEÇÃO II: das Políticas Municipais de Desenvolvimento Socioeconômico SUBSEÇÃO I: da Política Municipal de Turismo SUBSEÇÃO III: da Política Municipal de Agricultura, Aquicultura e Pesca CAPÍTULO II: do Desenvolvimento Humano SUBSEÇÃO III: da Política Municipal de Saúde; SUBSEÇÃO V: da política Municipal de Cultura CAPÍTULO III: do Desenvolvimento Urbano - Ambiental SEÇÃO V: da Política Municipal de Meio Ambiente SUBSEÇÃO V: da Política Municipal de Coleta e Destinação Final de Resíduos
Lei Nº 2313, de 03 de agosto de 1989. Institui a Política Municipal de Meio Ambiente	CAPÍTULO I: da Política Municipal de Meio Ambiente Art. 1º 2º CAPÍTULO II: da Competência Art. 3º CAPÍTULO III: da Fiscalização
Lei Nº 2636,	Defeso do caranguejo manguezais município de Ilhéus
Lei Nº 2628, de 18 de novembro de 1997.	Estrutura o Conselho Municipal de Educação
Lei Nº 1105 - Dispõe sobre o código de posturas do município de Ilhéus.	Art.1º 2º 21º
Lei nº 2783 de 04 de junho de 1999. Acrescenta parágrafos à lei nº 2400/91.	Art.1º 2º 3º

Fonte: Elaboração própria, 2014.

3.5. CRONOGRAMA FÍSICO

De acordo com o RIMA, o Terminal BAMIN deve ser instalado em 48 meses, já a instalação do SPE está prevista para durar 36 meses, com seus picos de funcionários ocorrendo no 7º trimestre no terminal BAMIM, mobilizando 1120 trabalhadores e no 13º trimestre no Porto Público, mobilizando 1440 trabalhadores.

Para organização do cronograma das atividades do Subprograma de EA para os trabalhadores (**Quadro 3.6**), considerou-se a fase de implantação de 54 meses, ou 18 trimestres. Salienta-se que no trimestre 16 se iniciará a etapa 1 do PEAT da operação do terminal da BAMIN. **O PEAT tem continuidade em toda a vida útil do empreendimento.**

Quadro 3.6 - Cronograma Físico de Execução do Subprograma de EA para os trabalhadores – Fase de Implantação e Operação do Empreendimento

ATIVIDADES	TRIMESTRES																	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
Organização e sistematização da informação	■																	
Elaboração da matriz de necessidades	■																	
Elaboração do Plano Operacional	■	■																
Oferta dos cursos admissionais			■	■	■	■												
Avaliação				■				■				■				■		■
Ofertas dos cursos capacitação continuada					■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■

Fonte: Elaboração própria, 2014.

3.6. INTERRELAÇÃO COM OUTROS PROGRAMAS

A interrelação do Subprograma de Educação Ambiental para os trabalhadores (PEAT) é apresentada no **Quadro 3.7**, onde o PEAT mostra-se relacionado com 12 dos 38 programas do PBA.

Quadro 3.7 - Síntese da inter-relação do PEAT com outros programas

PROGRAMA	DESCRIÇÃO DA INTERAÇÃO
Programa de Gestão Ambiental (PGA)	O PEAT representa um instrumento do Programa de Gestão Ambiental.
Programa de Auditoria Ambiental	OPEAT representa um instrumento de sensibilização dos funcionários para aplicação da legislação vigente.
Programa de Comunicação e Interação Social	O PEAT possibilita a criação de mecanismos de intercâmbio de informações através do diálogo com os trabalhadores e atores sociais envolvidos, facilitação do diálogo com o atores envolvidos no empreendimento e fortalecimento do controle social por arte da população.
Programa Ambiental para a Construção PAC	O PEAT tem o objetivo de sensibilizar e capacitar os atores envolvidos nas obras para práticas e cuidados a serem tomados com vistas a preservação da qualidade ambiental dos meios físico e biótico.
Programa de Apoio à Contratação de Mão de Obra Local	O PEAT atua como instrumento de sensibilização, mobilização, treinamento e capacitação da mão de obra local.
Programa de Capacitação de Mão de Obra Local	O processo de articulação das instituições e de trabalhadores locais para formação de uma mão de obra preparada para trabalhar a preservação e sustentabilidade. As agendas de capacitações deste programa estão vinculadas às agendas do PEAT.
Programa de Afugentamento e Resgate de Fauna Terrestre	O PEAT promoverá visitas monitoradas aos Centros de Triagem para Animais Silvestres (CETAS)
Programa de Monitoramento da Fauna Terrestre	O PEAT deve possibilitar o conhecimento dos trabalhadores sobre a fauna terrestre no entorno do empreendimento, interagindo com este programa.
Programa de Monitoramento da Biota Aquática	O PEAT deve possibilitar o conhecimento dos trabalhadores sobre a fauna aquática no entorno do empreendimento, interagindo com este programa.
Programa de Valorização da Cultura	Uma das diretrizes do processo de Educação Ambiental é a valorização da realidade e a cultura local.
Programa de Prevenção à Exploração Sexual	No programa são previstas campanhas de orientação sobre exploração sexual utilizando como instrumentos um processo educativo nas capacitações em Saúde e Meio Ambiente.
Programa de Mitigação das Interferências com o Sistema Viário	O processo de EA deve mobilizar do trabalhadores para uso adequado do Sistema Viário, resolvendo conflitos quando existentes.

3.7. EQUIPE TÉCNICA

A equipe técnica indicada no **Quadro 3.8** será a responsável pela execução do PEAT e terá autonomia para selecionar profissionais (contratar consultores específicos) para ministrarem as capacitações exigidas no Subprograma de PEAT.

Quadro 3.8 - Equipe Técnica do Subprograma de Educação ambiental para trabalhadores

Profissional	Formação/Experiência	Função
Nível Superior Qualquer Graduação	Experiência na implementação de processos educativos em contexto de grandes empreendimentos.	Educador
Nível Superior Qualquer Graduação	Experiência em Educação Ambiental com trabalhadores	Educador
Técnico Administrativo	Técnico em Administração	Auxiliar Administrativo

Fonte: Elaboração própria, 2013.

4. SUBPROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMUNITÁRIA

Este documento consiste no Plano de Trabalho para desenvolvimento da **fase 1** do Programa de Educação Ambiental do Porto Sul, denominada “*Diagnóstico Socioambiental do PEA Porto Sul*”. Conforme proposta conceitual aprovada pelo IBAMA em PARECER nº 101/2012–COPAH/CGTMO/DILIC/IBAMA, que por sua vez foi fundamentada na NOTA TÉCNICA nº 39/2011–COPAH/CGTMO/DILIC/IBAMA, considerando as orientações da IN IBAMA 02/2012 que trata das orientações pedagógicas e técnicas para elaboração de programas e projetos de Educação Ambiental no âmbito do Licenciamento Ambiental Federal.

Os processos educativos desenvolvidos sob essa orientação estão referenciados na pedagogia freireana e consagrados na educação popular. Ou seja, é um processo que deve utilizar metodologias participativas, priorizar grupos sociais vulneráveis ao impacto ambiental e objetivar a constituição de sujeitos capazes de intervir na sociedade, no contexto dos problemas e conflitos socioambientais, no sentido da transformação e da emancipação social.

O subprograma de Educação Ambiental Comunitário, aqui denominado **PEACom**, foi projetado para ocorrer em duas fases. A primeira fase trata da construção de uma agenda socioambiental com hierarquização de importância definidas pelos sujeitos prioritários do processo educativo. Essa construção e hierarquização são estabelecidas a partir de um processo educativo ambiental de diagnose, realizado por meio de metodologia participativa. A segunda fase trata da implementação da agenda na forma de projetos de educação estruturados a partir de linhas de ação a serem construídas com os sujeitos que participaram da fase 1 e ampliando a participação para outras lideranças e comunitários. Nesse sentido o **objetivo geral** aprovado pelo IBAMA é:

Promover, sob as premissas da educação no processo de gestão ambiental, ações e projetos integrados de educação ambiental com vistas a garantir a participação qualificada dos grupos sociais afetados pelo empreendimento, no contexto das medidas mitigadoras e compensatórias, e assegurar processos dialógicos e coletivos para a atuação consciente e responsável na melhoria das relações socioambientais. (Sub Programa de Educação Ambiental com Comunidades, Tomo XIX, apêndice 8)

4.1. SUJEITOS PRIORITÁRIOS DA AÇÃO E O RECORTE ESPACIAL

O conceito de sujeitos prioritários da ação educativa remete a um aspecto sociológico e a um aspecto pedagógico, que se vinculam na prática. Na perspectiva sociológica, a prioridade se dá nos sujeitos que portam a possibilidade material e simbólica de superação das relações sociais vigentes. São aqueles que se encontram em condições de exclusão e expropriação, uma vez que a ação consciente e organizada desses significa a própria negação objetiva das condições assimétricas existentes. Na prática, não se alcança novos patamares societários sem que, aqueles que historicamente estiveram na condição subordinada, assumam protagonismo ativo por meio da ação qualificada e organizada nos espaços de decisão, criando espaços de participação igualitários, socialmente e ambientalmente justos.

Na educação ambiental que se realiza no processo de licenciamento, se enquadram aqueles que são os mais afetados negativamente, ou seja, possuem suas formas de reprodução econômica e cultural alteradas por uma determinada atividade, e que estão em situação de vulnerabilidade socioambiental.

Em termos pedagógicos, tais sujeitos históricos são prioritários (o que não significa que sejam os únicos) no diálogo, envolvimento e construção das ações, uma vez que a formulação participativa com esses representa situar concretamente a prática educativa no contexto sociocultural e econômico, em suas contradições e concretude, que define o modo como nos relacionamos no ambiente.

Em termos práticos, este conceito remete também a um aspecto operacional. É inexecutável, na órbita da gestão do ambiente, um projeto que apresenta como público toda a população, ainda que, em última instância se queira que todos se sintam envolvidos com a promoção da sustentabilidade. Um projeto no escopo do licenciamento, para ser factível, com objetivos plausíveis, que parta das contradições concretas da realidade e que possa ser avaliado, necessita de clara delimitação dos sujeitos e das metas.

Logo, trabalhar com sujeitos prioritários da ação educativa significa ter como premissa pedagógica a realidade dos sujeitos, seus conflitos e problemas, como meio para a superação das relações desiguais de poder que definem as formas de uso e apropriação da natureza na sociedade contemporânea. Assim, nessas comunidades os sujeitos da ação educativa, nessa primeira fase, não são todos os moradores, mas aqueles que atuam como lideranças comunitárias, representantes das associações, cooperativas e outras organizações sociais.

No caso do PEACom, os sujeitos prioritários são lideranças dos grupos de pescadores e pescadoras artesanais, agricultores familiares, quilombolas e indígenas. Essas características dos sujeitos determinam, diretamente, a capacitação e qualificação dos educadores envolvidos no PEA.

4.2. DESCRIÇÃO DOS SUJEITOS E SUAS COMUNIDADES

Os sujeitos prioritários no caso do PEACom são sujeitos históricos que habitam e se constituem como tal em todas as comunidades do entorno do Empreendimento. Esses têm características próprias em relação à sua história, com suas particularidades nas formas e estratégias de organização produtiva e de subsistência, de associativismo, de religiosidade, de estrutura de classes, de acesso aos serviços básicos, de infraestrutura, etc. Sendo assim, abaixo se descreve suas características e algumas particularidades.

Pescadores: Para estabelecer o grupo de pescadores artesanais o PEACom irá priorizar as comunidades compreendidas pelo Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira e se articulará com os critérios para eleição das comunidades que integram o programa de Compensação da Atividade Psqueira – PCAP. Dessa forma se espera evitar a sobreposição de atividades e promover a otimização das ações. Sendo assim as seguintes comunidades (ou bairros no caso de Ilhéus e Itacaré) serão abrangidas: **Sede Ilhéus** (bairros de Pontal / Terminal Pesqueiro / Prainha / Amendoeira / São Miguel / Porto da Barra/Balsa / Porto do Pecém/São Miguel) ensejando as seguintes **Comunidades:** Ponta da Tulha, Mamoã, Ponta do Ramo, Urucutuca, Sambaituba, Vila Juerana, Aritaguá, Vila Olímpio, Ribeira das Pedras, Sobradinho, Pé de Serra, **Sede Itacaré** (Porto da Concha / Porto do Forte), e também a comunidade de Uruçuca.

Agricultores: Comunidades rurais das localidades inseridas na AEE: *Aritaguá, Sambaituba, Urucutuca, Lava Pés, Santa Luzia, Itariri, Valão, Acampamento Novo Destino, Fazenda Porto, Carobeira, Vila Juerana, Vila Campinhos, Vila Olímpio, Ribeira das Pedras, Castelo Novo, e São José.*

A localidade de Aritaguá é um importante distrito de Ilhéus. Sua sede, próxima à área prevista para a implantação do empreendimento, é referência para outros povoados que estão em suas proximidades. Sua localização facilita uma relação cotidiana com a sede e também com o distrito industrial. A maioria dos moradores tem pequenas propriedades que servem à subsistência e ao aumento da renda, com a venda de excedentes. A agricultura familiar e o trabalho em fazendas envolvem 60% da população local. O comércio de Aritaguá atende às comunidades do entorno. São pequenas vendas que comercializam produtos básicos e que são também locais de encontro. A chegada do Porto Sul tem mobilizado a comunidade em geral. Uma parte da comunidade considera que o empreendimento vai gerar oportunidade de emprego e renda e levar o desenvolvimento para a região, que sofre há décadas com a crise do cacau. Outra parte da comunidade levanta a preocupação com possíveis danos ambientais e à saúde da população. As discussões em torno do Porto Sul mostram o grau de organização social de uma comunidade que, de acordo com os estudos realizados, demonstram, com clareza, seus valores, visões e suas principais necessidades.

Assentamento rural: No interior da poligonal do projeto está a localidade de *Itariri*, onde se encontra o *Assentamento Bom Gosto*. O Assentamento, que possui um pequeno núcleo denominado de Alto do Bom Gosto, foi criado há 11 anos pelo INCRA e envolve aproximadamente

40 famílias. Apesar de possuir casas de alvenaria e com banheiro, ainda apresenta casas em fase de conclusão, moradias improvisadas e de padrão precário.

Veraneio/turístico: *Loteamento Vilas do Atlântico, Vila Isabel, Loteamento Jóia do Atlântico, Condomínio Paraíso do Atlântico, Condomínio Barra Mares, Condomínio Verdes Mares.* São comunidades litorâneas, sendo algumas do interior, que trabalham com a atividade turística e sofrem com a diminuição do trabalho na época de baixa estação.

Indígenas: *Terra Indígena Tupinambá de Olivença* indicada pela FUNAI em Ofício nº 1168/2011/DPS-FUNAI-MJ, situadas no município de Ilhéus. Os Tupinambás de Olivença compõem o único território indígena identificado na Área de Influência Direta e na Área de Influência Indireta. Entre os municípios de Ilhéus, Una e Buerarema, nas regiões de Acuípes, Olivença e Serra do Padeiro. Este grupo indígena reúne 19 tribos, com 4.486 habitantes ao todo (em 2010), ocupando uma área demarcada de 47.376 ha. O mesmo deriva da grande nação dos Tupinambás que no passado ocupou a maior parte do litoral do Brasil, de São Paulo até o Estado do Pará, com grandes concentrações no Rio de Janeiro.

Em 1988 a nova Constituição reconheceu a condição de povo indígena, com seus direitos étnicos. Em 2001 a FUNAI reconheceu oficialmente os Tupinambás de Olivença como grupamento indígena. Em 14 de abril de 2009 o órgão concluiu a primeira fase da demarcação da área com a identificação e delimitação do território. Parte dessa população Tupinambá se desenvolve com base na organização familiar de forma similar à utilizada no passado. As comunidades apresentam características caboclas, procurando preservar os traços culturais de seus ancestrais nos hábitos alimentares, nas formas de produção, nas danças, no artesanato e nos saberes ligados a medicina e a religiosidade.

Quilombolas: Comunidades de remanescentes de quilombos: *Água Vermelha, Fojo, João Rodrigues, Porto de Trás, Porto de Oitizeiro, Santo Amaro e Serra de Água.*

As principais atividades dessas comunidades são de subsistência, ocorrendo no interior da própria localidade, havendo poucas trocas com o exterior, que se limitam às cidades de Itacaré e Ubaitaba.

4.3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO SUBPROGRAMA

Para a fase I do PEACom , objeto deste Plano de Trabalho, se estruturou no seguinte objetivo Geral:

“Construir, com os sujeitos prioritários da ação educativa, uma agenda socioambiental por meio de metodologias participativas com a finalidade de subsidiar a continuidade das ações de educação ambiental no processo de gestão conforme a orientação do IBAMA.”

Para realizar essa construção a equipe executora deverá objetivar, especificamente, os seguintes produtos e atividades:

1. Conhecer as comunidades, grupos sociais e suas lideranças, que estejam presentes nos municípios da área de influência do empreendimento Porto Sul;
2. Desenvolver um processo educativo ambiental que proporcione aos comunitários a capacidade de reconhecer os impactos socioambientais causados pelo empreendimento portuário em seu cotidiano e formular possíveis saídas e soluções;
3. Proporcionar a troca de experiências entre representantes das várias comunidades envolvidas no PEACom tendo como perspectiva a elaboração de uma Agenda Socioambiental Coletiva.

4.4. METAS

As metas do subprograma de Educação Ambiental Comunitária são apresentadas abaixo no **Quadro 4.1**:

Quadro 4.1 - Matriz lógica do PEACom

ETAPA 1. INSERÇÃO COMUNITÁRIA E RECONHECIMENTO DOS SUJEITOS DA AÇÃO EDUCATIVA. Objetivo específico 1: Conhecer as comunidades, grupos sociais e suas lideranças, que estejam presentes nos municípios da área de influência do empreendimento Porto Sul			
METAS	ATIVIDADES	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
a) Caracterizar todas as comunidades envolvidas no PEA I; b) Realizar uma pesquisa social qualitativa para conhecer a estrutura e a organização social dos sujeitos prioritários da ação educativa; c) Elaborar um roteiro para visitas exploratórias e fazer uma inserção nas comunidades a fim de conhecer seus atores sociais e identificar seus problemas, conflitos e potencialidades;	<ul style="list-style-type: none"> • Revisão bibliográfica para estabelecer a base informacional para a realização do PEA I; • Estabelecimento do “estado da arte” da aplicação das diversas políticas públicas implementadas nas comunidades, identificando sua situação legal, bem como, seu grau de acesso a essas políticas públicas; • Localizar e contatar organizações e associações representativas das comunidades; • Realizar, no mínimo, 3 (três) visitas exploratórias em todas as comunidades identificadas; • Fazer pesquisa qualitativa, por meio de entrevistas semi-estruturadas, com a finalidade de conhecer os atores sociais e identificar seus problemas, conflitos e potencialidades nas comunidades; 	<ul style="list-style-type: none"> • Número, nome e localização das Comunidades com descrição das características de organização social e relações de dominação e opressão vividas/existente; • Número de comunidades visitadas durante a pesquisa social na etapa de Incurso Comunitária; • Perfil das pessoas entrevistadas e resultados das entrevistas durante as visitas exploratórias da etapa de Incurso Comunitária; • Tipos de problemas, conflitos e potencialidades identificados durante a etapa de Incurso Comunitária; 	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório analítico descritivo das atividades realizadas, correlacionando os resultados da pesquisa qualitativa aos objetivos do PEA I; • Síntese da análise do material produzido nas visitas, com fotos, lista de presença das reuniões formais e relatório analítico descrito acima.

ETAPA 2 - MOBILIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DO ENCONTRO COMUNITÁRIO E CONSTRUÇÃO DA AGENDA Objetivo específico 2: Desenvolver um processo educativo ambiental que proporcione aos comunitários a capacidade de reconhecer os impactos socioambientais causados pelo empreendimento portuário em seu cotidiano e formular possíveis saídas e soluções.			
METAS	ATIVIDADES	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
<p>d) Realizar no mínimo 3 (três) visitas em cada comunidade para conversas informais e reuniões formais com as lideranças;</p> <p>e) Mobilizar as lideranças de todas as comunidades e estabelecer o reconhecimento do objeto e dos sujeitos do PEA;</p>	<ul style="list-style-type: none"> Promover conversas e reuniões locais para estimular a discussão das problemáticas e conflitos locais, bem como, as possíveis soluções; Formar as Comissões Comunitárias em todas as comunidades para organização do Encontro das Comunidades; 	<ul style="list-style-type: none"> Número de visitas e metodologia das reuniões realizadas durante mobilização para o Encontro das Comunidades; Tipo de alternativas propostas para o enfrentamento dos problemas locais, identificados pelas Comissões Comunitárias; Nível de participação e adesão às Comissões Comunitárias locais que organizarão o Encontro das Comunidades; Nível da participação nas reuniões comunitárias. 	<ul style="list-style-type: none"> Fotos, lista de presença das reuniões formais e relatório analítico descritivo das atividades realizadas, correlacionando os resultados do desenvolvimento das ações aos objetivos do PEA .
ETAPA 3 - REALIZAÇÃO DO ENCONTRO COMUNITÁRIO E ELABORAÇÃO DA AGENDA Objetivo específico 3 - Proporcionar a troca de experiências entre representantes das várias Comunidades envolvidas no PEA Porto sul com vistas à elaboração de uma Agenda Socioambiental Coletiva			
METAS	ATIVIDADES	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
<p>f) Realizar no mínimo 2 (duas) reuniões de planejamento e organização do encontro em cada comunidade;</p> <p>g) Realizar o Encontro das Comunidades;</p> <p>h) Promover a construção de uma pauta comum às Comunidades, a ser denominada de Agenda Socioambiental Coletiva.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Estimular, nas comunidades, a discussão de problemas e conflitos locais e possíveis saídas e soluções; Discussão da Agenda: elencar temas geradores de discussão de problemas locais X políticas públicas existentes ou necessárias; Elaborar o projeto executivo do Encontro e definir o local para sua realização; Estimular a formação de uma Comissão de Planejamento para encaminhar as ações planejadas em conjunto com as comunidades, durante o Encontro. 	<ul style="list-style-type: none"> Diversidade na tipologia de problemas e conflitos locais identificados e as saídas e soluções apontadas nas discussões; Qualidade da discussão nas comunidades e sínteses produzidas durante as discussões para a formulação da pauta do Encontro das Comunidades; Frequência de comunitários e qualidade da sua intervenção/participação nas reuniões de preparação do Encontro das Comunidades; Número e qualificação dos participantes do Encontro; Qualidade da Agenda Socioambiental Coletiva elaborada. 	<ul style="list-style-type: none"> Conteúdo do relatório em relação aos objetivos e metas do PEA I; Fotos, lista de presença das reuniões realizadas e do encontro; Relatório analítico descritivo das atividades realizadas correlacionando os resultados do desenvolvimento das ações aos objetivos do PEA I; Acompanhamento presencial do encontro, produção audiovisual do mesmo, relatório e fotos.

ETAPA 4 – PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO DA FASE II DO PEA PORTO SUL.			
METAS	ATIVIDADES	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
<p>i) Implementar as ações definidas pela Agenda Socioambiental Coletiva;</p> <p>j) Dar continuidade à mobilização social e, assim, garantir o desenvolvimento de longo prazo do PEA.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Realizar 1 (uma) reunião mensal com a Comissão Representativa; Realizar 1 (uma) devolutiva em cada comunidade para divulgar os resultados e encaminhamentos do Encontro. Promover, por meio de reuniões, seminários e/ou novos encontros, a articulação entre as comunidades e com as diversas esferas de poder público para a efetivação da Agenda Socioambiental Coletiva. 	<ul style="list-style-type: none"> Adesão dos participantes do Encontro à Comissão de Planejamento; Receptividade da Comissão de Planejamento e da equipe do PEA no retorno às comunidades para repercussão do Encontro das Comunidades; Ações concretas realizadas em conjunto com instituições responsáveis por políticas públicas. 	<ul style="list-style-type: none"> Lista de presença, atas e fotos; Relatório analítico descritivo, relacionando as atividades realizadas com os objetivos do PEA Porto ; Acompanhamento presencial; Relatos de ações concretas realizadas ou em andamento.

Fonte: Elaboração própria, 2013.

4.5. METODOLOGIA

A estratégia executiva do PEACom se pauta nas diretrizes metodológicas e premissas teóricas descritas na proposta conceitual, aprovadas pelo IBAMA no PARECER No 101/2012–COPAH/CGTMO/DILIC/IBAMA e aqui transcritas no sentido de contextualizar a metodologia proposta.

Uma ação em educação ambiental no licenciamento exige, em síntese, o fortalecimento dos processos instituídos no espaço público entre os atores sociais envolvidos com a gestão do ambiente para garantir:

- (1) Problematização historicizada da realidade socioambiental e busca de alternativas econômicas sustentáveis com os grupos sociais, garantindo a devida autonomia aos mesmos e a criação de condições objetivas para uma vida digna;
- (2) Mobilização e organização popular para o atendimento às necessidades materiais básicas e à justiça distributiva, associado às necessidades de conservação, preservação e proteção ambiental, visando à sustentabilidade democrática;
- (3) Participação substantiva dos atores sociais nos espaços públicos instituídos, garantindo a livre manifestação de posições e a tomada de decisão democrática;
- (4) Reversão dos processos assimétricos que caracterizam os usos e apropriações da natureza. (Tomo XIX, apêndice 8)

Tais pressupostos teóricos estabelecem as premissas metodológicas, ou seja, orientam e guiam a projeção das ações, também aqui transcritas:

- Seguir as orientações metodológicas contidas na proposta de educação no processo de gestão ambiental do IBAMA. Isso significa, em última instância, respeitar os passos metodológicos da concepção pedagógica freireana de criação de espaços dialógicos de problematização, construção de conhecimentos críticos da realidade e conscientização (esta definida na práxis concreta dos grupos em situação de vulnerabilidade, pela qual os sujeitos conhecem e agem transformando as condições existentes)¹.

¹ FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 18ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.; FREIRE, P. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

- Estruturar as práticas com base em conceitos como: justiça ambiental, conflito ambiental, problema, potencialidade, diálogo, criticidade e transformação.
- Vincular processos de formação a processos de organização, mobilização e intervenção dos sujeitos do processo educativo em espaços públicos;
- Pressupor que a formação humana, cerne do ato educativo², resulta de práticas simultâneas de pesquisa, problematização, instrução, capacitação, sensibilização, mobilização, organização e intervenção na realidade.
- Vincular formação, mobilização e trabalho, visando à sustentabilidade em longo prazo e a continuidade dos projetos de educação ambiental, tal como previsto no Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA;
- Estar em consonância com o marco legal das políticas públicas de meio ambiente e de educação ambiental;
- Ter forte vínculo com as ações de comunicação social e com as ações de controle da poluição e contingenciamento de emergências;
- Articular o PEACom com políticas públicas desenvolvidas na região e com ações do setor empresarial, otimizando recursos e potencializando resultados;
- Estabelecer eixos de ação complementares, respeitando, com isso, as especificidades dos públicos envolvidos, com suas etapas metodológicas a serem cumpridas;
- Definir indicadores de avaliação que atendam à necessidade de se ter critérios objetivos de análise do projeto e de cada atividade executada e que permitam dimensionar a sua realização (no processo e em termos de resultados e impactos).

Ainda transcrevendo as diretrizes metodológicas propostas de forma conceitual

Assim exposto e compreendido, de forma objetiva, o PEACom segue um conjunto de diretrizes metodológicas e operacionais que servem também para a avaliação e monitoramento. Portanto, é importante considerar que tal conjunto constitui-se na base de apoio para a projeção das ações:

- Ser construído em conjunto com os grupos sociais direta e indiretamente afetados pelo empreendimento, a partir de suas prioridades, tendo como base os problemas, conflitos e potencialidades ambientais por eles identificados;
- Considerar sua interface com as políticas públicas relacionadas com a problemática socioambiental das esferas municipal, estadual e federal;
- Utilizar metodologia que tenha caráter processual, crítico, participativo e dialógico;
- Prever mecanismos de controle social no que tange à avaliação do processo de execução e de seus resultados;
- Avaliar os resultados dos Projetos de Educação Ambiental implementados anteriormente, com vistas a um possível aproveitamento de resultados;
- Promover o fortalecimento institucional da gestão ambiental local, articulando as diferentes esferas do poder público e a sociedade civil organizada;
- Dispor de equipe com experiência comprovada na promoção de ações de educação ambiental com jovens e adultos de grupos sociais diferenciados.

Cabe salientar que no intuito de atender a recomendação feita pelo IBAMA no PARECER No 101/2012–COPAH/CGTMO/DILIC/IBAMA,

O empreendedor realizou um processo de mobilização social que culminou na realização de “OFICINAS DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA CONTRIBUIÇÕES AOS PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS DO PLANO BÁSICO AMBIENTAL – PBA” (anexo I) Tal processo teve como produto a elaboração de uma lista de problemas e possíveis soluções que vão subsidiar a elaboração da agenda socioambiental. Ainda que seja um evento inicial e organizado a partir de

² Educação é “... uma prática social cujo fim é o aprimoramento humano naquilo que pode ser aprendido e recriado a partir dos diferentes saberes existentes em uma cultura, de acordo com as necessidades e exigências de uma sociedade. Atua, portanto, sobre a vida humana em dois sentidos: (1) desenvolvimento da produção social, inclusive dos meios instrumentais e tecnológicos de atuação no ambiente; (2) construção e reprodução dos valores culturais.” (LOUREIRO, C. F. B. et al. Educação ambiental e gestão participativa em unidades de conservação. 3ª edição. Rio de Janeiro: Ibase/IBAMA, 2007 – pág. 12.).

uma chamada de todos sujeitos juntos, sem um processo aprofundado de preparação com esses sujeitos prioritários, se pode perceber a necessidade de promover a organização das comunidades, com vistas à qualidade e autonomia dessas nas esferas de participação e decisão. A seguir transcrevemos os temas elencados nas oficinas por temas de forma a ilustrar o Plano de Trabalho ora apresentado:

SANEAMENTO
<ul style="list-style-type: none">• Implantar e ampliar o fornecimento de água tratada e de qualidade, nas comunidades ribeirinhas e da AEE.• Criar infraestrutura para tratamento de resíduos sólidos com coleta regular e seletiva na AEE.• Criar cooperativa para coleta seletiva do lixo (com sede, qualificação, maquinários, canais de venda e transporte dos resíduos).• Implantar rede de esgotamento sanitário nas comunidades da AEE
SAÚDE
<ul style="list-style-type: none">• Construir duas UPA: uma na comunidade de São José (km 10 da Rodovia Ilhéus/ Uruçuca) e outra na comunidade de Sambaituba, atendendo assim, todas as comunidades de entorno do Empreendimento.• Fortalecer unidades de tratamento de drogados.• Criar um Centro de Reabilitação para pescadores “dependentes químicos”.• Construir um hospital de referência para as comunidades de Uruçuca e Itacaré, diminuindo a demanda de Ilhéus.• Elaborar políticas de saúde pública.
MOBILIDADE URBANA (Hidrovias e rodovias)
<ul style="list-style-type: none">• Implantar sinalização de acessos às praias e comunidades da AEE;• Equipar pontos de ônibus;• Dar manutenção das estradas de acesso às comunidades da AEE• Melhorias das estradas vicinais: do PA Nova Vitória à comunidade do Valão, da rodovia de Ilhéus trecho do Iguape/ Ribeira das Pedras.• Garantir o transporte coletivo das comunidades ao centro urbano de Ilhéus para melhoria de acesso a emprego, bem como acesso à rede de saúde.• Criar áreas de entretenimento (praças, quadras poliesportivas).• Melhorar a pavimentação urbana das comunidades.• Criar áreas de lazer na orla do Litoral Norte de Ilhéus.• Implantar novos atracadouros.• Promover a dragagem sistemática e permanente das bocas de rio/ foz.• Realizar a dragagem da Barra do Morro do Pernambuco e construção de moles para viabilizar o fluxo de barcos no Terminal Pesqueiro Público.• Melhorar os acessos hidroviários.
SEGURANÇA
<ul style="list-style-type: none">• Implantar posto policial nas comunidades da AEE.• Promover a segurança pública das comunidades da AEE.• Iluminação das vias públicas.
EDUCAÇÃO FORMAL E CULTURA
<ul style="list-style-type: none">• Criar Centro de Referência Sócio Cultural visando o desenvolvimento da política cultural no município, bem como a inserção dos jovens em atividades recreativas e de lazer, com áreas para eventos com auditórios e centros de treinamentos.• Promover políticas públicas e políticas sócio educativas com eficácia.• Identificar e inventariar todos os Bens Culturais existentes nas áreas de influências do empreendimento, inclusive aqueles em memória.• Propor utilização do Terminal Pesqueiro como espaço para cursos e treinamentos diversos aos pescadores e marisqueiras.• Desenvolver projetos educativos de conscientização e prevenção às drogas, violência e prostituição.• Promover treinamentos contínuos e com temas adequados aos pescadores e comunidades ribeirinhas.

- Fortalecer através de cursos de capacitação o conhecimento com visão produtiva para os empreendedores locais e famílias dos pescadores (temas: como investir e comercializar produtos, etc.).
- Promover cursos de qualificação e a capacitação continuada da mão de obra local das diversas áreas do Empreendimento para os futuros empregados aos postos de trabalho ofertados.
- Implantar escolas técnicas e cursos universitários para a área da pesca.
- Implantar escolas de 1º e 2º grau nas comunidades da AEE.
- Propor um Barco Escola.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

- **Desenvolver programa de recuperação áreas degradadas (matas ciliares, nascentes, encostas, reflorestamento).**
- **Promover a Educação Ambiental através de capacitação técnica voltada à agricultura familiar, com vistas às condutas de ações ambientais, de orientações de criação de animais (suínos e bovinos), do não uso de pesticidas e do uso de Equipamento Proteção Industrial – EPIs.**
- **Promover campanhas de conscientização da população sobre o descarte de resíduos nas margens ou diretamente nos rios.**
- **Realizar mapeamento das áreas desmatadas para ações de recuperação.**
- **Promover cultura ambiental entre os moradores ribeirinhos e comunidades da AEE através de oficinas de capacitação em educação ambiental para combater a poluição dos rios, praias e mangues e instauração de condutas de ações ambientais.**
- **Fortalecer a Educação Ambiental voltado às comunidades pesqueiras, com oficinas de orientação para os pescadores sobre o correto descarte do lixo, combate à pesca predatória, manejo sustentável entre outros.**
- **Criar Cartilha informativa sobre Educação Ambiental com linguagem clara e acessível aos pescadores e comunidades da AEE.**
- **Articular o Programa de Educação Ambiental como instrumento de consciência de preservação e desenvolvimento social regional.**

COMUNICAÇÃO E INTERAÇÃO SOCIAL

- Ampliar os sinais de internet, telefonia e TV melhorando a comunicação entre as comunidades (instalação de torres de telefonia, internet e celular com sinal disponível em qualquer localidade do entorno do Empreendimento).
- Promover a comunicação social interativa de maneira transparente, com efetiva participação dos atores sociais que serão afetados direta ou indiretamente pelos impactos decorrentes do Empreendimento.
- Criar programa oficial de comunicação - Programa de Rádio Porto Sul - rádio comunitária, boletim informativo e/ou jornal, blog sobre as ações e etapas implementadas do Empreendimento.
- Promover reuniões mensais com as lideranças comunitárias visando à divulgação das informações quanto às ações e etapas do empreendimento.

FORTALECIMENTO DA GESTÃO SOCIAL

- Criar o Comitê Fiscalizador Permanente representado por lideranças comunitárias, partes integrantes da sociedade vinculados direta ou indiretamente ao empreendimento, no sentido de definir metas e diretrizes a serem cumpridas pelas partes nas ações da fase de implantação, com o objetivo de imprimir responsabilidades, minimizando impactos e maximizando benefícios mútuos.
- Promover programa permanente de Educação Patrimonial.
- Realizar a mobilização da comunidade para qualquer ação, contatando os representantes sociais através das Associações ou pessoas responsáveis pelo tema da referida ação (a exemplo da cultura).
- Identificar e capacitar pessoas para apresentar, elaborar e assumir projetos.
- Apoiar a captação de recursos através de projetos e de recursos da iniciativa privada.
- Promover parcerias para o fortalecimento e desenvolvimento institucional das associações da AEE.
- Implantar e legalizar cooperativas para o desenvolvimento das comunidades (a exemplo de cooperativa de piscicultura, artesanato, agricultura familiar, etc.).
- Criar e aparelhar uma cooperativa para produção de alimentos e fornecimento ao empreendimento.
- Criar um Conselho Gestor da Pesca para aprovar e monitorar os programas voltados às

comunidades de pesca.

- Reformar e ampliar as sedes das associações e colônias de pesca.
- Fortalecer a abertura de linhas de financiamentos para reforma e aquisição de petrechos de pesca e embarcações para os pescadores com menor burocracia.
- Propor mudança, através de instrução normativa, do período de pagamento do defeso e realizar a devida fiscalização.
- Apresentar através de oficinas e/ou seminário as medidas compensatórias que serão implementadas pelos construtores do Porto.

Como se pode notar a pauta lista foi sistematizada por assunto e, por sua vez, estabelece o início para o estabelecimento de uma base informacional. Portanto, o trabalho a ser desenvolvido na fase 1 do PEACom se constituirá em: debater a pauta com as lideranças; confirmar sua efetividade em um processo social continuado e; por fim, hierarquizar as demandas para planejar as ações no tempo e no espaço. Ou seja, a oficina proporcionou à equipe executora do PEA e ao Empreendedor um momento de diálogo com os atores sociais envolvidos. Contudo, para atender as orientações do IBAMA, será necessário construir o entendimento com as lideranças comunitárias e dessa forma respeitar sua organização e estrutura social.

Para atender à estas premissas e diretrizes projetou-se a realização de um processo social e educativo a ser realizado em atividades organizadas no espaço e tempo em etapas a saber: **Etapa 1** - Inserção Comunitária e reconhecimento dos sujeitos da ação educativa; **Etapa 2** - Mobilização para a realização do Encontro Comunitário e construção da Agenda; **Etapa 3** - Realização do Encontro Comunitário e elaboração da Agenda, e; **Etapa 4** – Planejamento participativo da Fase II do PEACom.

4.5.1. Descrição das atividades

4.5.1.1. Etapa 1 - Inserção Comunitária e reconhecimento dos sujeitos da ação educativa

Para execução das ações de educação ambiental é importante considerar os quatro tipos de sujeitos prioritários: quilombolas, pescadores, agricultores familiares e indígenas. Cada grupo corresponde às necessidades e agendas diferenciadas, pois, por mais que quilombolas e pescadores artesanais tenham interesses comuns com os agricultores familiares e indígenas, cada um desses têm políticas públicas específicas e características diferenciadas. Portanto, é central que se estabeleça uma agenda por grupo de interesse.

A primeira atividade da equipe executora consiste em se capacitar para atuar nas comunidades, tal capacitação é produto de um processo de sistematização da informação, de apropriação da metodologia e de reconhecimento do território. Para tanto, estão previstas as seguintes atividades: a) *Revisão bibliográfica e levantamento dos documentos públicos sobre as comunidades*, e; b) *Visitas exploratórias como parte de pesquisa social qualitativa*.

a) Revisão bibliográfica e levantamento dos documentos públicos sobre as comunidades:

A primeira atividade é estabelecer a base informacional do PEACom , que terá como ponto de partida os resultados dos estudos ambientais realizados no processo de licenciamento. Esta

atividade, apesar de elementar, deve ser aqui descrita, pois os produtos gerados se tornarão marco referencial para avaliação do processo educativo, em dois aspectos:

1. Reconhecer os projetos de mitigação dos impactos ambientais propostos, articulando as agendas grupos sociais e lideranças comunitárias evitando sobreposição e choque de agendas;
2. Compreender a estratégia de mitigação dos impactos ambientais para estruturar os indicadores e critérios para avaliação do processo educativo proposto.

A partir desse resultado, expresso na forma de um relatório analítico, a equipe executora do PEA estabelece as condições técnicas para sistematizar os documentos públicos referentes à aplicação das políticas públicas que são desenvolvidas nas comunidades alvo do PEA. Dentre outras, devem tratar de direitos fundamentais, promoção da igualdade racial e de gênero, saúde pública, saúde do trabalhador, seguridade social, ordenamento pesqueiro, etc. Tais informações devem estar organizadas por grupo de interesse dos sujeitos prioritários: Quilombolas, Pescadores Artesanais, Agricultores Familiares e Indígenas.

A consolidação destas informações servirá de base para elaboração do roteiro para as visitas exploratórias iniciais e para a definição da estratégia de abordagem e interlocução com as lideranças comunitárias.

b) Visitas exploratórias como parte de pesquisa social qualitativa:

As visitas exploratórias (Lüdke, 1986) visam estabelecer interlocução com as lideranças e agentes das comunidades, permitindo uma visão - ainda que inicial - da correlação de forças existente naquele grupo. Neste trabalho de base, tudo começa com a interlocução com as lideranças: identificar estes interlocutores é o ponto de partida.

Primeira atividade de campo do PEA, estas visitas exploratórias objetivam apresentar a equipe executora para as comunidades, conhecer seus atores sociais e identificar seus problemas, conflitos e potencialidades. As visitas serão realizadas a partir de agendamento prévio com as lideranças, sendo a pauta preliminar:

- 1) Apresentação do PEACom e dos princípios de educação ambiental no licenciamento ambiental;
- 2) Saber, das lideranças, qual o entendimento que estas têm sobre as questões ambientais e sua relação com a implantação do Porto Sul, e;
- 3) Buscar um envolvimento inicial com o processo de mobilização para a realização do Encontro do PEA.

Salienta-se que outras questões podem emergir da revisão bibliográfica e do levantamento de informações, sendo, neste caso, inseridas na pauta das reuniões.

Para que haja apropriação dessas informações, serão utilizados os princípios e procedimentos técnicos da pesquisa-ação na abordagem e tratamento dos dados, em especial a *observação participante*. As técnicas utilizadas serão entrevistas semi-estruturadas e reuniões para discussão de temas geradores.

4.5.1.2. Etapa 2 - Mobilização para a realização do Encontro Comunitário e construção da Agenda

A finalidade do processo de mobilização social consiste em permitir a interação entre a equipe executora e os sujeitos do processo educativo a fim de estabelecer as condições pedagógicas e didáticas para que o processo educativo ocorra. A partir dessa interação com os sujeitos (educandos e educadores) que se estabelecem vínculos e o reconhecimento dos objetivos, finalidades e intencionalidades de cada um dos atores do processo (Equipe executora, Empreendedores e IBAMA).

A mobilização social precede e viabiliza a realização do Encontro das Comunidades. A forma como esta mobilização será desenvolvida é que irá garantir a *qualidade da participação* (Demo, 1996) das comunidades no Encontro e proporcionará as condições para que a Agenda seja, de fato, construída “**com**” as comunidades.

As atividades de mobilização social para o Encontro serão realizadas por meio de visitas às comunidades, conversas informais e reuniões formais com as lideranças, portanto, com vistas à formação de comissões comunitárias para organização do Encontro em cada um dos grupos mobilizados.

O objetivo é conseguir que a mobilização torne-se um processo e um produto, uma vez que decorre de um movimento contraditório, ou seja, de uma contra mobilização (Triviños, 1987). O processo não pode se caracterizar pelo desequilíbrio entre as partes, onde, por um lado, não se ultrapasse o senso comum, e, por outro, se imponha uma pauta e uma agenda.

Encontrar o ponto de equilíbrio, que permita estabelecer uma comunicação de mão-dupla com os sujeitos da ação educativa é uma equação de difícil solução. Ela se construirá a partir de um acordo que, nesta etapa, será feito com as lideranças. É, por excelência, um processo educativo, no qual será possível identificar lideranças ruins (“lideranças viciadas”) e fortalecer as boas. É possível, também, que se estabeleça uma relação de confiança entre as partes, o que abrirá a possibilidade de que uma eventual “liderança viciada” torne-se boa, ao mudar sua prática.

Para que o resultado desejado seja obtido, nessa etapa se realiza o primeiro processo formativo com as lideranças. A finalidade será de ampliar o entendimento sobre as políticas públicas e sociais e sobre o meio ambiente, na perspectiva dos direitos fundamentais, cidadania e comunidades tradicionais e contextualizada na mitigação e compensação dos impactos ambientais decorrentes da implantação do Porto Sul. Esse processo se realizará na forma de encontros e oficinas com a participação de consultores especializados nos temas propostos. A realização das oficinas será organizada considerando os grupos de interesse – Pescadores Artesanais, Quilombolas, Agricultores Familiares e Indígenas – com, no máximo, 30 pessoas por evento, sendo a programação e o conteúdo oriundo das atividades de mobilização.

4.5.1.3. Etapa 3 - Realização do Encontro Comunitário e elaboração da Agenda

A organização do evento será feita com visitas às comunidades, onde pequenas reuniões serão utilizadas para formar grupos locais. Nestes grupos, que se encarregarão de organizar a comunidade para o Encontro, será feita a discussão da Agenda e o refinamento da pauta

estabelecida *a priori*. Durante o evento, também será constituída uma comissão representativa com membros de todas as comunidades para repercutir os resultados alcançados.

O fortalecimento do processo de mobilização para o Encontro Comunitário se dará a partir da realização dessas reuniões/pré-encontros, organizados a partir dos grupos de interesse (Pescadores Artesanais, Quilombolas, Indígenas e agricultores familiares). Tais eventos visam proporcionar a troca de experiências nas comunidades e, ao mesmo tempo, “ensaiar” a realização do Encontro. Dessa forma, os envolvidos – educandos e educadores – podem experimentar a construção das agendas, além de verificar e corrigir erros de mobilização.

Os pré-encontros proporcionam a visualização da agenda o que permitirá aos envolvidos (Comunitários, Executores, Empreendedores e o IBAMA) uma ação refletida, garantindo que a agenda ambiental seja construída “com” os sujeitos dos grupos interessados. Os eventos devem ser necessariamente organizados **junto com** as lideranças comunitárias. Esta ação permite o encadeamento do processo educativo e estabelece a efetividade das diretrizes metodológicas.

Sendo assim, se espera que os sujeitos estejam efetivamente mobilizados, que todos os envolvidos tenham sua proposta de agenda e que essa seja mediada pelos interesses coletivos. Isso enunciado, apesar de sintético e, aparentemente, simples, não o é, pois esse momento é central para o processo educativo e irá permitir o primeiro grande processo reflexivo e avaliativo do PEACom . Mas, mais do que a construção da Agenda Socioambiental, a realização do encontro comunitário é uma estratégia de consolidação do PEA. É neste momento e deste movimento que a pauta e a agenda de longo prazo do PEACom serão constituídas.

O processo de elaboração, realização e avaliação do evento será feito em aproximadamente oito meses. Serão empreendidos cerca de quatro meses na preparação, três dias para a realização e, cerca de quatro meses para a avaliação e consolidação dos resultados.

Espera-se que o Encontro das Comunidades seja um momento rico do processo educativo, capaz de proporcionar um salto de qualidade nas ações e intervenções sociais sobre os sujeitos da ação. A possibilidade de reunir grupos de diferentes comunidades irá proporcionar uma troca de experiências, explicitando pontos em comum que os fortalecem. Ainda, poderá potencializar a preservação de tradições, hábitos e costumes que, em muitos casos, contribuem para a preservação de patrimônios culturais do país e à sadia qualidade de vida dessas populações.

Por ser fruto do relacionamento a ser estabelecido com as lideranças e as comunidades, a estrutura do Encontro, as atividades a serem realizadas e seus objetivos somente poderão ser estabelecidos/desenhados, de forma definitiva, no processo de mobilização comunitária.

É possível, contudo, idealizar uma pauta preliminar, considerando os pressupostos estabelecidos pelo IBAMA e os objetivos do PEACom. Esta estrutura básica de organização está apresentada no quadro abaixo.

Atividade	Objetivo de Aprendizagem
Apresentação cultural dos grupos organizados;	Valorizar a cultura local;
Fala das autoridades locais e representantes dos movimentos sociais;	Criar as condições formais de compromisso entre ambos e as comunidades;
Exposição dialogada sobre organização comunitária;	Articular o conhecimento científico com o tradicional estabelecendo um diálogo entre eles;
Encaminhamento para um trabalho de grupo com perguntas orientadoras que busque problematizar a realidade encontrada no cotidiano das comunidades;	Realizar uma pequena análise da conjuntura local por elas mesmas;
Apresentação dialogada sobre as questões sociais históricas, as causas dos problemas atuais;	Aprofundar o conhecimento sobre a história da região e sair do senso comum para o bom senso;
Realizar uma mesa redonda com representantes de movimentos sociais que se expressam como possíveis parceiros (a combinar);	Construir uma metodologia de articulação com outras forças sociais;
Exposição dialogada sobre a interferência de empreendimentos de grande porte na costa brasileira;	Explicitar os conflitos existentes na disputa pelos recursos naturais buscando alternativas coletivas de sobrevivência das culturas tradicionais;
Trabalho em grupo com perguntas orientadoras que busque a construção da pauta comum;	Democratizar as informações e construir coletivamente acordos que se expressem como ações nas comunidades buscando a emancipação dos sujeitos e a educação ambiental das comunidades.
Plenária com orientação para a síntese dos trabalhos de grupo construindo efetivamente a pauta, hierarquizando as demandas e fazendo um cronograma de execução conjunto.	

4.5.1.4. Etapa 4 – Planejamento participativo da Fase II do PEACom

Neste encontro também será eleita uma comissão de planejamento que deverá reunir-se com a equipe técnica para discussão das condições de execução da agenda socioambiental construída, elaborando desta forma, uma referência para o próximo período do PEA. A realização do Encontro marca o “rito de passagem” para a consolidação do PEACom, pois estabelece a pauta para o próximo período, hierarquiza as ações e consagra, metodologicamente, o “fazer com”.

Esse “fazer com” será materializado de forma a expressar as próximas atividades, firmando os critérios, parâmetros, finalidades e prioridades para o estabelecimento da continuidade do PEA e para a construção do Centro de Convivência e Educação Ambiental – que deverá funcionar como um ponto de referência para as comunidades envolvidas (este centro é escopo do programa de Prevenção à Exploração Sexual). Para tal, o trabalho da comissão de planejamento será de exercer o protagonismo social das ações do PEA estabelecendo o planejamento participativo e dando início a uma interlocução qualificada com o IBAMA, Empreendedor e Equipe Executora. Dessa forma se garante o respeito ao tempo e ao espaço da comunidade e se proporciona o “fazer com”. Esse processo de planejamento deve se estender por cerca de 4 meses e deverá ser realizado por meio de reuniões técnicas e comunitárias para organizar e propor os projetos executivos para cada ação da Agenda Socioambiental.

Monitoramento e Avaliação

A avaliação proposta e aprovada pelo IBAMA pretende ser um processo permanente e continuado. Para tanto, são necessários dois procedimentos fundamentais, explicitados a seguir. O primeiro é a *capacitação continuada da equipe executora* abordando três conteúdos básicos:

- O empreendimento, sua evolução e andamento e os impactos ambientais decorrentes de sua instalação e operação;
- A práxis na e da educação ambiental com comunidades e seus sujeitos prioritários, considerando sua vulnerabilidade e cultura;
- A tradicionalidade e a organização social de comunidades indígenas, quilombolas, de pescadores artesanais e de agricultores familiares.

O segundo procedimento é o *desenvolvimento de um instrumento de monitoramento e avaliação* a ser aplicado e aprimorado em conjunto com as comunidades, devendo buscar avaliar os seguintes parâmetros:

Parâmetros contextuais:

- Conhecimento das relações de parceria e de oposição entre os grupos sociais e a relação de autonomia perante o poder público e outras instituições;
- Sistematização, com os grupos locais, dos principais problemas e conflitos ambientais existentes;
- Compreensão das percepções ambientais, hábitos e usos da população.

Parâmetros de insumo:

- Perfil da equipe executora;
- Equipamentos e recursos didáticos adquiridos e mobilizados;
- Total de recursos financeiros aplicados;
- Tempo disponibilizado pela equipe executora.

Parâmetros de processo:

- Adequação funcional da equipe às exigências de cada atividade no cumprimento do trabalho;
- Capacidade de ajuste metodológico e das atividades segundo as exigências práticas e a realidade encontrada, justificando, objetivamente, tais mudanças;
- Cumprimento das etapas que constam do cronograma de execução nos prazos planejados;
- Cumprimento do cronograma físico-financeiro;
- Permanente análise do retorno obtido junto ao público participante em cada atividade realizada;
- Diálogo estabelecido entre os atores institucionais envolvidos no projeto;
- Aprendizagem conjunta identificada no processo de execução do projeto.

Parâmetros de resultado:

- Atendimento às metas concebidas inicialmente;
- Atendimento ao cronograma de execução;
- Cumprimento dos objetivos propostos;
- Número de participantes por atividade;
- Representatividade dos participantes;
- Envolvimento dos participantes;
- Qualidade das discussões por atividade;
- Temáticas aprofundadas por atividade.

Parâmetros de impacto:

- Ocorrência de mudanças no escopo inicial, tais como produtos não previstos;
- Autonomia local na busca de novos projetos e parceiros institucionais;
- Consolidação de novas formas associativas e organizacionais e fortalecimento das existentes;
- Institucionalização transversal da temática ambiental no poder municipal;
- Consolidação de espaços públicos de acompanhamento e proposição de projetos;
- Envolvimento dos meios de comunicação na divulgação de informações;
- Alteração na conduta e modo de perceber a empresa em cada município.

Para o desenvolvimento desses procedimentos é necessário a constituição de uma assessoria especializada em capacitação de equipes e em avaliação de processos participativos. Dessa forma deverá apresentar, em termos mais esquemáticos, os seguintes passos:

- *Clareza do que se deseja avaliar.* Isso implica em reconhecer a existência de diferentes dimensões que serão, mais ou menos, enfatizadas segundo interesses, marcos legais, objetivos delimitados e questões a serem respondidas;
- *Definição de indicadores que permitam a justa discussão, a análise e a reflexão do projeto em avaliação.* Nesse sentido, a seleção de indicadores depende, conseqüentemente, do que se quer e dos interesses institucionais em jogo, não sendo uma construção isenta, por mais que seu uso propicie objetividade na tomada de decisão;
- *Definição das fontes de informações necessárias* (agentes sociais, documentos e bibliografia) *e dos instrumentos de investigação* para se chegar aos indicadores;
- *Aplicação dos instrumentos selecionados;*
- *Análise das informações produzidas,* por meio de sua ordenação, classificação e análise propriamente dita;
- *Comunicação dos resultados,* o que envolve a produção de relatórios, de outros meios de divulgação e comunicação, a realização de atividades que estabeleçam o diálogo com os envolvidos e a possibilidade da tomada de decisão.

De forma objetiva o processo de avaliação está apresentado no **Quadro 4.1** – Matriz lógica do PEA Porto Sul.

4.5.2. Produção De Material Didático-Pedagógico

Visa subsidiar o público-alvo na abordagem interdisciplinar da educação ambiental, tendo em vista colocar em discussão temas ambientais relevantes. Serão produzidos e utilizados de acordo com cada uma das diferentes situações de aprendizagem.

Os materiais a serem produzidos são:

- *Folhetos e Cartazes*: Designar-se-ão a apresentar o PEACom e a sua agenda de trabalho. Serão utilizados para divulgar as atividades e informar os participantes sobre o empreendimento e as questões ambientais envolvidas.
- *Produção de Documentários*: Servirá de subsídio às atividades de educação ambiental. Os documentários devem ser realizados por empresa especializada, tendo duração máxima de 20 minutos, possuindo imagens ilustrativas e linguagem acessível ao público a que se destina. As informações técnicas devem estar diretamente relacionadas com a realidade local.
- *Acervo Fotográfico*: As atividades do PEA serão registradas em imagens e vídeos de forma a proporcionar a produção de acervo imagético e deverão ser disponibilizadas aos comunitários na forma de mídias digitais e impressas, bem como, divulgadas nas redes sociais.

4.6. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Os Instrumentos Normativos (federais, estaduais, e municipais) que aplicam-se ao subprograma de Educação Ambiental para os Trabalhadores podem ser observados nos quadros abaixo:

Quadro 4.2 - Legislação Federal Aplicável ao Subprograma de Educação Ambiental Comunitária

Legislação	Disposição/caput
Constituição Federal de 1988	<p>TÍTULO II Dos Direitos e Garantias Fundamentais CAPÍTULO I: DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS Art.05: XXIII; LXXI; LXXIII CAPÍTULO II: da União Art. 20: I; II; III; IV; V; VI; VII; IX; X; XI e § 1º e 2º Art. 21: XIX; XX; XXIII a, b e c; XXV Art. 22: X XII XIV XXIV XXVIII Art. 23: I;III; IV; VI; VII; IX; XI Art. 24: VI; VII; VIII CAPÍTULO VII: da Administração Pública Seção IV: das Regiões Art. 43: § 2º, IV e §3º CAPÍTULO I: do Poder Legislativo Seção II: das Atribuições do Congresso Nacional Art. 49: XIV; XVI CAPÍTULO II: do Poder Executivo Seção II: das Atribuições do Congresso Nacional Subseção II: o e Defesa Conselho Nacional Art. 91: § 1º, III CAPÍTULO IV: das Funções Essenciais à Justiça Seção I: do Ministério Público Art. 129: III TÍTULO VII: da Ordem Econômica CAPÍTULO I: dos Princípios Gerais da Atividade Econômica Art. 170: IV Art. 174: §§ 3º e 4º Art. 176 e §§ CAPÍTULO II: da Política Urbana Art 182 e §§ Art. 186 TÍTULO VIII: da Ordem Social CAPÍTULO I: Disposição Geral CAPÍTULO II: da Seguridade Social Art. 200: VII; VIII Art. 216: V e §§ 1º, 3º e 4º CAPÍTULO VI: do Meio Ambiente Art. 225 Todo o artigo CAPÍTULO VII : dos Índios Art. 231 Art. 232</p>
Lei nº. 6.938 de 31.8.1981 Política Nacional do Meio Ambiente	<p>DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE Art. 2º, 3ª DOS OBJETIVOS DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE Art.4º, 5º, 6ª DO SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE Art. 8 DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE Art.9º, 10º,11º 12,14,15,17</p>
Lei nº7.804, de 18 de Junho de 1989	<p>Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, a Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, a Lei nº 6.803, de 2 de julho de 1980, e dá outras providências.</p>

Legislação	Disposição/caput
Decreto nº. 99.274/90	Regulamenta a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e dá outras providências.
Lei nº. 10.257 de 10.7.2001 Estatuto da Cidade	Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, a Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, a Lei nº 6.803, de 2 de julho de 1980, e dá outras providências.
Resolução CONAMA nº. 009/87	Dispõe sobre a audiência Pública
Lei nº. 9.795 de 27.4.1999 Política Nacional de Educação Ambiental	Art. 1º, 2º, 3º incisos I, V e VI; Art. 4º e 5º; Art. 6º, parágrafo único;
Decreto nº. 4.281/02	Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Art. 6º inciso II.
Instrução Normativa IBAMA 02/27/03/2012 Instrução Normativa 02/02	Estabelece as bases técnicas para programas de educação ambiental apresentados como medidas mitigadoras ou compensatórias, em cumprimento às condicionantes das licenças ambientais emitidas pelo IBAMA
Nota Técnica nº 39/2011 – COPAH/CGTMO/DILIC/IBAMA	Orientações para o estabelecimento do Programa de Educação Ambiental no âmbito do licenciamento ambiental.
Decreto nº 95.733/88 Decorrentes	Trata da inclusão, no orçamento de projetos e obras federais, de recursos destinados à prevenção/correção de prejuízos de natureza ambiental, cultural e social;
Lei nº. 7.661 de 16.5.1988 Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro	Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro Arts.1º 2º 3º 5º 6º;
Decreto nº. 5.300/04	Regulamenta a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC;
Lei nº 11.959, de 29 de Junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca	Seção II : da Atividade Pesqueira Art.4º parágrafo Único Art.7º
Lei nHYPERLINK "http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%206.513-1977?OpenDocument"oHYPERLINK "http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%206.513-1977?OpenDocument" 6.513, de 20 de dezembro de 1977	Discorre sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico;
Decreto 26/91	Dispõe sobre a Educação Indígena no Brasil.

Fonte: Elaboração própria, 2013.

Quadro 4.3 - Legislação Estadual Aplicável ao Subprograma de Educação Ambiental Comunitária

Legislação	Disposição/caput
Lei nº 10.431 de 20 de dezembro de 2006 Institui a Política de Meio Ambiente do Estado da Bahia e dá outras providências.	Capítulo II: dos Instrumentos da Política Estadual de Meio Ambiente e Potreção da Biodiversidade. Art. 6º III XIV CAPÍTULO III: da Educação Ambiental Art. 15 § 3º CAPÍTULO IV: do Zoneamento Territorial Ambiental Seção Única: do Gerenciamento Costeiro
Decreto nº 14.024 de 06 de junho de 2012. Dispõe sobre a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia e dá outras providências.	
LEI Nº 12.056 de 07 de Janeiro de 2011. Institui a Política de Educação Ambiental do Estado da Bahia, e dá outras providências.	Seção V, Art. 29
Lei nº 11.897 (16/03/2010) Cria o Conselho Estadual dos Direitos dos Povos Indígenas do Estado da Bahia - COPIBA e dá outras providências.	Art.1º 2º
Lei Nº 11.612 (11/10/2009) Institui a Política Estadual de Recursos Hídricos, o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências.	CAPÍTULO IV: das Diretrizes Art. 4º III IV XI
Lei Nº 11.476 (02/08/2009) Institui a Política de Desenvolvimento do Turismo Sustentável nas Áreas de Proteção Ambiental do Estado da Bahia, sobre o uso e ocupação na Zona de Proteção Visual, na Zona de Agricultura e na Zona de Manejo Especial da APA do Litoral Norte, e dá outras providências.	CAPÍTULO II: dos Objetivos Art. 5º 6º
Decreto Nº 12.433 de 2 de Outubro de 2010 Cria a Comissão Estadual para a Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais - CESPCT.	Art. 1º parágrafo Único I II
Decreto simples de 17 de março de 2010 Composição do Grupo Intersetorial, com a finalidade de desenvolver e executar os Planos de que trata a Política Estadual para Comunidades Remanescentes de Quilombos.	
Decreto Nº 11.850 de 23 de novembro de 2009 Institui a Política Estadual para Comunidades Remanescentes de Quilombos.	CAPÍTULO II : dos Planos de Desenvolvimento Social, Econômico e Ambiental Sustentáveis das comunidades remanescentes de quilombos. Art. 9º 10º.

Fonte: Elaboração própria, 2013.

Quadro 4.4 - Legislação Municipal Aplicável ao Subprograma de Educação Ambiental Comunitária

Legislação	Disposição/caput
Lei Nº 3265, de 29 de novembro de 2006. Institui o Plano Diretor do Município e o Sistema de Planejamento	Art.7º TÍTULO II:das Políticas Municipais CAPÍTULO I: do desenvolvimento Socioeconomico Sustentável SEÇÃO II: das Políticas Municipais de Desenvolvimento Socioeconomico SUBSEÇÃO I: da Política Municipal de Turismo SUBSEÇÃO III: da Política Municipal de Agricultura, Aquicultura e Pesca CAPÍTULO II: do Desenvolvimento Humano SUBSEÇÃO III: da Política Municipal de Saúde; SUBSEÇÃO V: da Política Municipal de Cultura CAPÍTULO III: do Desenvolvimento Urbano - Ambiental SEÇÃO V: da Política Municipal de Meio Ambiente SUBSEÇÃO V: da Política Mncipal de Coleta e Destinação Final de Resíduos;
Lei Nº 2313, de 03 de agosto de 1989. Institui a Política Municipal de Meio Ambiente	CAPÍTULO I: da Política Municipal de Meio Ambiente Art. 1º 2º CAPÍTULO II: da Competência Art. 3º CAPÍTULO III: da Fiscalização
Lei Nº 2636	Cria o defeso do caranguejo manguezais município de Ilhéus
Lei Nº 2628, de 18 de novembro de 1997.	Estrutura o Conselho Municipal de Educação
Lei Nº 1105 Dispõe sobre o código de posturas do município de Ilhéus.	Art.1º 2º 21º
Lei nº 2783 de 04 de junho de 1999. ACRESCENTA PARÁGRAFOS À LEI Nº 2400/91.	Art.1º 2º 3º

Fonte: Elaboração própria, 2013.

4.7. CRONOGRAMA FÍSICO

A execução do subprograma de EA comunitária Fase 1 de tem a duração prevista de 24 meses. Após 2 anos o programa deve ser atualizado por meio de uma proposta de E. A. contínua para as comunidades da AEE. O cronograma físico de execução Fase 1 é representado no **Quadro 4.5**.

Quadro 4.5 - Cronograma Físico de Execução do Subprograma de Educação Comunitária – Fase 1

ETAPAS	ATIVIDADES	ANO 1												ANO 2											
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
ETAPA 1 – INSERÇÃO COMUNITÁRIA	Mobilização e capacitação da Equipe	■	■																						
	Revisão Bibliográfica		■	■	■																				
	Vistas exploratórias				■	■	■	■	■																
ETAPA 2 – MOBILIZAÇÃO	Realização das reuniões de apresentação do PEA								■	■	■	■													
	Formação das Comissões Municipais																								
ETAPA 3 – REALIZAÇÃO DO ENCONTRO	Realização de capacitação das Comissões Municipais no campo dos direitos fundamentais e políticas públicas																								
	Realização das reuniões de planejamento																								
	Realização de capacitação das Comissões Municipais em organização comunitária e políticas públicas																								
	Realização do Encontro																								
ETAPA 4 – PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO	Avaliação do Encontro																								
	Realização das reuniões de divulgação dos resultados do encontro																								
	Realização das reuniões de planejamento participativo do PEA Porto Sul																								
	Elaboração do Plano de Trabalho do PEA Porto Sul para o próximo período																								

Fonte: Elaboração própria, 2013.

4.8. INTERRELAÇÃO COM OUTROS PROGRAMAS

O Programa de Educação Ambiental a ser executado irá compor o conjunto de programas indicados no EIA/RIMA, elaborado no processo de licenciamento do Empreendimento Porto Sul. O Subprograma de Educação Ambiental Comunitária – PEACom por sua vez interage com os outros programas socioambientais do PBA, como podemos observar no **Quadro 4.6**.

Quadro 4.6 - Principais Interações do Subprograma de Educação Ambiental Comunitária com outros PBAs

PRODUTO	DESCRIÇÃO
Programa de Gestão Ambiental (PGA)	O PEAC representa instrumento do Programa de Gestão Ambiental.
Programa de Comunicação e Interação Social	A interação do Programa de Comunicação e Interação Social com o Subprograma de Educação Ambiental Comunitária possibilita a criação de mecanismos de intercâmbio de informações através do diálogo com as comunidades e fortalecimento do controle social por parte da população.
Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGIRS)	PEAC desenvolve ações voltadas aos atores sociais para revisão de valores e práticas com os resíduos gerados nas comunidades. A política Nacional de Resíduos Sólidos aponta como diretriz a implantação de programas de Educação Ambiental.
Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD)	Os cursos de produção de mudas nativas oferecidos no PEAC podem fornecer mudas para a recuperação de áreas degradadas no entorno do empreendimento.
Programa de Monitoramento de Flora	O processo de EA comunitária traz informações para as comunidades no intuito de participar do Monitoramento da Flora.
Programa de Reposição da Vegetação de Nascentes, Matas Ciliares e Manguezais	Os cursos de produção de mudas nativas oferecidos no PEAC podem fornecer mudas para reposição vegetal no entorno do empreendimento.
Programa de Afugentamento e Resgate de Fauna Terrestre	O PEAC prevê visitas monitoradas por agentes mirins aos Centros de Triagem para Animais Silvestres (CETAS).
Programa de Monitoramento da Fauna Terrestre	O processo de EA comunitária traz informações para as comunidades no intuito de participar do Monitoramento da Fauna Terrestre.
Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira	Um dos objetivos do processo de Educação Ambiental Comunitária é promover a produção de conhecimento através da reflexão sobre a realidade local e a promoção de cursos e oficinas com comunidades pesqueiras e marisqueiras.
Programa de Compensação da Atividade Pesqueira	Um dos objetivos do processo de Educação Ambiental Comunitária é promover a produção de conhecimento através da reflexão sobre a realidade local e a promoção de cursos e oficinas com comunidades pesqueiras e marisqueiras.
Programa de Reassentamento	Esse programa necessita um canal de diálogo com a população garantido a sua participação em todo processo.
Programa de Valorização da Cultura	Importante diretriz no processo de Educação Ambiental Comunitária corresponde a valorização da realidade e da cultura local, que será realizada através de encontros de troca de experiências e criação da Agenda Socioambiental.
Programa de Reorientação da Atividade Turística no Litoral Norte	O processo educativo tem por finalidade a reflexão de valores e práticas, bem como, a organização das comunidades do entorno. Assim, a reorientação do uso da atividade turística na região pode ser uma boa consequência das ações de Educação Ambiental.
Programa de Apoio ao Empreendedorismo Local	Todo processo Educativo prepara a população para a organização popular e para o desenvolvimento socioeconômico da região.
Programa de Prevenção à Exploração Sexual	No programa são previstas campanhas de orientação sobre exploração sexual utilizando como instrumentos um processo educativo permanente com as escolas, as comunidades e as famílias. Este programa será o responsável pela construção do centro de Convivência e Educação Ambiental, a ser utilizado no programa de Educação Ambiental

4.9. EQUIPE TÉCNICA

A equipe técnica indicada no **Quadro 4.7** será a responsável pela execução do PEACom e terá autonomia para selecionar profissionais (contratar consultores específicos), com o intuito de ministrarem as capacitações exigidas no Subprograma de PEACom.

Quadro 4.7 - Equipe Técnica do Subprograma de Educação ambiental comunitária

Profissional	Formação/Experiência	Função
Nível Superior Graduação na área de educação ou licenciatura ou comprovada experiência em educação ambiental e popular	Experiência na implementação de processos educativos comunitários em contexto de grandes empreendimentos.	Educador
Nível Superior Graduação em qualquer área	Experiência em Educação Ambiental e ou educação popular	Educador
Antropólogo	Com experiência em comunidades indígenas e Quilombolas	Consultor técnico
Nível médio	Assistente de logística e transporte	Logística
Nível médio	Assistente educacional	Cuidar dos registros
Técnico Administrativo	Técnico em Administração	Auxiliar Administrativo

Fonte: Elaboração própria, 2013.

5. MEDIDAS ASSOCIADAS AO PROGRAMA

- Desenvolver ações de valorização da cultura, voltado para o registro e documentação das tradições e costumes das comunidades residentes na AEE, bem como para criar condições para a preservação do conhecimento tradicional.
- Desenvolver ações efetivas para prevenção à exploração sexual, sem prejuízo da inserção do conteúdo de elementos educativos preventivos no âmbito dos programas de Educação Ambiental e do Programa de Valorização da Cultura.
- Executar de campanha informativa sobre a importância da preservação de mamíferos marinhos junto aos trabalhadores do empreendimento no âmbito do Programa de Comunicação Social.
- Desenvolver ações de conscientização de trabalhadores, motoristas e público do empreendimento, em relação aos cuidados com a fauna ao transitar pelas vias da região.

- Inserir conteúdos específicos sobre este impacto (aumento da exploração sexual de menores e da prostituição) nos Programas de Comunicação Social, de Educação Ambiental e de Valorização da Cultura.
- Inserir módulo específico sobre preservação da fauna silvestre no âmbito do Programa de Educação Ambiental (PEA) do empreendimento.
- Treinamento e capacitação dos trabalhadores de forma que sejam minimizados os transtornos à comunidade do entorno.
- Construção do Centro de Educação Ambiental.

6. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROGRAMA

Lúcia de Fátima Socoowski de Anello - Doutora em Educação Ambiental.
Cadastro Ibama: 298938.

7. RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO PROGRAMA

O empreendedor.

8. REFERÊNCIAS

ALVES, R. Estórias de quem gosta de ensinar. 3ªed. São Paulo: Cortez, 1984. (Coleção polêmicas do nosso tempo).

BRASIL – LEI 9.795 de 27 de abril de 1999 – **Política Nacional de Educação Ambiental.**

COELHO, Arlinda Conceição Dias. Educação ambiental. Salvador: SENAI CETIND, 2000. (Apostila de Educação Ambiental). DIAS, G. F. Educação ambiental princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 1992.

DEMO, P. Participação é Conquista. São Paulo, Editora Cortez 3ª edição, 1996.

FREIRE, P. Educação e Mudança. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 22ª edição, 1998.

GONÇALVES, Dalva R. P. A Educação Ambiental e o Ensino Básico. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE UNIVERSIDADE E MEIO AMBIENTE, 4, 1990, Santa Catarina. Florianópolis. **Anais.** Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1990.

GRUN, Mauro. Ética e educação ambiental: a conexão necessária. Campinas: Papyrus, 1996.

GUEVARA, Arnaldo José de Hoyos. As Relações entre o Natural e o Artificial e suas Implicações Educacionais. In:___ **Conhecimento, cidadania e meio ambiente**, 2. São Paulo: Petrópolis, 1998. 91 p.(Série temas transversais).

GAUDIANO. E.G. Outra lectura a la historia de laeducación ambiental enAméricaLatina y el Caribe. **Tópicos de Educación Ambiental**, N.1, V.1, 1999, p 9-26.

HABERMAS, J. **Consciência Moral e Agir Comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989; 236p.

LUZ, G. O. FRANCO DA. Desenvolvimento da inteligência sócio ambiental. Curitiba: SENAI-CETSAM, 1998. (Apostila de Educação Ambiental).

MORIN, E. **A Cabeça Bem Feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand, 5. ed; 2001; p. 128.

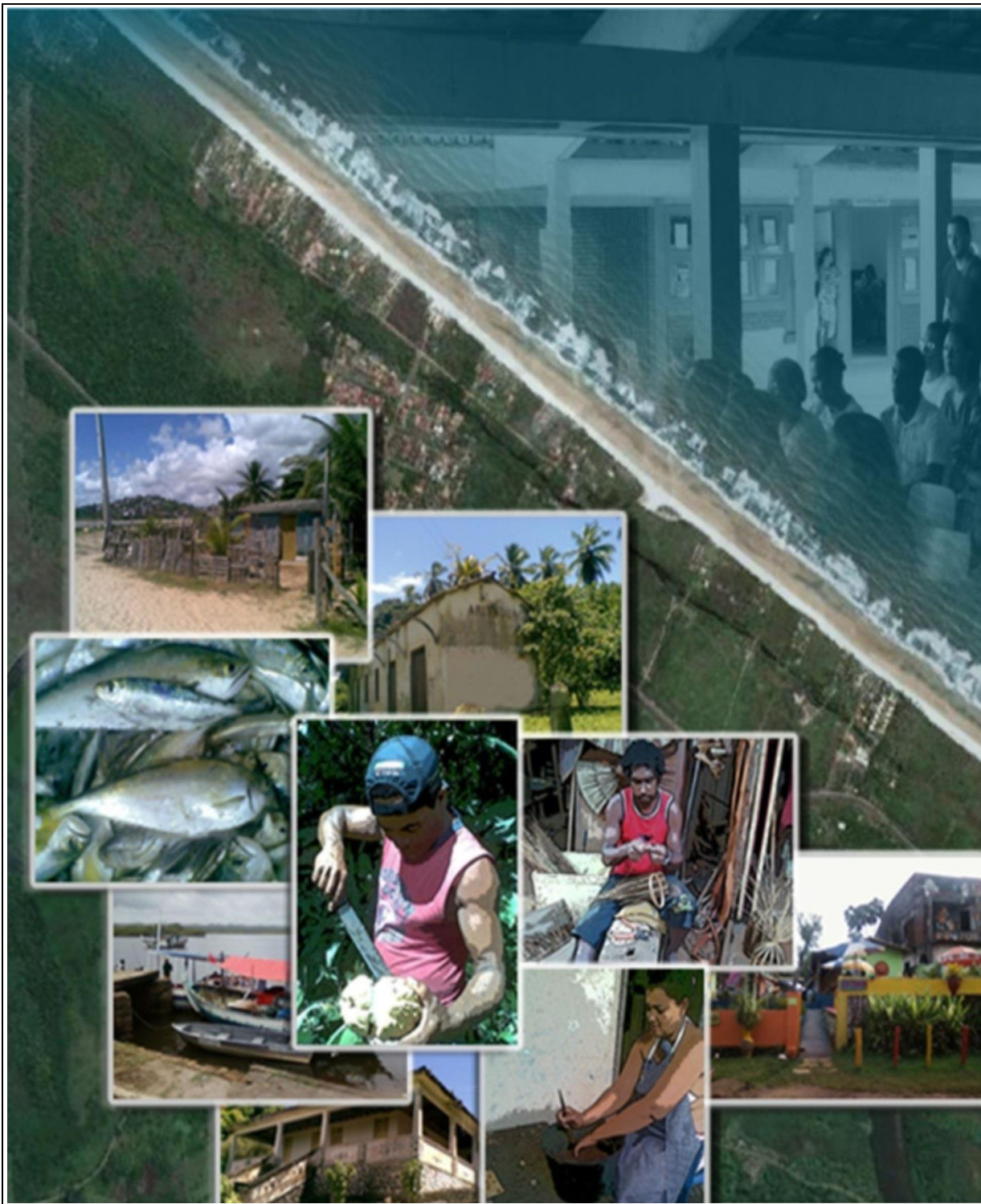
LONDRES, F.C.; SILVA, F.D.; SORRENTINO, M.; Um estudo sobre Centros de Educação Ambiental no Brasil. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental- FURG**, v. 9, jul-dez, 2002, p. 67-82.

SILVA, F.D, **Histórico, classificação e análise de centros de educação**. BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental; temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____.Parâmetros Curriculares: 5ª a 8ª séries do ensino fundamental; introdução dos parâmetros curriculares. Brasília: MEC/SEF, 1998.

ANEXOS

Anexo 1 – Relatório das oficinas de planejamento estratégico interativo educação ambiental e comunicação e interação social. (Comunidades de Pesca da Área de Entorno do Empreendimento – AEE)



EMPREENDIMENTO PORTO SUL

**OFICINAS DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA
CONTRIBUIÇÕES AOS PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS
DO PLANO BÁSICO AMBIENTAL - PBA**

OFICINA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INTERATIVO

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E COMUNICAÇÃO
E INTERAÇÃO SOCIAL**

**(Comunidades da Área de Entorno do
Empreendimento - AEE e Comunidades de
Pesca de Ilhéus)**

RELATÓRIO SÍNTESE

2013



ROSEANE PALAVIZINI
 Coordenação e Responsabilidade Técnica

ROBÉRIO DIAS
 Coordenação Logística e Operacional e
 Consultor Temático de Turismo e Empreendedorismo

VÂNIA HELENA DALPIZZOL
 Coordenação Executiva e
 Consultora Temática de Cultura

ELIENETE OLÍMPIA GOMES
 Articulação Institucional e Mobilização

LAVÍNIA BOMSUCCESSO
 Consultora Temática de Educação Ambiental e
 Comunicação Social

JOSÉ CARLOS BEZERRA Jr.
 Consultor Temático de Pesca

LUCAS GÓES
 Apoio Técnico



Nº Revisão	Data	Itens Revisados	Elaboração	Verificação	Aprovação
2		Não se Aplica	Ethos-Humanus Consultorias Ltda.	_____ Roseane Palavizini	_____ Bahia Mineração

APRESENTAÇÃO

Este **Relatório** tem como principal finalidade apresentar os resultados das Oficinas de Diagnóstico Participativo com vistas a subsidiar o **Programa de Educação Ambiental** e o **Programa de Comunicação e Interação Social**, integrantes do Plano Básico Ambiental (PBA), do Porto Sul, trazendo contribuições das comunidades e segmentos para os respectivos programas. Além dessa oficina, estão sendo realizadas outras oficinas de diagnóstico participativo, referente aos programas de: Apoio ao Empreendedorismo, Reorientação do Turismo no Litoral Norte de Ilhéus, Sustentabilidade da Atividade Pesqueira e Valorização da Cultura Local. O **Relatório Final** apresentará os resultados de todas as oficinas, para orientação aos respectivos programas. A Oficina de Planejamento Estratégico Interativo de Educação Ambiental e Comunicação e Interação Social teve como principal finalidade conhecer as percepções das comunidades envolvidas e construir diagnósticos estratégicos participativos e propostas de ações prioritárias.

A oficina foi dirigida a representantes institucionais e pessoas de referência das comunidades e dos segmentos relacionados ao tema, integrantes da Área de Entorno do Empreendimento (AEE) e das comunidades e instituições de pesca de Ilhéus. A participação qualificada de representantes sociais e pessoas de referência buscou garantir a representatividade, legitimidade e eficácia da participação social nas contribuições aos programas socioambientais, contribuindo para os bons resultados na elaboração dos programas do Empreendimento e a consequente efetividade da sua execução no momento de sua instalação. A oficina foi realizada integrando os temas educação ambiental, comunicação e interação social, com a finalidade de promover a articulação necessária na elaboração e execução dos programas. A realização da oficina se deu em dois momentos, buscando aprofundar os aspectos rurais das comunidades da AEE e as especificidades ambientais da questão da pesca.

A partir das metodologias Pedagogia do Amor e do Planejamento Estratégico Interativo foram produzidos materiais didáticos, como o Manual de Metodológico de Capacitação. Com esse manual os participantes construíram conceitos estruturantes para os referidos Programas e ampliaram seu conhecimento sobre o Empreendimento e sobre o tema da oficina. Em seguida desenvolveram intensos diálogos de grupo para a identificação dos problemas e proposição de ações prioritárias, comprometidas com o melhor desenvolvimento dos Programas para um resultado efetivo junto às comunidades. Durante os diálogos em grupo e as apresentações ao grande grupo, os participantes refletiram sobre diversos conteúdos, contextualizando sua realidade atual e a perspectiva dos impactos previstos no RIMA, no momento de instalação e operação do Porto Sul.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1. INTRODUÇÃO	4
2. REFERENCIAL METODOLÓGICO	5
3. PROGRAMAÇÃO DA OFICINA.....	7
4. MOBILIZAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES	8
4.1. Mapeamento das Unidades Interativas das Oficinas com as Comunidades da AEE e Comunidade de Pesca de Ilhéus	9
4.2. Processo de Mobilização e Termo de Compromisso	9
4.3. Cronograma de Eventos de Mobilização e Sensibilização – Oficinas com Comunidades da AEE e comunidades de Pesca (Setembro e Outubro 2013)	11
4.4. Lista de Participantes	18
4.4.1. Oficina Momento 1 – Comunidades da Área de Entorno do Empreendimento (AEE	18
4.4.2. Oficina Momento 2 – Comunidades de Pesca de Ilhéus	22
5. RESULTADOS DAS OFICINAS PARA O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	26
5.1. Momento 1: Recepção dos Participantes	26
5.2. Momento 2: Apresentação sobre o Porto Sul e Metodologia da Oficina	27
5.3. Momento 3: Construção Coletiva de Conceitos e Reflexão com o Grande Grupo	29
5.4. Momento 4: Diagnóstico Interativo, Estratégias e Ações	44
5.5. Momento 5: Apresentações dos Resultados e Contribuições do Grande Grupo	45
6. RESULTADOS DAS OFICINAS PARA O PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO E INTERAÇÃO SOCIAL	57
6.1. Momento 1: Recepção dos Participantes	57
6.2. Momento 2: Apresentação sobre o Porto Sul e Metodologia da Oficina	58
6.3. Momento 3: Construção Coletiva de Conceitos e Reflexão dos Conceitos com o grande Grupo	60
6.4. Momento 4: Diagnóstico Interativo, Estratégias e Ações	72
6.5. Momento 5: Apresentações dos Resultados e Contribuições do Grande Grupo	73

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....84

REFERÊNCIAS87

APÊNDICES

- 1. Termo de Compromisso**
- 2. Power point da Apresentação da Oficina**
- 3. Listas de Presença**
- 4. Certificado Entregue aos Participantes da Oficina**

1. INTRODUÇÃO

A **Oficina de Planejamento Estratégico Interativo de Educação Ambiental e Comunicação e Interação Social** desenvolvida com os representantes sociais integrantes da Área de Entorno do Empreendimento – AEE e comunidades de pesca de Ilhéus promoveu a construção de um diagnóstico participativo e de proposições priorizadas para subsidiar os respectivos Programas: i) Educação Ambiental e ii) Comunicação e Interação Social. A elaboração desses programas, assim como a realização dessa oficina, integram o Plano Básico Ambiental – PBA, fazendo parte do conjunto de condicionantes necessárias ao processo de licenciamento do Empreendimento, em sua fase de obtenção da Licença de Instalação – LI.

A Oficina dirigida às comunidades da Área de Entorno do Empreendimento – AEE, em conformidade com o EIA/RIMA, considerou a abrangência das seguintes comunidades: Condomínio Verdes Mares, Condomínio Barramares, Condomínio Paraíso do Atlântico, Loteamento Joia do Atlântico, Loteamento Vilas do Atlântico, Vila Isabel, Vila Juerana, Aritaguá, Carobeira, Fazenda Porto, Acampamento Novo Destino, Ribeira das Pedras, Vila Olímpio, Vila Campinhos, Sambaituba, Valão, Bom Gosto, Itariri, Lava Pés, Santa Luzia, São João/ Areal, Urucutuca e Castelo Novo, bem como as comunidades pesqueiras sujeitas à afetação da Área de Entorno do Empreendimento – AEE, incluindo ainda a sede de Ilhéus, Vila Mamoã, Ponta do Ramo, Ponta da Tulha, Pé de Serra, Sobradinho, Aritaguá, Vila Juerana, Urucutuca e Sambaituba. Também foram consideradas as comunidades de Iguape e São José, não incluídas na AEE, porém citadas nos Programas (Estudos Complementares).

A Oficina dirigida às comunidades de pesca considerou as comunidades de pesca no rio e mar, do município de Ilhéus, agrupando os pescadores por tipo de pesca: camarão, peixe e marisco, permitindo o aprofundamento das questões inerentes a cada atividade.

Participaram da Oficina de Educação Ambiental e Comunicação e Interação Social das comunidades da AEE, 41 representantes sociais e da Oficina das comunidades e segmento pesqueiro, 48 representantes de pescadores e marisqueiras.

Todo o conteúdo produzido durante a oficina está registrado neste Relatório, incluindo registro fotográfico e lista de participantes, assim como todas as ações indicadas pelas comunidades, com identificações que revelam a representatividade da participação social na Oficina.

2. REFERENCIAL METODOLÓGICO

A Oficina de Planejamento Estratégico Interativo tem sua fundamentação na **Gestão Transdisciplinar do Ambiente**¹ e no **Modelo PEDS** (Planejamento Estratégico do Desenvolvimento Sustentável)². A Gestão Transdisciplinar do Ambiente desenvolve as metodologias: *Percepção Complexa do Território, Planejamento Estratégico Complexo, Educação para a Sustentabilidade, Interação e Comunicação Social e Governança do Bem Comum*, onde são desenvolvidos métodos de participação da sociedade nos processos de planejamento e gestão do ambiente e do território, com a finalidade da construção da governança local, articulando os segmentos: social, público e privado.

A Percepção Ambiental auxilia no conhecimento da forma de pensar, perceber e conceber a realidade existente e a desejada, permitindo conhecer os anseios e a visão dos envolvidos, sobre o ambiente em que vivem. O Planejamento Estratégico Complexo, aplicado ao território, colegiados e instituições, contribui com a construção coletiva e cooperativa de conceitos e propostas comuns, comprometidas com a sustentabilidade. A Educação para a Sustentabilidade trabalha metodologias pedagógicas transdisciplinares com o foco na ampliação do conhecimento ambiental das comunidades, assim como do conhecimento sobre o território, suas limitações e potencialidades. Essa metodologia articula a *educação para gestão, educação tecnológica e educação comunicativa*, tendo a *educação ambiental* como transversal. A Governança do Território e do Bem Comum emerge da relação entre planejamento, gestão e educação, enfatizando a autonomia das comunidades, suas formas de vida e visões de mundo singulares, ampliando seu conhecimento para uma participação efetiva, comprometida com uma forma de viver mais sustentável.

O Modelo PEDS oferece sua metodologia construtivista a Pedagogia do Amor, que parte da valorização da escuta dos saberes locais. O conjunto de teorias e metodologias visa uma atuação com rigor técnico e científico, respeitando as comunidades locais e os segmentos envolvidos, na busca de resultados efetivos comprometidos com o diálogo, a articulação social, a atuação cooperativa e com desenvolvimento local integrado e sustentável.

¹ PALAVIZINI, Roseane. **Gestão Transdisciplinar do Ambiente: Uma Perspectiva aos Processos de Planejamento e Gestão Social no Brasil**. Tese de Doutorado do Programa de Engenharia Ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, 2006.

²SILVA, Daniel. **Uma Abordagem Cognitiva ao Planejamento Estratégico da Sustentabilidade**. Tese de Doutorado do Programa de Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

➤ Caracterização das Instituições da Sociedade Civil

Para melhor compreender os agentes intervenientes do sistema social, é importante conhecer cada segmento atuante nas áreas de influência do empreendimento, identificando sua lógica de operação e sua visão e percepção sobre o desenvolvimento do território de implantação do Porto Sul. O objetivo desse mapeamento é valorizar a diversidade de organizações, construindo estratégias específicas de diálogo, com vistas a sua interação efetiva na gestão social do ambiente e na governança do seu território. O processo de mobilização para participação nas oficinas foi baseado no Diagrama da Interação Social, apresentado ao lado, que define os universos formadores da governança local, auxiliando a mobilização qualificada para garantir a legitimidade e representatividade dos processos participativos.

Figura 1: Diagrama de Interação Social – Segmentos Atuentes:



Fonte: PALAVIZINI, Roseane. *Gestão Transdisciplinar do Ambiente*. Florianópolis, 2006

3. PROGRAMAÇÃO DA OFICINA

A Oficina foi organizada em dois momentos, durante um período de 8hs cada, contemplando quatro etapas cada momento. A primeira etapa buscou atualizar os participantes sobre o licenciamento do Empreendimento Porto Sul, informando sobre os impactos, identificados no EIA/RIMA, previstos para o segmento envolvido na oficina e contextualizados na realidade local, assim como sobre os resultados dos novos estudos, que serão apresentados nas audiências públicas, em Ilhéus e Itabuna, nos dias 12 e 13 de dezembro. A segunda etapa realizou a construção de um conceito de referência para ampliar o conhecimento e a percepção dos participantes sobre o tema abordado. A terceira etapa iniciou o processo de diagnóstico interativo e priorização de ações, por meio de diálogos e reflexões interativas. A quarta etapa realizou a reflexão integrada, por meio das apresentações dos pequenos grupos, ao grande grupo, possibilitando contribuições mútuas e a visualização dos problemas e soluções priorizados por cada grupo. A oficina aconteceu nos dias **31 de outubro e 1º de novembro de 2013**, no auditório do Hotel Barravento, em Ilhéus.

Quadro 1: Programação da Oficina.

Horário	Atividade
08h às 09h	Recepção e Apresentação dos Participantes
09h às 10h	Apresentação do Empreendimento (Novos Estudos e Impactos Previstos)
10h às 11h	Construção Conceitual (Conceito de Referência do Tema)
11h às 12h	Partilha de saberes – Reflexão dos Conceitos com o Grande Grupo
12h às 13h	Almoço
13h às 15h	Diagnóstico Interativo e Priorização de Ações
15h às 17h	Apresentações e Contribuição do Grande Grupo
17h	Construção da Síntese
17h30min	Avaliação e Encerramento

4. MOBILIZAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES

A mobilização e sensibilização para a Oficina de Planejamento Estratégico para Educação Ambiental e Comunicação e Interação Social do empreendimento Porto Sul apresentou os seguintes objetivos:

1. atualizar o mapeamento de pessoas e instituições relacionadas ao tema;
2. estabelecer contato e diálogo com pessoas e instituições mobilizadas, buscando motivá-los para sua participação na oficina;
3. construir com os mobilizados um pacto de compromisso para sua participação (assinado), demonstrando conhecimento dos objetivos da oficina e seu compromisso de participação durante as 16hs.

Os eventos de mobilização e interação foram realizados nas Comunidades da AEE e comunidade de pesca de Ilhéus, entre os meses de setembro e outubro de 2013. A primeira etapa, no mês de setembro, constou do mapeamento das unidades interativas existentes na região e reuniões de planejamento com a equipe técnica, para produção dos formulários e orientações metodológicas e de procedimentos. A segunda etapa ocorreu em outubro, quando aconteceram encontros comunicativos e reuniões com as representações institucionais e sociais e a mobilização das comunidades, culminando com a realização da Oficina de Planejamento Estratégico para Educação Ambiental e Comunicação e Interação Social.

Todas as atividades desenvolvidas foram realizadas de forma articulada, com encontros de mobilização e sensibilização com as comunidades e instituições, estabelecendo contato permanente, contemplando ainda a elaboração de materiais pedagógicos e de comunicação.

4.1 Mapeamento das Unidades Interativas das Oficinas com as Comunidades da Área de Entorno do Empreendimento (AEE) e Comunidades de Pesca de Ilhéus

O objetivo do mapeamento das unidades interativas é valorizar a diversidade de organizações, construindo estratégias específicas de diálogo, com vistas a sua interação efetiva na gestão social do ambiente e na governança do território. O grupo participante da oficina foi constituído por representantes institucionais e pessoas de referência dos segmentos envolvidos com o programa trabalhado: educadores, comunicadores, representantes de associações e pessoas de referência e representantes institucionais da AEE e comunidades de pesca de Ilhéus.

4.2. Processo de Mobilização e Termo de Compromisso

Para a construção participativa e contribuição aos Programas Socioambientais do Porto Sul, foi elaborado o Termo de Compromisso onde consta um breve histórico do empreendimento Porto Sul até o momento da obtenção da sua licença prévia (LI). Esclarece o objetivo das Oficinas de Diagnóstico Participativo de construir com as comunidades e segmentos envolvidos com os programas socioambientais um diagnóstico que identifique os principais problemas e aponte prioridades para o melhoramento da qualidade e condição de vida das comunidades locais, bem como informar que esses programas têm como principal finalidade diminuir os impactos negativos que poderão ser causados com a chegada do empreendimento e potencializar as qualidades locais, na perspectiva de contribuir com o desenvolvimento das comunidades existentes em sua área de influência.

O termo de compromisso representa a Inscrição formal do signatário para a participação, de forma integral, durante 8 horas de realização das oficinas, representando e compartilhando interesses coletivos e a responsabilidade social e ambiental da sua comunidade, bem como valorizando os cidadãos que acumulam a experiência e o conhecimento tradicional das localidades e dos temas específicos para cada oficina, contribuindo para a indicação de caminhos que tragam aporte efetiva para o desenvolvimento das pessoas, do lugar e da região.

O processo de mobilização e sensibilização foi desenvolvido a partir das seguintes etapas metodológicas:

- Levantamento secundário dos segmentos, suas instituições e comunidades relacionadas ao tema da oficina e à abrangência definida no respectivo programa: AEE, AID e AII.
- Compatibilização do levantamento secundário com a realização de mapeamento direto das representações sociais nas comunidades.
- Reconhecimento e identificação dos representantes sociais atuantes do Setor Público, Privado e Segmento Social Institucional e Social Local, relacionados ao tema das oficinas.
- Contato inicial por telefone para agendamento de reuniões presenciais.
- Reuniões e visitas presenciais para melhor comunicar a importância da participação da oficina, sensibilizando e empoderando os representantes sociais e representantes locais, atores institucionais e atores de referência local, com conhecimento sobre a Oficina e seus objetivos, valorizando a importância estratégica da participação para garantir a contribuição das comunidades nos programas do Porto Sul. Nesse momento também foi apresentado o cronograma das oficinas e a confirmação das datas e foi solicitada a indicação de um representante da instituição para participação na oficina específica.
- Confirmação do convite e motivação dos representantes sociais, institucionais e atores de referência local sobre o processo de mobilização de seus pares para participar do evento;
- Encontros presenciais para a leitura e assinatura do documento de Inscrição e o **Termo de Compromisso de Participação na Oficina**.
- Reforço da mobilização quanto à participação na oficina.
- Realização das Oficinas.

4.3. Cronograma de Eventos de Mobilização e Sensibilização – Oficinas com Comunidades da Área de Entorno do Empreendimento (AEE) e Comunidades de Pesca (Setembro e Outubro 2013).

O quadro abaixo sistematiza e qualifica o tipo de reunião, o local, o objetivo e a representatividade dos eventos de mobilização e sensibilização que foram realizados para as oficinas de diagnóstico participativo referente aos programas de: Educação Ambiental, Comunicação e Interação Social.

Quadro 2: Eventos de Mobilização e Sensibilização:

	Reunião Equipe Técnica e OFICINAS DE DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO
	Reunião Técnica – Mobilização Prévia
	Mobilização

Nº	EVENTO	OBJETIVO	PARTICIPANTES	LOCAL	DATA	Nº Pessoas
1.	Reunião de Planejamento da Equipe Técnica	Detalhamento do Plano de Trabalho a partir dos documentos enviados pela BAMIN/Hydros/BMA para orientação da realização das Oficinas de Diagnóstico Interativo para o Porto Sul e formação da equipe de trabalho.	Ethos-Humanus Consultorias: Elienete Gomes, Roseane Palavizini e Vania Helena Dalpizzol.	Saraiva Iguatemi	12/09/2013	03
2.	Reunião de Planejamento da Equipe Técnica	Apresentação do Plano de Trabalho previsto para a realização de Oficinas de Diagnóstico Participativo para subsidiar o Plano Básico Ambiental do Porto Sul	Bamin: Aildo Fonseca. BMA: Marcela. Hydros Engenharia: Daniela e Sandro Ethos-Humanus Consultorias: Elienete, José Carlos, Roseane e Vania Helena.	Escritório Bamin – Salvador	16/09/2013	08
3.	Reunião Técnica planejamento e agendamento com secretarias municipais.	Agendamento de encontro institucional com as secretarias municipais de Ilhéus relacionadas com os temas das oficinas	SECULT – Secretaria de Cultura SETUR – Secretaria de Turismo Chefia de Gabinete SEAD – Secretaria de Administração SEC – Secretaria Cultural	Ilhéus	30/09/2013	-
4.	Reunião Técnica	Agendamento de encontro institucional com Secretário e assessores.	SEAP - Secretaria de Agricultura e Pesca	Ilhéus	01/10/2013	-

Nº	EVENTO	OBJETIVO	PARTICIPANTES	LOCAL	DATA	Nº Pessoas
5.	Reunião Técnica com Secretarias Municipais	Esclarecimentos da fase atual do Porto Sul e do Plano de Trabalho da Ethos-Humanus para a realização de Oficinas que servirão de subsídios ao PBA.	SETUR – Secretaria de Turismo: Jack Rodrigues e Paulo Cidade Ethos-Humanus Consultorias: Elienete.	Ilhéus	01/10/2013	03
6.	Reunião Técnica com Secretarias Municipais	Esclarecimentos da fase atual do Porto Sul e do Plano de Trabalho da Ethos-Humanus para a realização de Oficinas que servirão de subsídios ao PBA.	SECUL – Secretaria de Cultura: Paulo Roberto Santos, Geny Rosa Soares, Regina Lucia Filgueiras e Pitágoras de Luna. Ethos-Humanus Consultorias: Elienete.	Ilhéus	01/10/2013	05
7.	Reunião Técnica com Secretarias Municipais	Esclarecimentos da fase atual do Porto Sul e do Plano de Trabalho da Ethos-Humanus para a realização de Oficinas que servirão de subsídios ao PBA.	SEAD – Secretaria de Administração: Ricardo Teixeira Machado e Ilkiara Demétrio Ethos-Humanus Consultorias: Elienete.	Ilhéus	01/10/2013	03
8.	Reunião Técnica com Secretarias Municipais	Esclarecimentos da fase atual do Porto Sul e do Plano de Trabalho da Ethos-Humanus para a realização de Oficinas que servirão de subsídios ao PBA.	Chefia de Gabinete: Vitor Roberto da Veiga Ferreira e Carmem Dolores Ethos-Humanus Consultorias: Elienete	Ilhéus	01/10/2013	03
9.	Reunião Técnica	Agendamento de encontro institucional com Presidente da Instituição	ATIL – Associação de Turismo de Ilhéus	Ilhéus	01/10/2013	-
10.	Reunião de Planejamento da Equipe Técnica	Encontro com os consultores que irão elaborar os programas do PBA para reconhecimento de suas expectativas quanto aos resultados das Oficinas de Diagnóstico Participativo que subsidiam o Plano Básico Ambiental do Porto Sul.	BMA: Marcela. Hydros Engenharia: Daniela Equipe Consultores: Dora Lobão, Lilian Andrade, Ruy Aguiar. Ethos-Humanus Consultorias: Roseane e Vania Helena.	Escritório da Hydros – Salvador	02/10/2013	07
11.	Mobilização	Agendamento de encontro institucional com os vereadores.	Câmara de Vereadores: Carmelita Argolo. Ethos-Humanus Consultorias: Elienete	Ilhéus	02/10/2013	02
12.	Mobilização	Esclarecimentos da fase atual do Porto Sul e do Plano de Trabalho da Ethos-Humanus para a realização de Oficinas que servirão de subsídios ao PBA.	Colônia de Pesca Z-34: Aylan Jurandy Sousa Ethos-Humanus Consultorias: Elienete	Ilhéus	02/10/2013	02

Nº	EVENTO	OBJETIVO	PARTICIPANTES	LOCAL	DATA	Nº Pessoas
13.	Mobilização	Esclarecimentos da fase atual do Porto Sul e do Plano de Trabalho da Ethos-Humanus para a realização de Oficinas que servirão de subsídios ao PBA.	Colônia de Pesca Z-19: José Leonardo e Katiny Oliveira Ethos-Humanus Consultorias: Elienete	Ilhéus	02/10/2013	03
14.	Mobilização	Esclarecimentos da fase atual do Porto Sul e do Plano de Trabalho da Ethos-Humanus para a realização de Oficinas que servirão de subsídios ao PBA.	APESMAR: Dulciene C. Santos Ethos-Humanus Consultorias: Elienete	Ilhéus	02/10/2013	02
15.	Mobilização	Esclarecimentos da fase atual do Porto Sul e do Plano de Trabalho da Ethos-Humanus para a realização de Oficinas que servirão de subsídios ao PBA.	SEDUC – Secretaria de Educação: Ana Angélica Lima Ethos-Humanus Consultorias: Elienete	Ilhéus	02/10/2013	02
16.	Mobilização	Esclarecimentos da fase atual do Porto Sul e do Plano de Trabalho da Ethos-Humanus para a realização de Oficinas que servirão de subsídios ao PBA. Mapeamento das representações institucionais e sociais vinculadas à secretaria.	SEAP – Secretaria de Agricultura e Pesca: Sebastião Antônio Vivas Costa Ethos-Humanus Consultorias: Elienete	Ilhéus	03/10/2013	02
17.	Mobilização	Esclarecimentos da fase atual do Porto Sul e do Plano de Trabalho da Ethos-Humanus para a realização de Oficinas que servirão de subsídios ao PBA. Mapeamento das representações institucionais e sociais vinculadas à secretaria.	Secretaria de Meio Ambiente: Antônio Vieira, Paulo Roberto Rocha, Stéfane e Fernanda. Ethos-Humanus Consultorias: Elienete	Ilhéus	03/10/2013	05
18.	Mobilização	Esclarecimentos da fase atual do Porto Sul e do Plano de Trabalho da Ethos-Humanus para a realização de Oficinas que servirão de subsídios ao PBA. Mapeamento das representações institucionais e sociais vinculadas à associação.	ATIL – Associação de Turismo de Ilhéus: Marco Lessa Ethos-Humanus Consultorias: Elienete	Ilhéus	03/10/2013	02

Nº	EVENTO	OBJETIVO	PARTICIPANTES	LOCAL	DATA	Nº Pessoas
19.	Mobilização	Esclarecimentos da fase atual do Porto Sul e do Plano de Trabalho da Ethos-Humanus para a realização de Oficinas que servirão de subsídios ao PBA. Mapeamento das representações institucionais e sociais vinculadas à secretaria.	SEDUC - Secretaria de Educação: Profa. Marlúcia Mendes da Rocha Ethos-Humanus Consultorias: Elienete	Ilhéus	03/10/2013	02
20.	Mobilização	Esclarecimentos da fase atual do Porto Sul e do Plano de Trabalho da Ethos-Humanus para a realização de Oficinas que servirão de subsídios ao PBA. Mapeamento das representações institucionais e sociais vinculadas à associação.	ACAPE – Associação dos Produtores e Armadores de Pesca de Camarão e Peixes Diversos de Ilhéus: Pedro Ethos-Humanus Consultorias: Elienete	Ilhéus	03/10/2013	02
21.	Mobilização	Confirmação das datas das Oficinas de Diagnóstico Participativo e suas respectivas temáticas	Chefia de Gabinete: Carmem Dolores Ethos-Humanus Consultorias: Elienete	Ilhéus	08/10/2013	02
22.	Mobilização	Confirmação das datas das Oficinas de Diagnóstico Participativo e suas respectivas temáticas. Solicitação dos contatos dos Administradores Municipais das Comunidades da AEE.	SEAD – Secretaria de Administração: Ricardo Teixeira Machado Ethos-Humanus Consultorias: Elienete	Ilhéus	08/10/2013	02
23.	Mobilização	Confirmação das datas das Oficinas de Diagnóstico Participativo e suas respectivas temáticas. Avaliar junto ao secretário participante e representantes de Pesca para a Oficina de Educação Ambiental e Comunicação e Interação Social e Oficina de Sustentabilidade da Pesca.	SEAP – Secretaria de Agricultura e Pesca: Sebastião Antônio Vivas Costa Ethos-Humanus Consultorias: Elienete	Ilhéus	08/10/2013	02
24.	Mobilização	Atualização do Mapeamento Interativo e agendamento de reunião com toda a direção da associação.	APESMAR: Dulciene C. Santos Ethos-Humanus Consultorias: Elienete	Ilhéus	08/10/2013	02

Nº	EVENTO	OBJETIVO	PARTICIPANTES	LOCAL	DATA	Nº Pessoas
25.	Mobilização	Informações e confirmação das datas das Oficinas de Diagnóstico Participativo e suas respectivas temáticas. Agendamento de reunião com o novo Diretor Regional da Bahia Pesca.	Terminal Pesqueiro/ Bahia Pesca: Luciano Rosário Ethos-Humanus Consultorias: Elienete	Ilhéus	09/10/2013	02
26.	Mobilização	Informações e confirmação das datas das Oficinas de Diagnóstico Participativo e suas respectivas temáticas. Relacionar participantes das comunidades vinculados à secretaria para as Oficinas de Educação Ambiental e Comunicação.	SEDUC – Secretaria de Cultura: Ana Angélica Lima Ethos-Humanus Consultorias: Elienete	Ilhéus	09/10/2013	02
27.	Mobilização	Solicitação do Secretário para nova reunião com maiores esclarecimentos sobre a execução dos trabalhos e a participação da secretaria	SEAD – Secretaria de Administração: Ricardo Teixeira Ethos-Humanus Consultorias: Elienete	Ilhéus	09/10/2013	02
28.	Mobilização	Reunião com presidente da associação. Avaliar a relação dos representantes sociais que participarão das Oficinas de Diagnóstico Participativo	ACAPE – Associação dos Produtores e Armadores de Pesca de Camarão e Peixes Diversos de Ilhéus: Pedro Ethos-Humanus Consultorias: Elienete	Ilhéus	09/10/2013	02
29.	Mobilização	Formalização das inscrições e assinaturas do Termo de Compromisso de Participação na Oficina de Diagnóstico Participativo de Educação Ambiental e Comunicação e Interação Social.	SEDUC – Secretaria de Cultura: Ana Angélica Lima Ethos-Humanus Consultorias: Elienete	Ilhéus	10/10/2013	02
30.	Mobilização	Reunião para validar representantes sociais que participarão das Oficinas de Diagnóstico Participativo.	FAMI e FAMEB: Marco Lessa Ethos-Humanus Consultorias: Elienete	Ilhéus	10/10/2013	02
31.	Mobilização	Formalização das inscrições e assinaturas do Termo de Compromisso de Participação na Oficina de Diagnóstico Participativo de Educação Ambiental e Comunicação e Interação Social e Oficina de Sustentabilidade da Pesca.	Colônia de Pesca Z-19: José Leonardo Ethos-Humanus Consultorias: Elienete	Ilhéus	11/10/2013	02

Nº	EVENTO	OBJETIVO	PARTICIPANTES	LOCAL	DATA	Nº Pessoas
32.	Mobilização	Formalização das inscrições e assinaturas do Termo de Compromisso de Participação na Oficina de Diagnóstico Participativo de Educação Ambiental e Comunicação e Interação Social e Oficina de Sustentabilidade da Pesca.	Colônia de Pesca Z-34: Reinaldo Oliveira dos Santos (Zé Nequinho) Ethos-Humanus Consultorias: Elienete	Ihéus	11/10/2013	02
33.	Mobilização	Reunião para validar representantes sociais que participarão das Oficinas de Diagnóstico Participativo.	Câmara de Vereadores: Carmelita Argolo Ethos-Humanus Consultorias: Elienete	Ihéus	11/10/2013	02
34.	Mobilização	Formalização das inscrições e assinaturas do Termo de Compromisso de Participação na Oficina de Diagnóstico Participativo de Educação Ambiental e Comunicação e Interação Social e Oficina de Sustentabilidade da Pesca.	ACAPE, APESMAR, Terminal de Pesca, SEAP, Bahia Pesca e Comunidade de São Miguel: Diversos representantes. Ethos-Humanus Consultorias: Elienete	Ihéus	14/10/2013	-
35.	Mobilização	Formalização das inscrições e assinaturas do Termo de Compromisso de Participação na Oficina de Diagnóstico Participativo de Educação Ambiental e Comunicação e Interação Social e Oficina de Sustentabilidade da Pesca.	Comunidade Joia do Atlântico: Telma Comunidade de Ponta da Tulha: Hilário Sindicato dos Portuários: Mirinho Ethos-Humanus Consultorias: Elienete	Ihéus	14/10/2013	04
36.	Mobilização	Apresentar cronograma com datas das oficinas e formalização das inscrições e assinaturas do Termo de Compromisso de Participação na Oficina de Diagnóstico Participativo de Educação Ambiental e Comunicação e Interação Social e Oficina de Sustentabilidade da Pesca.	COESO/ REDE COM/ Comunidade Joia do Atlântico: Telma COESO: Alcemiro Ethos-Humanus Consultorias: Elienete	Ihéus	16/10/2013	03
37.	Mobilização	Formalização das inscrições e assinaturas do Termo de Compromisso de Participação na Oficina de Diagnóstico Participativo de Educação Ambiental e Comunicação e Interação Social e Oficina de Sustentabilidade da Pesca.	Comunidades da AEE Ethos-Humanus Consultorias: Elienete	Ihéus	17 e 18/10/2013	-

Nº	EVENTO	OBJETIVO	PARTICIPANTES	LOCAL	DATA	Nº Pessoas
38.	Mobilização	Formalização das inscrições e assinaturas do Termo de Compromisso de Participação na Oficina de Diagnóstico Participativo de Educação Ambiental e Comunicação e Interação Social.	Comunidades da AEE Ethos-Humanus Consultorias: Elienete	Ilhéus	21 a 25/10/2013	-
39.	Mobilização	Reforço de mobilização para participação na Oficina de Diagnóstico Participativo de Educação Ambiental e Comunicação e Interação Social.	Comunidades da AEE Ethos-Humanus Consultorias: Elienete	Ilhéus	28 e 30/10/2013	-
40.	OFICINA (Momento 1)	EDUCAÇÃO AMBIENTAL E COMUNICAÇÃO E INTERAÇÃO SOCIAL COM AS COMUNIDADES DO ENTORNO (AEE) E COMUNIDADES DE PESCA	Pessoas de Referência e Representantes Educadores e Comunicadores das Associações, Comunidades e Escolas da Área de Entorno do Empreendimento (AEE).	Auditório - Hotel Barravento - ILHÉUS	31/10/2013	41
41.	OFICINA (Momento 2)	EDUCAÇÃO AMBIENTAL E COMUNICAÇÃO E INTERAÇÃO SOCIAL COM AS COMUNIDADES DO ENTORNO (AEE) E COMUNIDADES DE PESCA	Pessoas de Referência e Representantes Educadores e Comunicadores das Associações, Comunidades e Escolas da Área de Entorno do Empreendimento (AEE).	Auditório - Hotel Barravento - ILHÉUS	1º/11/2013	48

4.4. Lista de Participantes

O mapeamento, mobilização e sensibilização dos participantes foram realizados durante setembro e outubro de 2013.

4.4.1. Oficina Momento 1 – Comunidades da Área de Entorno do Empreendimento (AEE)

No Quadro 4 está a lista dos universos formadores da governança local que qualifica a legitimidade e representatividade na oficina, onde para cada segmento é descrito o nome do participante, a instituição ou comunidade que representa e a função exercida.

Quadro 4: Relação dos Participantes da Oficina de Educação Ambiental e Comunicação e Interação Social da AEE do Empreendimento:

OFICINAS DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA CONTRIBUIÇÕES AOS PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS DO PLANO BÁSICO AMBIENTAL - PBA			
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E COMUNICAÇÃO E INTERAÇÃO SOCIAL			
(Comunidades da Área de Entorno do Empreendimento - AEE)			
Nº	Nome do Participante	Empresa/Órgão/Associação	Localidade
1	ADILSON JOSÉ SITTA	MARAMATA	ILHÉUS
4	AELSO DEMÉTRIO NASCIMENTO	LIDERANÇA COMUNITÁRIA	LAVA PÉS, STA LUZIA, FZDA PORTO
2	AGOSTINHO SOARES TRINDADES	CASA DE PASSAGEM	IGUAPE
3	AILTON JESUS BENEVUTO	LIDERANÇA COMUNITÁRIA	RETIRO
5	CLAUDIA MARIA BORGES DE SÁ	ESCOLA ARITAGUÁ 2	ILHÉUS
6	CLEITON DE OLIVEIRA CAMPOS	ADMINISTRADOR MUNICIPAL	SÃO JOSÉ
7	CLOVES CERQUEIRA DOS SANTOS	LIDERANÇA COMUNITÁRIA	PARAFUSO
8	CLOVIS DA SILVA CUNHA	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	RETIRO
9	PATRICIA REGINA PRISCO FERREIRA	COORDENADORA DE CAMPO (SEDUC)	ILHÉUS

OFICINAS DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA CONTRIBUIÇÕES AOS PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS DO PLANO BÁSICO AMBIENTAL - PBA			
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E COMUNICAÇÃO E INTERAÇÃO SOCIAL			
(Comunidades da Área de Entorno do Empreendimento - AEE)			
Nº	Nome do Participante	Empresa/Órgão/Associação	Localidade
10	DENISE REIS DOS SANTOS	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	MAMOÃ
11	DERMIVAL PEREIRA NASCIMENTO	LIDERANÇA COMUNITÁRIA	LAVA PÉS, STA LUZIA, FZDA PORTO
12	DOMINGOS SILVA DE SOUZA	LIDERANÇA COMUNITÁRIA	ITARIRI
13	EDINEIVA MARIA DA SILVA CORRÊA	INSTITUTO ALIANÇA	ILHÉUS
14	EDIR ALVES GOMES	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	SÃO MIGUEL
15	EDIVALDO COELHO SANTOS	LIDERANÇA COMUNITÁRIA	TULHA
16	EDNELSON TELES SANTOS	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	VALÃO
17	EDSON FRANCISCO DOS SANTOS	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	BARRAMARES
18	EDSON NERY DOS SANTOS	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	IGUAPE
19	ELIZEU TELES DOS SANTOS	LIDERANÇA COMUNITÁRIA	BOM GOSTO
20	ERASMO NASCIMENTO ALVES	LIDERANÇA COMUNITÁRIA	VILA OLÍMPIO
21	EVILÁSIO LIMA VALVERDE FILHO	ADMINISTRADOR MUNICIPAL	SAMBAITUBA
22	INDIARA A. S. SERAFIN	LIDERANÇA COMUNITÁRIA	CONDOMÍNIO VERDES MARES
23	JOANA GALVÃO MESSIAS	LIDERANÇA COMUNITÁRIA	MAMOÃ
24	JOYCE CRISTINA SANTOS BRITO	ASSOCIAÇÃO DE MULHERES	PONTA DO RAMO
25	JORGINA SENA NASCIMENTO	ESCOLA NUCLEADA SAMABITUBA	SAMBAITUBA

OFICINAS DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA CONTRIBUIÇÕES AOS PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS DO PLANO BÁSICO AMBIENTAL - PBA			
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E COMUNICAÇÃO E INTERAÇÃO SOCIAL			
(Comunidades da Área de Entorno do Empreendimento - AEE)			
Nº	Nome do Participante	Empresa/Órgão/Associação	Localidade
26	JULIA PORTO CAROPIÁ NETA	ORIENTADORA PEDAGÓGICA	MAMOÃ
27	LOURDES ARAUJO SÁ	LIDERANÇA COMUNITÁRIA	CAROBEIRA
28	LUIZ FREDERICO ANDRADE	MARAMATA	ILHÉUS
29	MARIA DA GLÓRIA ALVES SANTOS	DIRETORA – ESCOLAS NUCLEADAS ARITAGUÁ I	ARITAGUÁ
30	MARIA JOSÉ CARVALHO S. ALMEIDA	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E PEQ. PRODUTORES	CAROBEIRA
31	MARIA JOSENETE S. PEDRO DE SOUZA	ESCOLA ARITAGUÁ 1	ILHÉUS
32	MARLUCIA CONCEIÇÃO S. SOARES	LIDERANÇA OMUNITÁRIA	RIBEIRA DAS PEDRAS
33	MONICA BRANDÃO MEIRELES	C. PEDAGÓGICA - ESCOLA NUCLEADA ARITAGUÁ I	ARITAGUÁ
34	ROSANGELA OLIVEIRA (CHINA)	PRESIDENTE ASSOCIAÇÃO	PONTA DO RAMO
35	SEBASTIÃO VIVAS	SECRETÁRIO AGRICULTURA E PESCA	ILHÉUS
36	SILVANA MÁRA SANTOS ARGÔLO	IGREJA CATÓLICA (SÃO JOSÉ)	SÃO JOSÉ
37	TELMA NANSI ALMEIDA AZEVEDO	PRESIDENTE ASSOCIAÇÃO (COESO)	JOIA DO ATLÂNTICO
38	THAIS DA GLÓRIA DOS SANTOS	C. PEDAGÓGICA DA ESCOLA ARITAGUÁ I.	ARITAGUÁ
39	VERA LÚCIA RIBEIRO	PRESIDENTE ASSOCIAÇÃO	ARITAGUÁ
40	PAULA REGINA SOARES TRINDADE	CASA DE PASSAGEM	IGUAPE
41	VALTER CALDAS DE ARAÚJO (TINHO)	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	SAMBAITUBA

EQUIPE TÉCNICA		
ELIENETE GOMES	ETHOS-HUMANUS CONSULTORIAS	SALVADOR
JOSÉ CARLOS BEZERRA Jr.	ETHOS-HUMANUS CONSUTORIAS	SALVADOR
LAVÍNIA BOMSUCCESSO	ETHOS-HUMANUS CONSUTORIAS	SALVADOR
LUCAS GOES	ETHOS-HUMANUS CONSUTORIAS	SALVADOR
ROSEANE PALAVIZINI	ETHOS-HUMANUS CONSUTORIAS	SALVADOR
VANIA HELENA DALPIZZOL	ETHOS-HUMANUS CONSUTORIAS	SALVADOR
MARIA AUXILIADORA LOBÃO	HYDROS ENGENHARIA	SALVADOR

4.4.2. Oficina Momento 2 – Comunidades de Pesca de Ilhéus

No Quadro 5 está a lista dos universos formadores da governança local que qualifica a legitimidade e representatividade na oficina, onde para cada segmento é descrito o nome do participante, a instituição ou comunidade que representa e a função exercida.

Quadro 5: Relação dos Participantes da Oficina de Educação Ambiental e Comunicação e Interação Social - Comunidades de Pesca:

OFICINAS DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA CONTRIBUIÇÕES AOS PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS DO PLANO BÁSICO AMBIENTAL - PBA			
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E COMUNICAÇÃO E INTERAÇÃO SOCIAL			
(Comunidades de Pesca da Área de Entorno do Empreendimento - AEE)			
Nº	Nome do Participante	Empresa/Órgão/Associação	Localidade
1	AILAN JURANDY DE OLIVEIRA SOUSA	DIRETOR	COLÔNIA Z-34
2	AILTON JESUS BEVENUTO	LIDERANÇA COMUNITÁRIA	RETIRO
3	AIRAN ALVES CARAPIÁ	LIDERANÇA COMUNITÁRIA	MAMOÃ
4	ALDICERMIRO F. DUARTE DA LUZ	LIDERANÇA COMUNITÁRIA (COESO)	ILHÉUS
5	ANTONIO CARLOS NASCIMENTO SILVA	PESCADOR – BARQUEIRO	ILHÉUS
6	ANTONIO JOSÉ DE FREITAS	PESCADOR	PONTA DO RAMO
7	CLOVES CERQUEIRA DOS SANTOS	LIDERANÇA COMUNITÁRIA	PARAFUSO
8	CRISTIANE DE JESUS CONCEIÇÃO	MARISQUEIRA (APESMAR)	SÃO MIGUEL
9	DANIELA SANTOS PORTO	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	PÉ DE SERRA
10	DERALDO SANTOS DE SOUZA	PESCADOR – COLÔNIA Z-19	RIO DO ENGENHO
11	DULCIENE COSTA SANTOS	PRESIDENTE APESMAR	SÃO MIGUEL

OFICINAS DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA CONTRIBUIÇÕES AOS PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS DO PLANO BÁSICO AMBIENTAL - PBA			
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E COMUNICAÇÃO E INTERAÇÃO SOCIAL			
(Comunidades de Pesca da Área de Entorno do Empreendimento - AEE)			
Nº	Nome do Participante	Empresa/Órgão/Associação	Localidade
12	EDINALDO COELHO DOS SANTOS	LIDERANÇA COMUNITÁRIA	PONTA DO RAMO
13	EDINEI ANDRADE DA SILVA	ADMINISTRADOR - ZONA NORTE	ILHÉUS
14	EDNALDO SOUZA PORTO	PESCADOR	COLÔNIA Z-19
15	EDSON COSTA PINHO	PESCADOR - COLÔNIA Z-19	IGUAPE
16	ELENILDA SANTOS PEREIRA	MARISQUEIRA - COLÔNIA Z-19	ILHÉUS
17	FABIANA REGINA DA SILVA	PRESIDENTE ASSOCIAÇÃO	PONTA DA TULHA
18	FERNANDA GUIMARÃES	PESQUISADORA	UESC/ BAMIN
19	FREDERICO ANGELO PESSOA	COORDENADOR PEDAGÓGICO - CEEP	ILHÉUS
20	GENIVALDO ALVES REIS	LIDERANÇA COMUNITÁRIA	PONTA DA TULHA
21	GISELLE NASCIMENTODA HORA SANTOS	MARISQUEIRA	COLÔNIA Z-19
22	ILMARA MATOS DOS SANTOS	MARISQUEIRA	COLÔNIA Z-19
23	IVONETE BRASIL SANTOS	PRESIDENTE ASSOCIAÇÃO	VALÃO
24	JOÃO BATISTA CONCEIÇÃO	LIDERANÇA COMUNITÁRIA	RIBEIRA DAS PEDRAS
25	JOÃO LEONÍDIO DOS SANTOS FILHO	PESCADOR Z-34	LAGOA ENCANTADA
26	JONILSON DE SOUZA SILVA	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	PONTA DA TULHA

OFICINAS DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA CONTRIBUIÇÕES AOS PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS DO PLANO BÁSICO AMBIENTAL - PBA			
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E COMUNICAÇÃO E INTERAÇÃO SOCIAL			
(Comunidades de Pesca da Área de Entorno do Empreendimento - AEE)			
Nº	Nome do Participante	Empresa/Órgão/Associação	Localidade
27	JOILTON LESSA MACHADO	PRESIDENTE ACAPE	ILHÉUS
28	JOSÉ LEONARDO OLIVEIRA	PRESIDENTE	COLÔNIA Z-19
29	JOSÉ RAIMUNDO SANTOS	PESCADOR - Z-34	LAGOA ENCANTADA
30	MANOEL MONTEIRO DE SOUZA	PESCADOR	PONTA DO RAMO
31	MARCELO JESUS OLIVEIRA	ADMINISTRADOR MUNICIPAL	LAGOA ENCANTADA
32	MARIA DA PAIXÃO SÁ	LIDERANÇA COMUNITÁRIA	LAGOA ENCANTADA
33	MARIA RAIMUNDA DE JESUS	MARISQUEIRA (APESMAR)	SÃO MIGUEL
34	MARIA NILDA GUILHERME SANTANA	PESCADORA	VILA JUERANA
35	MARIA SENHORA CONCEIÇÃO SÁ	PESCADORA Z-34	ILHÉUS
36	MARIA VITÓRIA DE AZEVEDO	PESCADORA Z-34	ILHÉUS
37	MARIA DE SOUZA ARAUJO	MARISQUEIRA - COLÔNIA Z-19	ILHÉUS
38	NELSON SOARES OLIVEIRA	LIDERANÇA COMUNITÁRIA	SAMBAITUBA
39	NILTON DORTAS MONTAGIL	GERENTE GERAL - BAHIA PESCA	ILHÉUS
40	PEDRO ARAGÃO MOTA	CHEFE DE PESCA (SEAP) / ARMADOR DE PESCA	ILHÉUS
41	RAIMUNDO NERY SANTIAGO	PESCADOR Z-34	ILHÉUS

OFICINAS DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA CONTRIBUIÇÕES AOS PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS DO PLANO BÁSICO AMBIENTAL - PBA			
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E COMUNICAÇÃO E INTERAÇÃO SOCIAL			
(Comunidades de Pesca da Área de Entorno do Empreendimento - AEE)			
Nº	Nome do Participante	Empresa/Órgão/Associação	Localidade
42	ROVER F. ROSSI	TÉCNICO DE PESCA (BAHIA PESCA)	ILHÉUS
43	REINALDO OLIVEIRA DOS SANTOS	PRESIDENTE	COLÔNIA Z-34
44	SAMUEL KRUSCHEWSKY	PROJETISTA	COLÔNIA Z-34
45	SIDNEI JOÃO BATISTA	MEMBRO DIRETORIA ACAPE	ILHÉUS
46	TIAGO JESUS DE ARAUJO	ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES DA SERRA	SERRA GRANDE
47	VALDELICE MARIA DOS SANTOS	ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES DA SERRA	SERRA GRANDE
48	VITÓRIO JESUS CORREIA	PESCADOR Z-34	ILHÉUS

EQUIPE TÉCNICA		
ELIENETE GOMES	ETHOS-HUMANUS CONSULTORIAS	SALVADOR
JOSÉ CARLOS BEZERRA Jr.	ETHOS-HUMANUS CONSUTORIAS	SALVADOR
LAVÍNIA BOMSUCCESSO	ETHOS-HUMANUS CONSUTORIAS	SALVADOR
LUCAS GÓES	ETHOS-HUMANUS CONSUTORIAS	SALVADOR
ROSEANE PALAVIZINI	ETHOS-HUMANUS CONSUTORIAS	SALVADOR
VANIA HELENA DALPIZZOL	ETHOS-HUMANUS CONSUTORIAS	SALVADOR
MARIA AUXILIADORA LOBÃO	HYDROS	SALVADOR
ANANDA MARSON SILVA	BAMIN	ILHÉUS
JOILSON SANTOS	BAMIN	ILHÉUS

5. RESULTADOS DAS OFICINAS PARA O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Oficina de Educação Ambiental e Comunicação e Interação Social foi realizada em dois momentos com oito horas de trabalho cada. O primeiro momento, realizado no dia 31 de outubro, foi dedicado às comunidades da Área de Entorno do Empreendimento (AEE). O segundo momento, realizado no dia 1 de novembro, foi dedicado às comunidades de pesca de Ilhéus. Para apoiar as atividades da Oficina foi elaborado pela equipe técnica um Manual Metodológico de Capacitação, contendo toda a metodologia utilizada no desenvolvimento da Oficina, incluindo ainda, a lei da Política Nacional de Educação Ambiental, para consulta, importante recurso no desenvolvimento do trabalho. Cada um dos participantes recebeu uma sacola contendo o Manual, caneta e uma caneca cuja finalidade foi contribuir para a diminuição de geração de resíduos na oficina, servindo como exemplo da não utilização de material plástico descartável. Este tópico apresenta os resultados construídos nas oficinas, referentes ao Programa de Educação Ambiental, contendo: resultado do diagnóstico participativo, relatos, registros fotográficos, assim como as listas de presença.

5.1 Momento 1: Recepção dos Participantes

Os representantes sociais foram recepcionados pela equipe técnica responsável pela realização da Oficina, com a entrega da sacola, kit de participação e assinatura da lista de presença.



Foto 1: Assinatura da lista de presença.



Foto 2: Sacolas contendo o kit do participante.



Foto 3: Assinatura da lista de presença.



Foto 4: Entrega da sacola kit.

5.2 Momento 2: Apresentação sobre o Porto Sul e Metodologia da Oficina

A Oficina de Educação Ambiental para as comunidades da AEE e comunidades de pesca de Ilhéus teve início com uma breve dinâmica de apresentação de todos os participantes presentes, que informaram seus nomes e as instituições que representavam, incluindo a equipe técnica.

No momento da apresentação do Empreendimento foi evidenciado no *power point* o reforço ao conceito do Empreendimento Porto Sul, a atualização sobre seu processo de licenciamento e o detalhamento das informações sobre os estudos complementares e mudanças do aprimoramento técnico e ambiental do Projeto Porto Sul, solicitados pelo IBAMA e conquistados pelo processo de controle social local.

Também, aproveitou-se este momento, para fortalecer o convite de todos para as Audiências Públicas previstas para 12 e 13 de dezembro, em Ilhéus e Itabuna, respectivamente.

Nesse momento foi apresentado o RIMA e deixado à disposição para aqueles que quisessem consultar ou gravar em meio digital. Também foi assumido o compromisso de entregar para os interessados um CD com o RIMA, para que eles pudessem apresentar a seus grupos e comunidades. Este momento buscou promover ampla reflexão sobre os impactos negativos e positivos do empreendimento, como, por exemplo, as alterações na paisagem, a geração de empregos diretos na fase de implantação, aumento de desemprego na fase de obras, alteração da capacidade de subsistência de famílias e perda de culturas agrícolas, perda de propriedades imobiliárias rurais e urbanas, alteração de vínculo social de famílias reassentadas, aumento das demandas de infraestrutura e serviços nas comunidades de entorno do empreendimento, aumento de arrecadação municipal, aumento da arrecadação estadual, aumento da arrecadação federal, interferência com o tráfego viário e marítimo, aumento na geração de resíduos sólidos, interferência na atividade pesqueira, entre outros.



Foto 5: Apresentação do Porto Sul e do RIMA



Foto 6: Apresentação do Porto Sul e metodologia da Oficina.



Foto 7: Apresentação do Porto Sul e metodologia da Oficina.

5.3 Momento 3: Construção Coletiva de Conceitos e Reflexão com o Grande Grupo

A construção coletiva do conceito de referência com os participantes oportunizou o aprofundamento dos seus conhecimentos e reflexões sobre o tema Educação Ambiental, permitindo a ampliação do olhar crítico sobre os conteúdos tratados, contextualizados na realidade de cada comunidade e atividade. Todos puderam expressar seu entendimento sobre a ideia de educação ambiental e agregar novos conhecimentos a partir das ideias de todos. Essa compreensão conceitual preliminar tem como principal finalidade facilitar os diálogos e entendimentos coletivos no momento do planejamento.

Os participantes, organizados em grupos, construíram o seu respectivo conceito, passando pela escuta de si mesmo, seguida da escuta respeitosa do outro, do diálogo de saberes, da leitura de um conceito científico e da construção de um conceito comum ao grupo. Foram formados seis grupos, de maneira aleatória, com a finalidade de misturar as comunidades e representantes institucionais, oportunizando um maior conhecimento da diversidade local durante a construção do conceito de Educação Ambiental.

A metodologia de construção conceitual, a Pedagogia do Amor, contempla os seguintes procedimentos:

- Valorização do saber pessoal, por meio do registro individual de forma escrita ou em desenho;
- Leitura do conceito construído individualmente valorizando seu conteúdo e palavras chaves, oportunizando a ampliação de conhecimento do grupo sobre a diversidade de saberes locais;
- Leitura de um conceito científico, vindo da legislação pertinente ou de bibliografia especializada, para agregar novos conhecimentos aos saberes já revelados;
- Construção do conceito coletivo valorizando os diversos saberes do grupo e o texto lido coletivamente;
- Elaboração de apresentação do conceito desenvolvido pelo grupo utilizando um cartaz e outras formas criativas;

- Apresentação dos conceitos ao grande grupo, permitindo a interação entre os saberes e a ampliação do conhecimento de todos os participantes, incluindo os técnicos e consultores.

Nessa atividade de construção dos conceitos de Educação Ambiental foram utilizados os seguintes textos de referência (conceito científico):

EDUCAÇÃO AMBIENTAL (Lei 9795/1999)

Artigo 1º: Entende-se por Educação Ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO PORTO SUL

O Programa de Educação Ambiental compreende um conjunto de projetos e ações continuadas que visam formar e promover capacidades junto aos trabalhadores e às comunidades da Área de Entorno do Empreendimento, abordando temas referentes às questões ambientais e de conservação dos ecossistemas, bem como a diversidade cultural local, fortalecendo os agentes sociais envolvidos com a gestão do ambiente.

O respeito por palavras e por ideias, sem a negação do outro, torna-se poderoso para a valorização da pessoa, do outro e da relação de reconhecimento do outro como legítimo na convivência, valorizando a diversidade de culturas, pensamentos e formas de vida. “*Dizer a minha palavra e ter essa palavra ouvida, respeitada e acatada pelo grupo*”, foi relatado de forma emocionada por alguns participantes da oficina.



Foto 8: Partilha de saberes em grupo



Foto 9: Orientação da dinâmica nos grupos.

Cada grupo apresentou o conceito construído, seguido de comentários e da valorização pedagógica, abordando o tema do grupo e mostrando a importância de relacionar o conceito com o contexto do empreendimento Porto Sul no seu território.

Oficina momento 1 - comunidades da AEE (31/10/2013)
GRUPO 1: Conceito construído para Educação Ambiental



Foto 10: Partilha de saberes e orientações ao grupo.

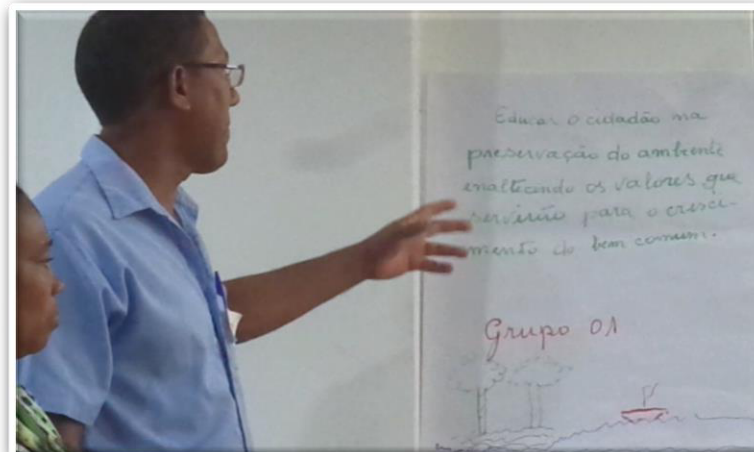


Foto 11: Apresentação do conceito construído.

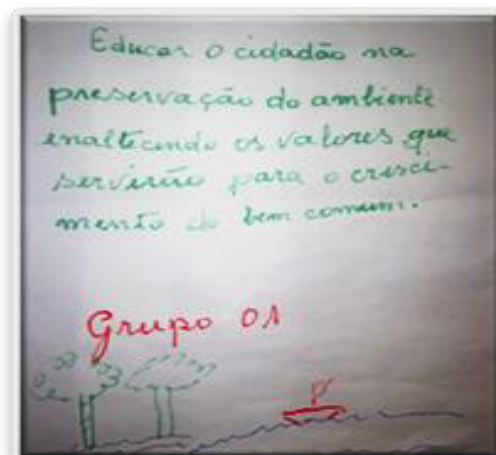


Foto 12: Conceito construído pelo grupo para Educação Ambiental.

“Educar o cidadão na preservação do ambiente enaltecendo os valores que servirão para o crescimento do bem comum.”

Relato:

“Nosso grupo identificou três causas: violência, drogas e prostituição; práticas agrícolas inadequadas e saneamento básico. Vemos em nossas propriedades práticas maléficas pra nós mesmos. A questão saneamento básico é porque ainda se fazem poços em locais inadequados, (poço ao lado de foças) e acabam poluindo a água que é usada diretamente do rio que está poluído”.



Foto 12: Construção da árvore de problemas.



Foto 13: Apresentação da árvore de problemas e soluções.

Oficina momento 1 – comunidades da AEE (31/10/2013)
GRUPO 2: Conceito construído para Educação Ambiental



Foto 14: Partilha de saberes em grupo.

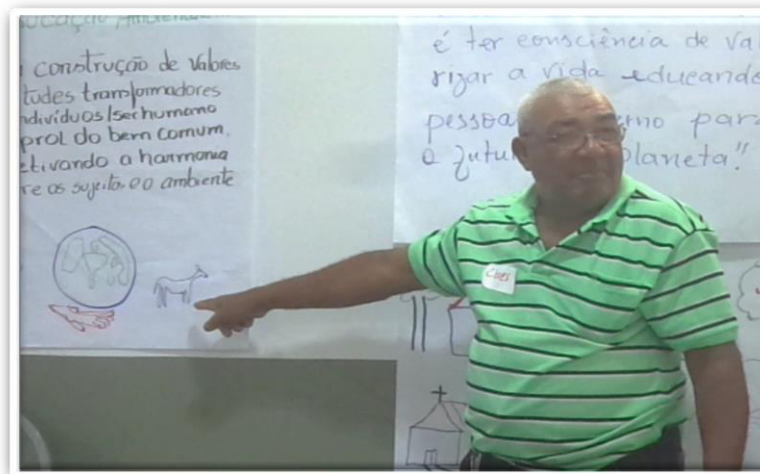


Foto 15: Apresentação do conceito construído.

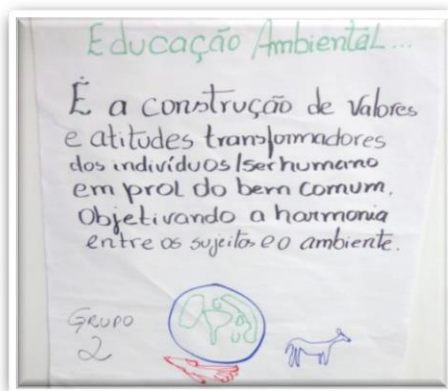


Foto 16: Conceito construído pelo grupo para Educação Ambiental.

“Educação Ambiental é a construção de valores e atitudes transformadores dos indivíduos/ ser humano em prol do bem comum objetivando a harmonia entre os sujeitos e o ambiente.”

Relato:

“Nossa discussão foi entorno das questões ambientais e dentro delas várias posições dentro do grupo, mas percebemos que a maior preocupação é com o saneamento básico, achamos que isso seja comum a todos os grupos, é o que mais causa impacto nas questões urbanas e ambientais. As causas são as doenças, proliferação de roedores e insetos e proliferação de insetos. O que é viável e o que não é, sabemos que existem soluções, estas são a partir da educação, sempre falam das políticas publicas, mas a educação começa de casa da vontade de fazer das pessoas, do grupo do coletivo, aí as coisas melhorar, com um pouco de empenho das políticas públicas e do coletivo”.



Foto 17: Construção da árvore de problemas.



Foto 18: Construção da árvore de problemas e soluções.

Oficina momento 1 - comunidades da AEE (31/10/2013)
GRUPO 3: Conceito construído para Educação Ambiental



Foto 19: Partilha de saberes em grupo.



Foto 20: Apresentação do conceito construído.

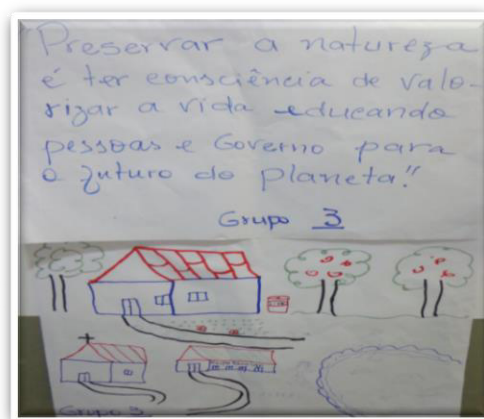


Foto 21: Conceito construído pelo grupo para Educação Ambiental.

“Preservar a natureza é ter consciência de valorizar a vida educando pessoas e governo para o futuro do planeta.”

Relato:

“A consciência está em cada um, o problema é que a tradição de criação foi aprendida com a bisavó que criava solta e segue até hoje, mas por falta de conhecimento, pois não sabia que criar porco solto fazia tão mal ao ambiente. Então se tivesse técnico que pudesse orientar, ai sim teria saúde melhor, casa melhor, meio ambiente melhor. Não adianta só brigar com a pessoa e preciso educar, e junto com nossa associação e diretora da escola vamos ter até janeiro vamos ter um plano diferenciado das comunidades de ilhéus. Vamos apresentar tudo o que nossa comunidade precisa, vamos estar com a pesquisa pronta do diagnóstico da nossa comunidade (das doenças, das necessidades) precisamos brigar com sabedoria e levar a quem poderá resolver com efetividade. As invasões dos mangues é margens de rio não é de pessoas é também dos empreendimentos, temos um empreendimento que irá construir um campo de golfe que para ser instalado acabou com nossa estrada, passávamos por um riacho chamado Capitão que hoje não existe mais. Mudaram o curso da nossa estrada. Então esse tal de meio ambiente é muito estranho, basta chegar com dinheiro que você faz o que quer com ele. As cobras estão andando livremente entre as pessoas porque acabaram com o ambiente que elas moravam. Essa consciência deve ser dos moradores locais também de não vender suas propriedades a qualquer um. Então aqui estão os problemas, as soluções e as histórias semelhantes as já apresentadas pelo grupo 2”.



Foto 22: Partilha de saberes.



Foto 23: Construção da árvore de problemas e soluções.

Oficina momento 2 – comunidades de pesca (1º/11/2013)
GRUPO 1: Conceito construído para Educação Ambiental



Foto 24: Partilha de saberes.



Foto 25: Apresentação do conceito construído.

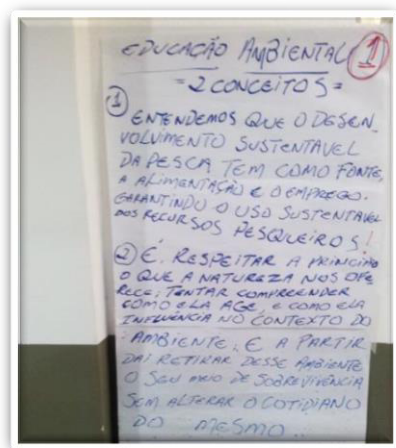


Foto 26: Conceito construído pelo grupo para Educação Ambiental.

“Entendemos que o desenvolvimento sustentável da pesca tem como fonte, a alimentação e o emprego, garantindo o uso sustentável dos recursos pesqueiros.”

“É respeitar o princípio. O que a natureza nos oferece; tentar compreender como ela age, e como ela influencia no contexto do ambiente, e a partir daí retirar desse ambiente o seu meio de sobrevivência sem alterar o cotidiano do mesmo.”

Relato:

“Nosso grupo conversou sobre diversos problemas que interferem na vida dos pescadores e ribeirinhos. As principais foram à pesca predatória, com uso de redes erradas que matam os peixes sem o tamanho adequado, o desmatamento das margens dos rios e a fiscalização feita de forma branda. Concluimos que a conscientização e união das comunidades seria um grande passo para a preservação do meio ambiente. Também uma fiscalização mais efetiva traria grandes resultados.”



Foto 27: Construção da árvore de problemas.



Foto 28: Apresentação da árvore de problemas e soluções.

Oficina momento 2 – comunidades de pesca (1º/11/2013)
GRUPO 2: Conceito construído para Educação Ambiental



Foto 29: Construção do conceito.



Foto 30: Apresentação do conceito construído.

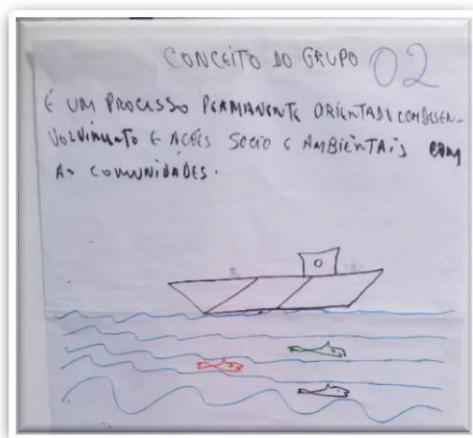


Foto 31: Conceito construído pelo grupo para Educação Ambiental.

“É um processo permanente orientado com desenvolvimento e ações sócio ambientais com as comunidades.”

Relato:

“Percebemos que nossa realidade da pesca tem muitos e graves problemas. Apesar das várias posições dentro do grupo, percebemos que os maiores problemas estão na pesca predatória, pescadores que usam arpão e bomba, na falta de locais para armazenamento adequado do pescado, na grande quantidade de lixo espalhado nas margens dos rios. Isso tudo é decorrente da falta de orientação do pescador e dos demais moradores das comunidades localizadas nas margens dos rios. Seria fundamental uma fiscalização mais efetiva e, principalmente, orientação e educação pro nosso povo”.



Foto 32: Construção da árvore de problemas.



Foto 33: Apresentação da árvore de problemas e soluções.

Oficina momento 2 – comunidades de pesca (1º/11/2013)
GRUPO 3: Conceito construído para Educação Ambiental



Foto 34: Partilha de saberes em grupo.



Foto 35: Apresentação do conceito construído.

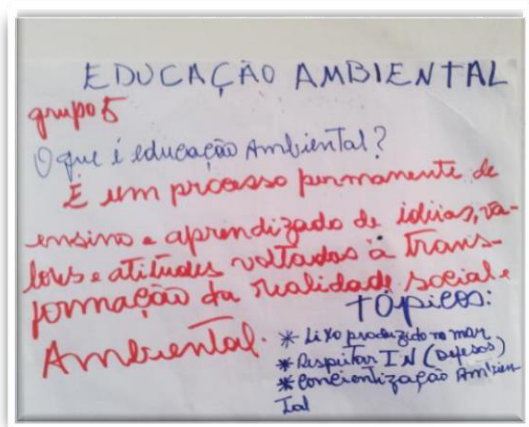


Foto 36: Conceito construído pelo grupo para Comunicação e Interação Social.

“O que é educação ambiental? É um processo permanente de ensino e aprendizado de ideias, valores e atitudes voltadas à transformação da realidade social e ambiental.”

Relato:

“Temos um grande problema em nosso município gerado pelo desrespeito das associações de pesca pelos empreendimentos. Ficamos felizes por ver um evento como esse, onde as mais diferentes lideranças de pesca e comunitárias estão reunidas discutindo sobre as questões ambientais e a pesca. Nossa sugestão é a criação de um comitê gestor da pesca e somente após este comitê ser acionado é que os empreendedores ou qualquer outra ação poderia ser realizada em nosso território. Desta forma, entendemos que a atividade da pesca estaria garantida e o pescador, o principal afetado, teria as informações precisas passadas por este comitê gestor.”



Foto 37: Partilha de saberes.



Foto 38: Apresentação da árvore de problemas e soluções.

5.4 Momento 4: Diagnóstico Interativo, Estratégias e Ações

Esta atividade visou à identificação das principais questões estratégicas e das principais soluções para as questões priorizadas, relacionadas ao Programa de Educação Ambiental, refletindo criticamente sobre esses problemas e soluções, a partir da realidade da comunidade em que cada um dos participantes reside, priorizando as ações fundamentais para contribuir com o melhor desenvolvimento das comunidades e da região.

O objetivo pedagógico foi promover a reflexão e análise dos problemas e soluções, identificados pela comunidade, propondo para cada problema, as ações prioritárias.

A metodologia definiu como critério de formação dos grupos, a proximidade territorial e as semelhanças na forma de vida. Foram formados seis grupos para promover a reflexão coletiva a respeito do tema nas Comunidades. O raciocínio estratégico foi exercitado a partir da construção de uma árvore (quadro), onde o problema identificado ficava no tronco desta árvore, nas raízes, eram identificadas as causas e na copa, as soluções. Por fim, os participantes refletiram de maneira integrada, os grupos propuseram ações e priorizaram aquelas de maior relevância e contribuição para o desenvolvimento das comunidades da AEE. Essas ações foram identificadas como forma de fortalecer as comunidades na convivência com o Empreendimento Porto Sul.

Ao final desta atividade as experiências dos subgrupos foram compartilhadas com o grupo maior, objetivando identificar os problemas mais frequentes na comunidade e as soluções sugeridas, permitindo a todos, contribuições e amplas reflexões coletivas.

5.5. Momento 5: Apresentações dos Resultados e Contribuições do Grande Grupo

Para o desenvolvimento das atividades, com a priorização das ações estratégicas, refletidas a partir dos conceitos apresentados para Educação Ambiental, do diagnóstico estratégico apontando os pontos fortes e fracos e ameaças e oportunidades, os participantes da oficina foram organizados em seis grupos respeitando-se os critérios de proximidade territorial e afinidade no modo de vida. Foram organizados três grupos contemplando as comunidades localizadas na AEE e mais três grupos contemplando as comunidades de pesca.

A elaboração do diagnóstico estratégico iniciou com a identificação das principais necessidades de infraestrutura em cada uma das localidades. Em seguida houve a reflexão do grupo sobre a priorização de três ações fundamentais preponderantes para o desenvolvimento de cada comunidade e, por fim, foram priorizadas as ações que podem contribuir para o desenvolvimento do maior número de comunidades, definidas a partir de um olhar regional, refletidos a partir da convivência dessas comunidades com o Porto Sul.

Após a construção dos pequenos grupos, cada grupo apresentou a síntese do seu trabalho para o grande grupo, ressaltando os diálogos e reflexões ocorridas e a experiência com o processo de construção coletiva. Abaixo está apresentado o resultado construído em cada grupo.

Oficina momento 1 - comunidades da AEE (31/10/2013)
GRUPO 1: Programa de Educação Ambiental - Síntese da Priorização. Problema e Soluções por Ações

Problema 1:	Violência, drogas e prostituição.
Ação 1:	Projetos de prevenção às drogas (“ <i>são as drogas que geram violências e levam a prostituição</i> ”)
Ação 2:	Fortalecimento das unidades de tratamento de drogados
Ação 3:	Criação de centros de esporte e lazer para que os jovens sejam inseridos em atividades recreativas e evitem as drogas.

Problema 2:	Práticas agrícolas inadequadas.
Ação 1:	Dar acompanhamento técnico para o não uso de pesticidas e o uso de Equipamento Proteção Industrial - EPIs.
Ação 2:	Áreas degradadas para terem um programa de recuperação áreas desmatadas, com erosão.
Ação 3:	Educação ambiental voltado para agricultura, onde todos tivessem acesso às discussões.

Problema 3:	Saneamento básico
Ação 1:	Saneamento básico.
Ação 2:	Construção de fossas sépticas e banheiros; implantação e ampliação do fornecimento de água.
Ação 3:	Coleta seletiva (mangue com plástico, pet, latas, sacolinhas, copo descartável), infraestrutura para coleta seletiva.

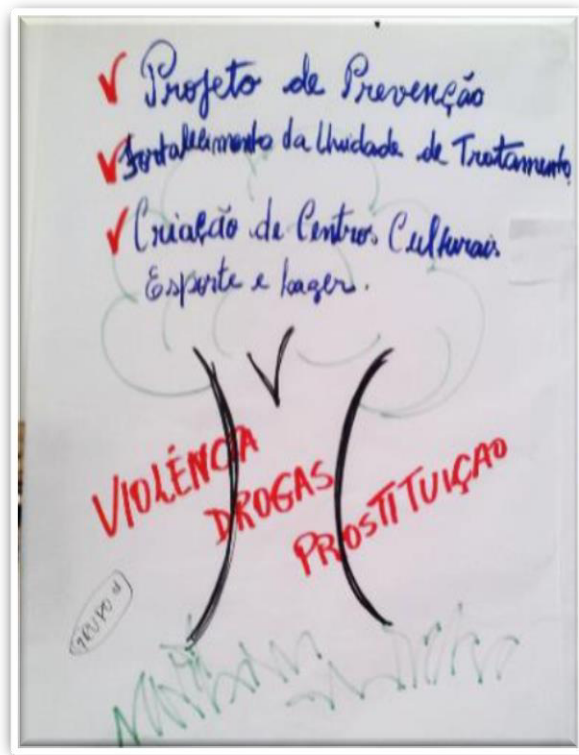


Foto 39: Árvore problema 1

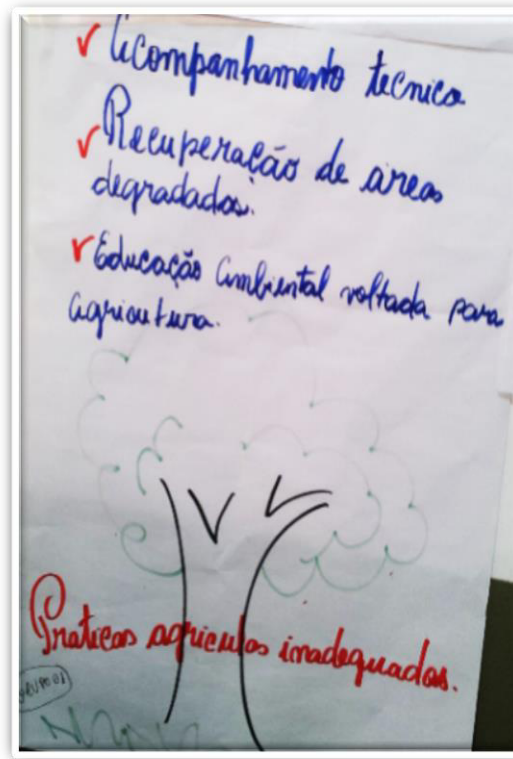


Foto 40: Árvore problema 2

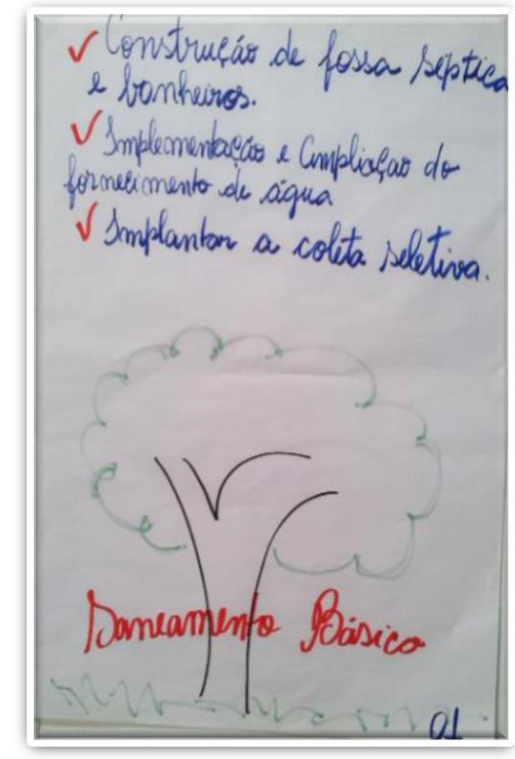


Foto 41: Árvore problema 3

Oficina momento 1 – comunidades da AEE (31/10/2013)
GRUPO 2: Programa de Educação Ambiental - Síntese da Priorização. Problema e Soluções por Ações

Problema 1:	Saneamento básico.
Ação 1:	Tratamento de resíduos sólidos; coleta regular e seletiva.
Ação 2:	Distribuição e água tratada e de qualidade.
Ação 3:	Políticas de saúde.

Problema 2:	Construções irregulares.
Ação 1:	Políticas públicas habitacionais.
Ação 2:	Fiscalização mais atuante.
Ação 3:	Projetos educacionais de conscientização.

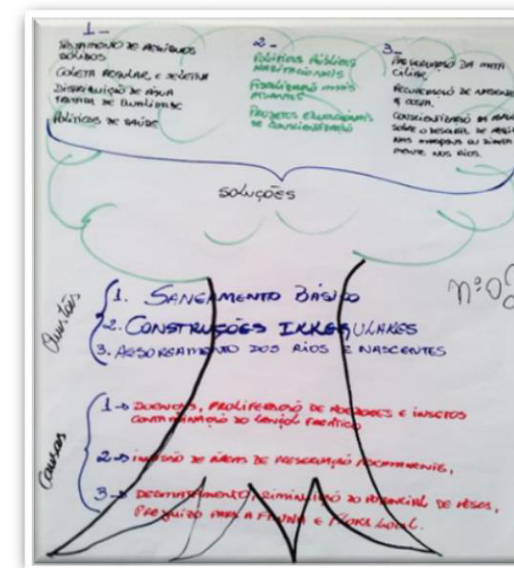


Foto 42: Árvore de problemas.

Problema 3:	Assoreamento dos rios e nascentes.
Ação 1:	Recuperação da mata ciliar.
Ação 2:	Recuperação de nascentes e encostas.
Ação 3:	Conscientização da população sobre o descarte de resíduos nas margens ou diretamente nos rios.

Oficina momento 1 – comunidades da AEE (31/10/2013)
GRUPO 3: Programa de Educação Ambiental - Síntese da Priorização. Problema e Soluções por Ações

Problema 1:	Falta saneamento básico.
Ação 1:	Instalação de esgotamento sanitário, água tratada, coleta seletiva, cooperativa de resíduos sólidos.

Problema 2:	Desmatamento e invasão das matas ciliares e manguezais e rios.
Ação 1:	Realizar o mapeamento das áreas desmatadas.
Ação 2:	Plano de manutenção.
Ação 3:	Promoção de uma cultura ambiental entre os moradores ribeirinhos.

Problema 3:	Falta de consciência ambiental.
Ação 1:	Orientação técnica para a criação de animais suínos e bovinos.
Ação 2:	Programa de capacitação técnica para agricultura rural com vistas à condução de ações ambientais.
Ação 3:	Manter relação com as associações, e a conscientização para a falta de conhecimento ambiental para a criação dos animais.

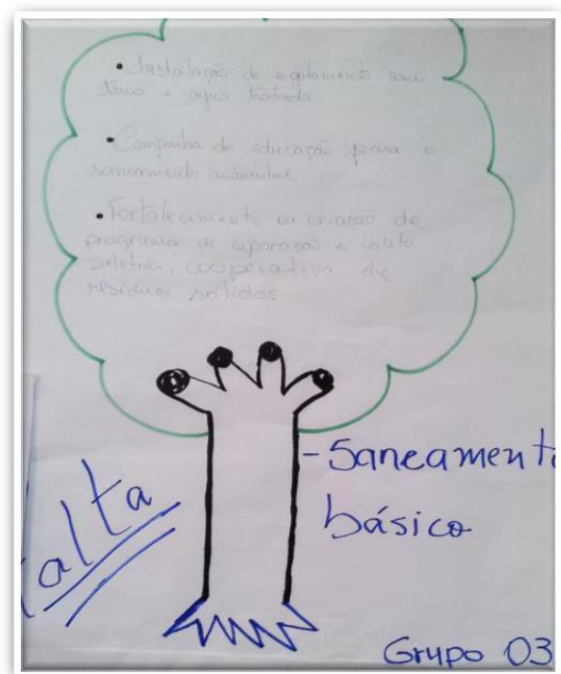


Foto 43: Árvore problema 1

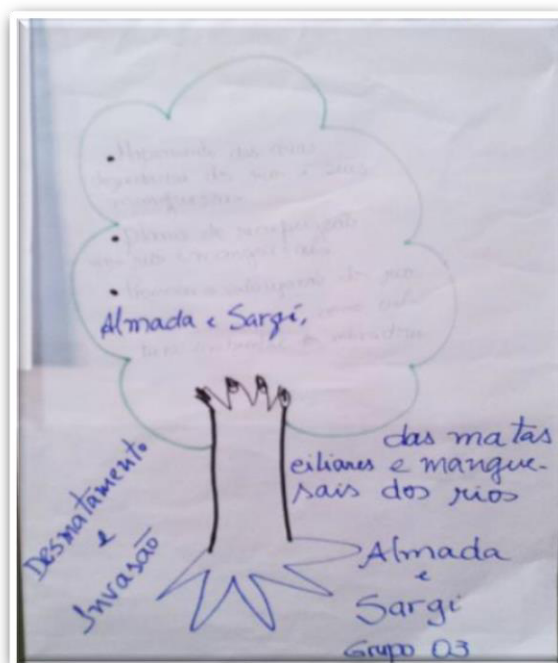


Foto 44: Árvore problema 2

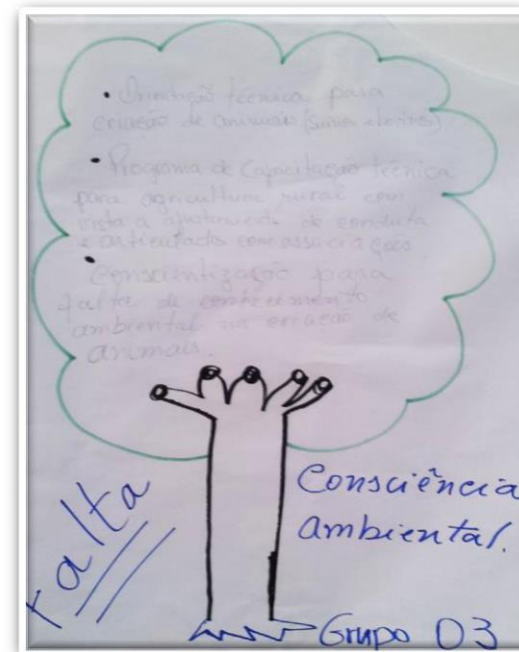


Foto 45: Árvore problema 3

Oficina momento 2 – comunidades de pesca (1º/11/2013)
GRUPO 1: Programa de Educação Ambiental - Síntese da Priorização. Problema e Soluções por Ações

Problema 1:	Pesca predatória
Ação 1:	Projetos de conscientização e educação.
Ação 2:	Fiscalização permanente e punição aos infratores.
Ação 3:	Treinamentos contínuos e adequados.

Problema 2:	Desmatamento e poluição dos rios
Ação 1:	Projetos e programas de reflorestamento.
Ação 2:	Conscientização e educação das comunidades.
Ação 3:	Promover a união entre as comunidades.

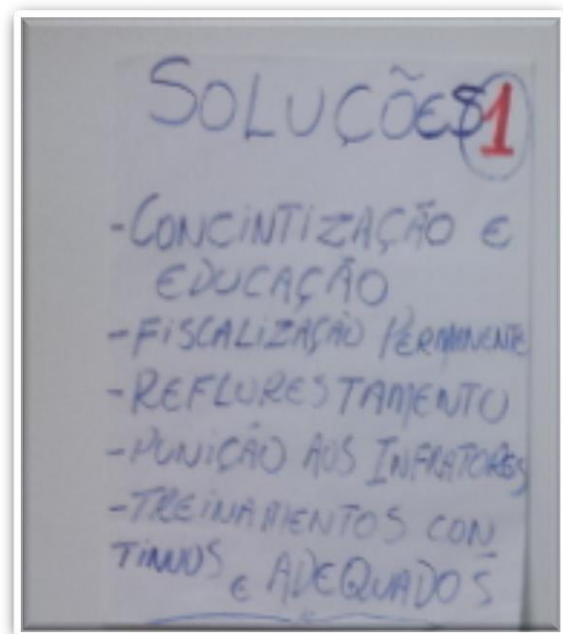


Foto 46: Árvore problema 1

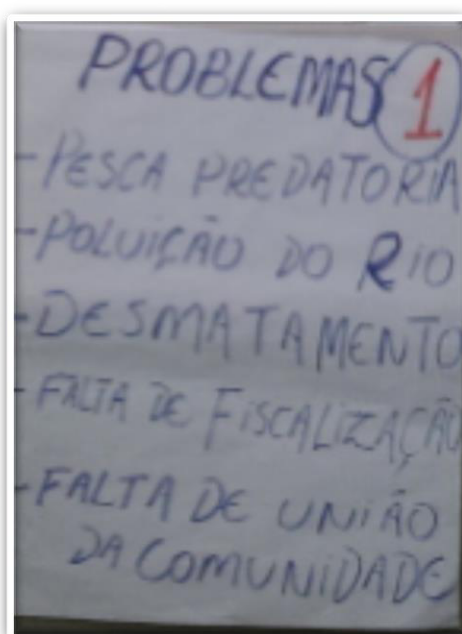


Foto 47: Árvore problema 2



Foto 48: Apresentação da árvore problemas e soluções.

Oficina momento 2 – comunidades de pesca (1º/11/2013)
GRUPO 2: Programa de Educação Ambiental - Síntese da Priorização. Problema e Soluções por Ações

Problema 1:	Falta de armazenamento correto para o marisco e pescados
Ação 1:	Recursos para as marisqueiras, a exemplo de petrechos de pesca
Ação 2:	Cooperativas vinculadas às colônias nas comunidades pesqueiras
Ação 3:	Cursos de empreendedorismo

Problema 2:	Poluição das praias, rios e mangues.
Ação 1:	Oficinas de capacitação em educação ambiental para as comunidades
Ação 2:	Limpeza das praias, rios e mangues.
Ação 3:	Orientação para os pescadores sobre o correto descarte do lixo.

Problema 3:	Combate à pesca predatória (arpão, bomba etc.).
Ação 1:	Conscientização e fiscalização

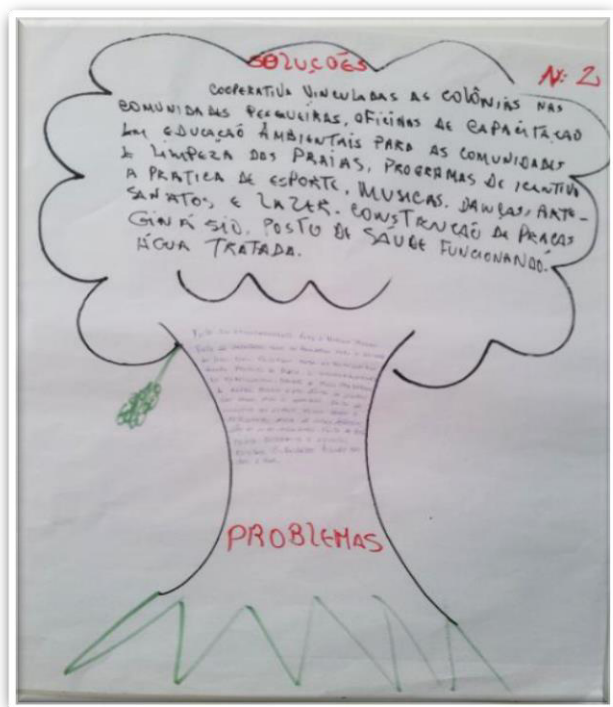


Foto 49: Árvore problema



Foto 50: Apresentação da Árvore problema

Oficina momento 2 - comunidades de pesca (1º/11/2013)
GRUPO 3: Programa de Educação Ambiental - Síntese da Priorização. Problema e Soluções por Ações

Problema 1:	Desrespeito às entidades do setor de pesca nas negociações com as empresas
Ação 1:	Criação do Conselho Gestor Municipal da Pesca
Ação 2:	Aprovação e monitoramento dos programas voltados às comunidades de pesca pelo Conselho Gestor da Pesca
Ação 3:	Ações de comunicação

Problema 2:	Alfabetização do Pescador
Ação 1:	Programa de educação voltado às comunidades pesqueiras.

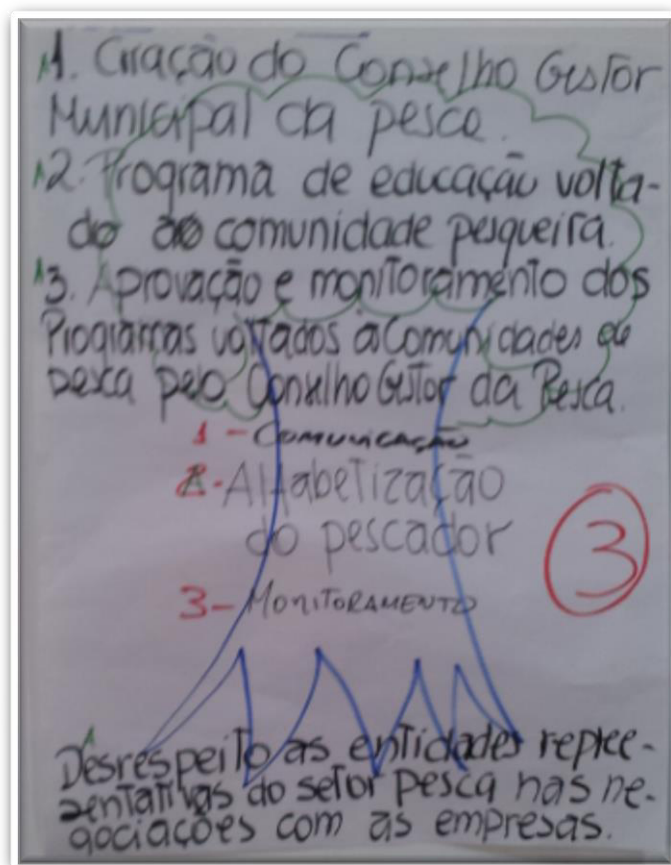


Foto 51: Árvore problema



Foto 52: Apresentação da Árvore problema

6. RESULTADOS DAS OFICINAS PARA O PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO E INTERAÇÃO SOCIAL

A Oficina de Educação Ambiental e Comunicação e Interação Social foi realizada em dois momentos com oito horas trabalhadas cada. O primeiro momento, realizado no dia 31 de outubro, foi dedicado às comunidades da Área de Entorno do Empreendimento (AEE). O segundo momento, realizado no dia 1 de novembro, foi dedicado às comunidades de pesca de Ilhéus. Para apoiar as atividades da Oficina foi elaborado pela equipe técnica um Manual Metodológico de Capacitação, contendo toda a metodologia utilizada no desenvolvimento da Oficina, incluindo ainda, a lei da Política Nacional de Educação Ambiental, para consulta, importante recurso no desenvolvimento do trabalho. Cada um dos participantes recebeu uma sacola contendo o Manual, caneta e uma caneca cuja finalidade foi contribuir para a diminuição de geração de resíduos na oficina, servindo como exemplo da não utilização de material plástico descartável. Este tópico apresenta os resultados construídos nas oficinas, referentes ao programa de Comunicação e Interação Social, contendo: resultado do diagnóstico participativo, relatos, registros fotográficos, assim como as listas de presença.

6.1 Momento 1: Recepção dos Participantes

Os representantes sociais foram recepcionados pela equipe técnica responsável pela realização da Oficina, com a entrega da sacola, kit de participação e assinatura da lista de presença.



Foto 53: Assinatura da lista de presença.



Foto 54: Sacolas contendo o kit do participante.



Foto 55: Assinatura da lista de presença.



Foto 56: Entrega da sacola kit.

6.2 Momento 2: Apresentação sobre o Porto Sul e Metodologia da Oficina

A Oficina de Educação Ambiental e Comunicação e Interação Social para as comunidades de pesca de Ilhéus e AEE, teve início com uma breve dinâmica de apresentação de todos os participantes presentes, que informaram seus nomes e as instituições que representavam, incluindo a equipe técnica.

No momento da apresentação do Empreendimento foi evidenciado e *power point* o reforço ao conceito do empreendimento Porto Sul, a atualização sobre seu processo de licenciamento e o detalhamento das informações sobre os estudos complementares e mudanças de aprimoramento técnico e ambiental do Projeto Porto Sul, solicitado pelo IBMA e conquistado pelo processo de controle social local. Também, aproveitou-se este momento, para fortalecer o convite de todos para as Audiências Públicas previstas para 12 e 13 de dezembro, em Ilhéus e Itabuna, respectivamente.

Nesse momento foi apresentado o RIMA e deixado à disposição para aqueles que quisessem consultar ou gravar em meio digital. Também foi assumido o compromisso de entregar para aqueles interessados um CD com o RIMA, para que eles pudessem apresentar a seus grupos e comunidades. Este momento foi muito importante para promover ampla reflexão sobre os impactos negativos e positivos do empreendimento, como, por exemplo, as alterações na paisagem, a geração de empregos diretos na fase de implantação, aumento de desemprego na fase de obras, alteração da capacidade de subsistência de famílias e perda de culturas agrícolas, perda de propriedades imobiliárias rurais e urbanas, alteração de vínculo social de famílias reassentadas, aumento das demandas de infraestrutura e serviços nas comunidades de entorno do empreendimento, aumento de arrecadação municipal, aumento da arrecadação estadual, aumento da arrecadação federal, interferência com o tráfego viário e marítimo, aumento na geração de resíduos sólidos, interferência na atividade pesqueira, entre outros.



Foto 57: Apresentação do Porto Sul e do RIMA



Foto 58: Apresentação do Porto Sul e metodologia da Oficina.



Foto 59: Apresentação do Porto Sul e metodologia da Oficina.

6.3 Momento 3: Construção Coletiva de Conceitos e Reflexão com o Grande Grupo

A construção coletiva dos conceitos de referência com os participantes oportunizou o aprofundamento dos seus conhecimentos e reflexões sobre o tema, permitindo a ampliação do olhar crítico sobre os conteúdos tratados, contextualizados na realidade de cada comunidade e atividade. Todos puderam expressar seu entendimento sobre a ideia de comunicação e interação social e agregar novos conhecimentos a partir das ideias de todos. Essa compreensão conceitual preliminar tem como principal finalidade facilitar os diálogos e entendimentos coletivos no momento do planejamento.

Os participantes, organizados em grupos, construíram o seu respectivo conceito, passando pela escuta de si mesmo, seguida da escuta respeitosa do outro, do diálogo de saberes, da leitura de um conceito científico e da construção de um conceito comum ao grupo. Foram formados quatro grupos, de maneira aleatória, com a finalidade de misturar as comunidades e representantes institucionais, oportunizando um maior conhecimento da diversidade local durante a construção do conceito de Comunicação e Interação Social.

A metodologia de construção conceitual, a Pedagogia do Amor, contempla os seguintes procedimentos:

- Valorização do saber pessoal, por meio do registro individual de forma escrita ou em desenho;
- Leitura do conceito construído individualmente valorizando seu conteúdo e palavras chaves, oportunizando a ampliação de conhecimento do grupo sobre a diversidade de saberes locais;
- Leitura de um conceito científico, vindo da legislação pertinente ou de bibliografia especializada, para agregar novos conhecimentos aos saberes já revelados;
- Construção do conceito coletivo valorizando os diversos saberes do grupo e o texto lido coletivamente;
- Elaboração de apresentação do conceito desenvolvido pelo grupo utilizando um cartaz e outras formas criativas;

- Apresentação dos conceitos ao grande grupo, permitindo a interação entre os saberes e a ampliação do conhecimento de todos os participantes, incluindo os técnicos e consultores.

Nessa atividade de construção dos conceitos de Infraestrutura foram utilizados os seguintes textos de referência (conceito científico):

COMUNICAÇÃO SOCIAL E INTERAÇÃO SOCIAL

Entende-se como Comunicação Social e Interação Social no licenciamento ambiental os processos de diálogo e intercâmbio de informações e conhecimentos, tendo como foco principal a instalação de um sistema de acompanhamento e participação permanente do cidadão nas etapas e construção e operação do Empreendimento.

PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E INTERAÇÃO SOCIAL DO PORTO SUL

O conceito do programa consiste em propor mecanismos facilitadores da condução do processo de interação e pactuação social, devendo ser instaurado desde a etapa de planejamento do empreendimento. As ações de interação e comunicação social, além de subsidiarem esta proposição, serão reformuladas à luz da experiência e da nova etapa que se inicia.

O respeito por palavras e por ideias, sem a negação do outro, torna-se poderoso para a valorização da pessoa, do outro e da relação de reconhecimento do outro como legítimo na convivência, valorizando a diversidade de culturas, pensamentos e formas de vida. “*Dizer a minha palavra e ter essa palavra ouvida, respeitada e acatada pelo grupo*”, foi relatado de forma emocionada por alguns participantes da oficina.



Foto 60: Orientação da dinâmica nos grupos.



Foto 61: Partilha de saberes em grupo

Cada grupo apresentou o conceito construído, seguido de comentários e da valorização pedagógica, abordando o tema do grupo e mostrando a importância de relacionar o conceito com o contexto do empreendimento Porto Sul no seu território.

Oficina momento 1 – comunidades da AEE (31/10/2013)
GRUPO 1 : Conceito construído para Comunicação e Interação Social



Foto 62: Partilha de saberes em grupo.



Foto 63: Apresentação do conceito construído.

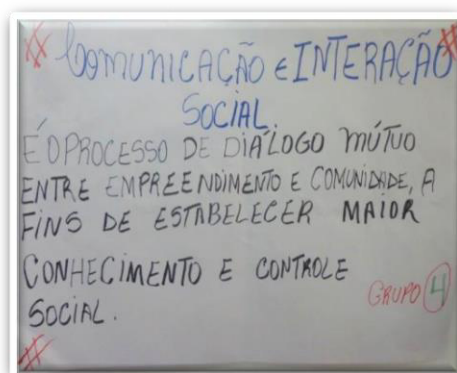


Foto 64: Conceito construído pelo grupo para Comunicação e Interação Social.

“Comunicação e Interação Social é o processo de diálogo mútuo entre empreendimento e comunidade a fim de estabelecer maior conhecimento e controle social.”

Relato:

“Na questão: Meios de Comunicação, temos como problema os boatos, o desinteresse, os receios e a resistência da comunidade ao empreendimento. A falta de informação sobre os impactos, postos de trabalho, desapropriações. Cada etapa do trabalho deve ser informada a comunidade. A relação de confiança está sendo desgastada devido à linguagem muito técnica usada porque a comunidade não entende o que é dito. Os técnicos chegam e não explicam em uma linguagem fácil. Cartilhas informativas, palestras diretamente nas comunidades para explicar todas as etapas, isso principalmente por conta do assunto desapropriação, pois o técnico vem com o sentimento de desapropriação para o progresso, sem a preocupação do sentimento da comunidade. Há uma falta muito grande de envolver as comunidades, os técnicos não chegam a todas as comunidades. Às vezes tudo o que ouvimos e levamos pra comunidade os pares nem querem ouvir por acharem que não temos os conhecimentos devidos. Na reunião que aconteceu no Itariri sobre a desapropriação, irão passar um duto no centro de Itariri que nada poderia ser plantado no local de raiz profunda, mas ai aconteceu o telefone sem fio e virou uma confusão. Carioca: na minha comunidade nem correio tem, imagina o resto. Olhem pra nossa comunidade que está entregue as baratas. O grande problema foi dito na manhã que não vemos infraestrutura dos municípios para a chegada num empreendimento deste porte. E para finalizar os problemas estão aí e as soluções também agora é só sensibilizar lá que tudo dará certo”.



Foto 65: Construção da árvore de problemas.

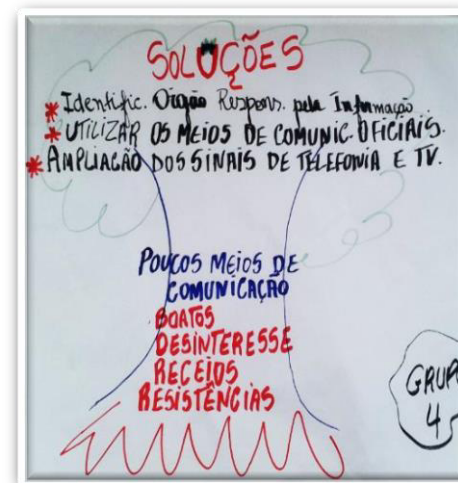


Foto 66: Construção da árvore de problemas e soluções.

Oficina momento 1 – comunidades da AEE (31/10/2013)
GRUPO 2: Conceito construído para Comunicação e Interação Social



Foto 67: Partilha de saberes em grupo.



Foto 68: Apresentação do conceito construído.

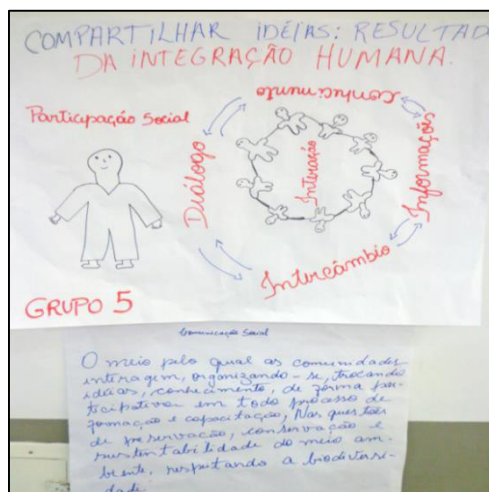


Foto 69: Conceito construído pelo grupo para Comunicação e Interação Social.

“Compartilhar ideias: resultados da integração humana.”
Comunicação social é o meio pelo qual as comunidades interagem, organizando-se, trocando ideias, conhecimento, de forma participativa em todo o processo de formação e capacitação, nas questões de preservação, conservação e sustentabilidade do meio ambiente, respeitando a biodiversidade.”

Relato:

“A falta de comunicação entre as comunidades se deu de 6 meses para cá. Temos uma associação REDECOM (rede de comunidades do litoral norte) onde todo mês temos reunião e a cada mês era priorizada uma ação para ser desenvolvida nas esferas, mas houve atritos até por conta do Porto Sul – desunião. Íamos até ao prefeito e governo para solução da ação. Não vejo outro meio de resolvermos nossos problema se não pela união das associações. Hoje em dia o fone fixo está sendo desativado, atualmente somente o celular é que existe porém nas comunidades o sinal é precário, nem aceso a internet. Não vejo outra alternativa da REDECOM que já serviu de exemplo, que volte a se reunião novamente e volte a pensar as soluções conjuntamente. Então as pessoa do litoral norte, chamo para que voltemos a nos reunir, não temos nada, não temos ônibus, transporte, correio, telefonia. Precisamos nos unir para reivindicar nossos problemas e ver soluções conjuntas e integradas. 1 só conseguiu desestabilizar o grupo todo. Tínhamos sala de leitura, cestas básicas, policiamento através de duas motos, investimentos para a polícia – alimentação. As estradas precárias afetam a comunicação entre as comunidades, não temos telefonia e sem estrada fica difícil a comunicação entre as comunidade. Minha cabana que é a minha única fonte de rede está citada no EIA como provável afetada pela mudança da maré. Precisamos nos unir e cobrar senão não conseguiremos nunca”.

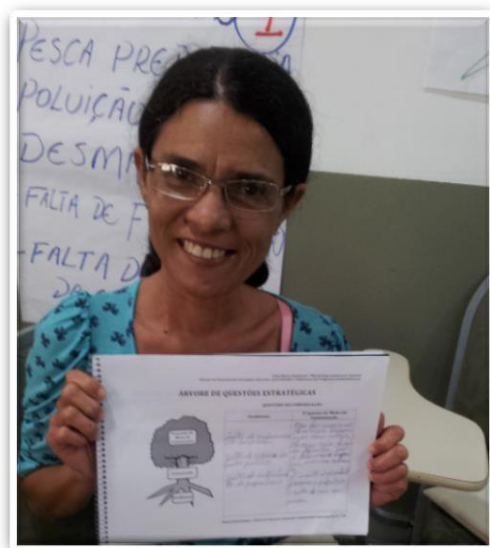


Foto 70: Construção da árvore de problemas.

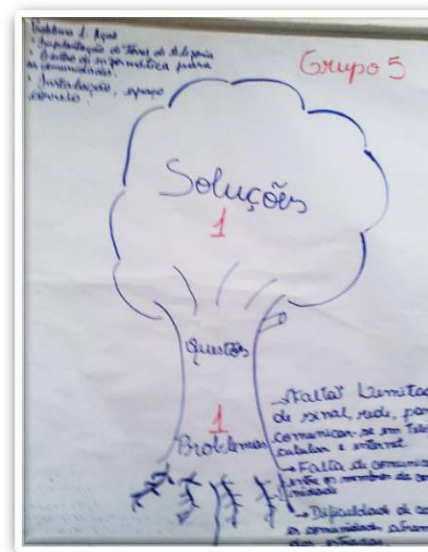


Foto 71: Construção da árvore de problemas e soluções.

“Comunicação é Solução

***A natureza exige da gente
Respeito e comunicação
Dialogando com as comunidades
Para juntar forças
e buscar solução.***

***Por isso vem...
Entra na roda com a gente
também
Você é muito
Importante...***

***Por isso vem, vem, vem...
Entra na roda com a gente
também,
Você é muito importante. Vem!”***



Foto 72: Poesia cantada pela professora Maria da Glória Alves para enaltecer o conceito da comunicação e interação social.

Oficina momento 2 – comunidades de pesca (1º/11/2013)
GRUPO 1: Conceito construído para Comunicação e Interação Social



Foto 73: Partilha de saberes em grupo.



Foto 74: Apresentação do conceito construído.

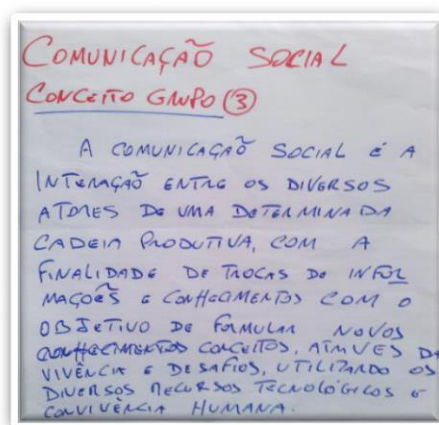


Foto 75: Conceito construído pelo grupo para Comunicação e Interação Social.

“A comunicação social é a interação entre os diversos atores de uma determinada cadeia produtiva, com a finalidade de trocas de informações e conhecimentos com o objetivo de formular novos conceitos através da vivência e desafios, utilizando os diversos recursos tecnológicos e convivência humana .”

Relato:

“Achamos muito importante à distinção entre comunicação e interação social. Estes conceitos implicam no diálogo, em levar a informação e o outro demonstrar que compreendeu o que ouviu. A palavra fundamental que destacamos foi compreensão, sem ela não se faz comunicação.”



Foto 76: Construção da árvore de problemas.



Foto 77: Apresentação da árvore de problemas e soluções.

Oficina momento 2 – comunidades de pesca (1º/11/2013)
GRUPO 2: Conceito construído para Comunicação e Interação Social



Foto 78: Partilha de saberes em grupo.



Foto 79: Apresentação do conceito construído.

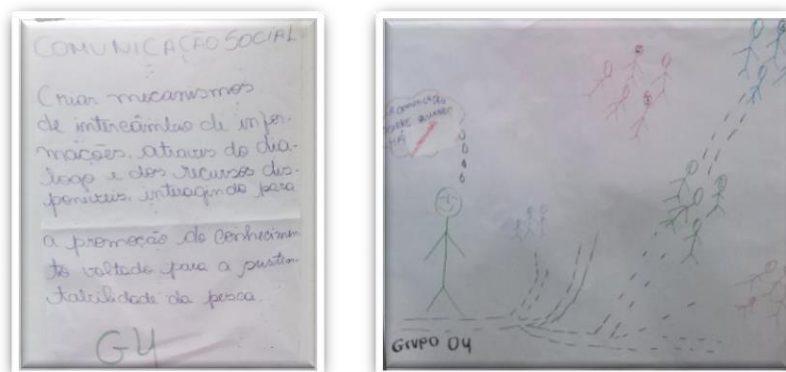


Foto 80: Conceito construído pelo grupo para Comunicação e Interação Social.

“Criar mecanismos de intercâmbio de informações através do diálogo e dos recursos disponíveis, interagindo para a promoção do conhecimento voltado para a sustentabilidade da pesca.”

Relato:

“Vivemos grandes impactos provocados pelo Porto do Malhado. Sabemos que na época da sua construção não existia a preocupação com o meio ambiente e nem mesmo com a transmissão de informação para as comunidades. Para amenizar os problemas principalmente com a comunidade de Barra e São Miguel, sugerimos a criação de moles como forma de mitigar o impacto que existe. Outro ponto que destacamos foi o defeso do camarão que é o produto mais pescado em nossa região e, como as datas de pagamento não são respeitadas e o pescador precisa sobreviver não é respeitado o período estipulado do defeso. Sabemos que é um problema nacional, mas precisamos tomar uma atitude, procurar o IBAMA, o Ministério Público, seja quem for, para podermos, unidos, encontrar uma solução que beneficie o pescador.”



Foto 81: Construção da árvore de problemas.



Foto 82: Apresentação da árvore de problemas e soluções.

6.4 Momento 4: Diagnóstico Interativo, Estratégias e Ações

Esta atividade visou à identificação das principais questões estratégicas e das principais soluções para as questões priorizadas, relacionadas ao Programa de Comunicação e de Interação Social, refletindo criticamente sobre esses problemas e soluções, a partir da realidade da comunidade em que cada um dos participantes reside, priorizando as ações fundamentais para contribuir com o melhor desenvolvimento do tema junto à sua comunidade e região.

O objetivo pedagógico foi promover a reflexão e análise dos problemas e soluções identificados pela comunidade, propondo para cada problema, as ações prioritárias.

A metodologia definiu como critério de formação dos grupos, a proximidade territorial e as semelhanças na forma de vida. Foram formados quatro grupos para promover a reflexão coletiva a respeito do tema nas Comunidades. O raciocínio estratégico foi exercitado a partir da construção de uma árvore, onde o problema identificado ficava no tronco da árvore, nas raízes eram identificadas as causas e na copa as soluções. Em seguida, cada grupo priorizou três problemas considerando suas soluções fundamentais para o desenvolvimento da sua comunidade e região. Por fim, os participantes refletiram de maneira integrada, pensando quais as ações poderiam beneficiar um maior número de comunidades e pessoas. Com essa reflexão regional, os grupos propuseram ações e priorizaram aquelas de maior relevância e contribuição para o desenvolvimento das comunidades da AEE e de pesca. Essas ações foram identificadas como forma de fortalecer as comunidades na convivência com o Empreendimento Porto Sul.

Ao final desta atividade as experiências dos subgrupos foram compartilhadas com o grupo maior, objetivando identificar os problemas mais frequentes na comunidade e as principais ações sugeridas, permitindo a todos, contribuições e amplas reflexões coletivas.

6.5 Momento 5: Apresentações dos Resultados e Contribuições do Grande Grupo

Para o desenvolvimento das atividades, com a priorização das ações estratégicas, refletidas a partir dos conceitos apresentados para Comunicação e Interação Social, os participantes da oficina foram organizados em quatro grupos, respeitando-se os critérios de proximidade territorial e afinidade de modos de vida. Foram organizados quatro grupo, sendo dois grupos contemplando as comunidades localizadas na AEE e mais dois grupos contemplando as comunidades de pesca.

A elaboração do diagnóstico estratégico iniciou com a identificação das principais necessidades de comunicação e interação social em cada uma das localidades. Em seguida houve a reflexão do grupo sobre a priorização de ações fundamentais preponderantes para o desenvolvimento de cada comunidade e, por fim, foram priorizadas as ações que podem contribuir para o desenvolvimento do maior número de comunidades, definidas a partir de um olhar regional, refletidos a partir da convivência dessas comunidades com o Porto Sul.

Após a construção dos pequenos grupos, cada grupo apresentou a síntese do seu trabalho para o grande grupo, ressaltando os diálogos e reflexões ocorridas e a experiência com o processo de construção coletiva. Abaixo está apresentado o resultado construído em cada grupo.

Oficina momento 1 – comunidades da AEE (31/10/2013)
GRUPO 1: Programa de Comunicação e Interação Social - Síntese da Priorização. Problema e Soluções por Ação.

Problema 1:	Uso de linguagem técnica. Falta de entendimento.
Ação 1:	Cartilha informativa.
Ação 2:	Palestras nas comunidades.
AÇÃO 3:	Programa de Rádio Porto Sul.

Problema 2:	Poucos meios de comunicação.
Ação 1:	Identificar órgão responsável pela comunicação.
Ação 2:	Utilizar os meios de comunicação oficiais.
Ação 3:	Ampliação dos sinais de telefonia e TV.

Problema 3:	Resistência ao empreendimento.
Ação 1:	Criar programa oficial de comunicação.
Ação 2:	Comunicar as ações a cada etapa do empreendimento.
Ação 3:	Estabelecer relação de confiança.

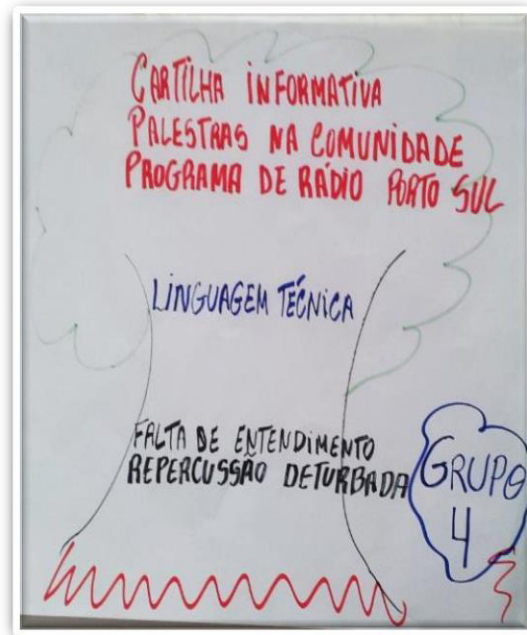


Foto 83: Árvore problema 1

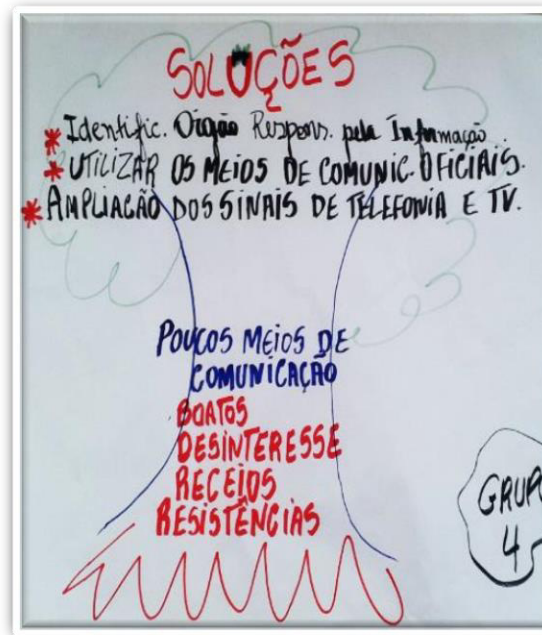


Foto 84: Árvore problema 2

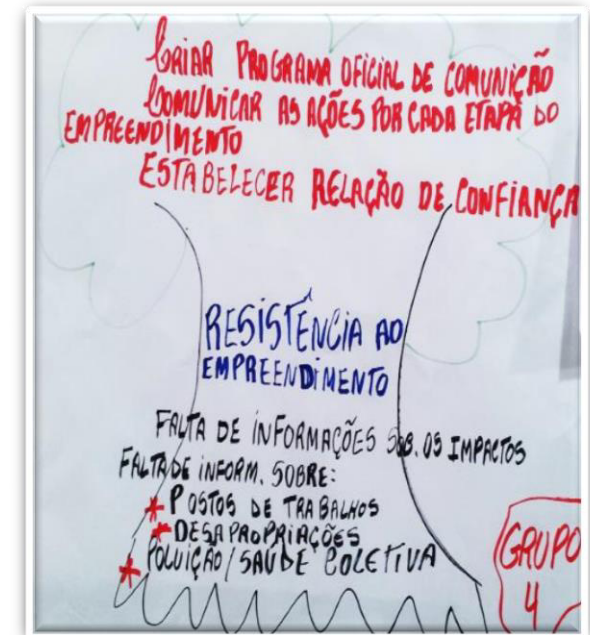


Foto 85: Árvore problema 3

Oficina momento 1 – comunidades da AEE (31/10/2013)
GRUPO 2: Programa de Comunicação e Interação Social - Síntese da Priorização. Problema e Soluções por Ação.

Problema 1:	Limitação de sinal de rede de comunicação celular e internet.
Ação 1:	Centro de informática para as comunidades.
Ação 2:	Comunicação entre as comunidades.
Ação 3:	Instalação de torres de telefonia.
Problema 2:	Falta de comunicação dos membros da comunidade
Ação 1:	Reuniões mensais visando à divulgação das informações.
Ação 2:	Criação de jornal informativo; blog.
Ação 3:	Criação de um centro de cultura e comunicação ambiental (Núcleo de comunicação e informação humana).
Problema 3:	Problemas de infraestrutura de acesso entre as comunidades
Ação 1:	Melhoria na infraestrutura existente.
Ação 2:	Sinalização; pontos de ônibus; segurança.
Ação 3:	Manutenção das estradas.

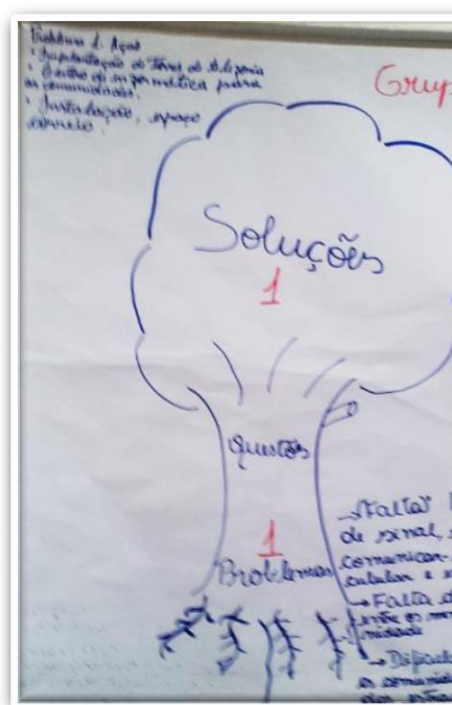


Foto 86: Árvore problema 1

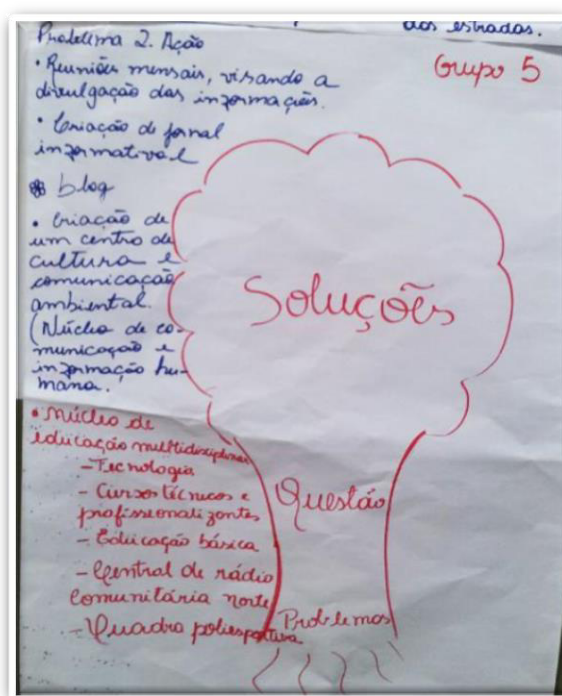


Foto 87: Árvore problema 2

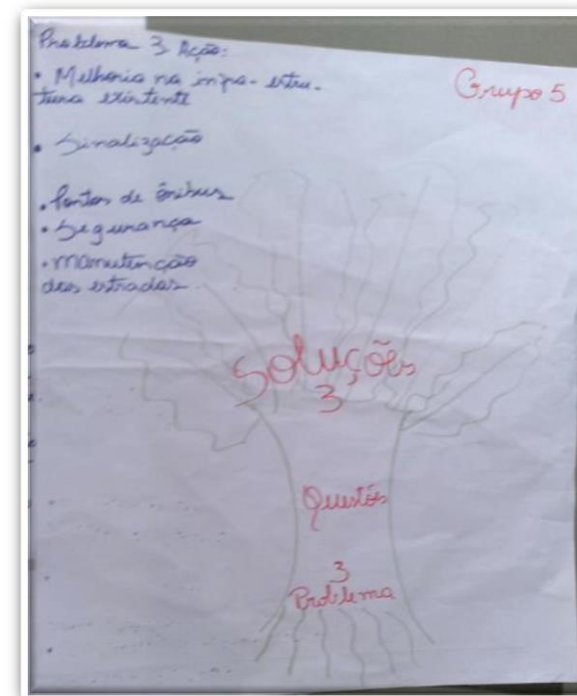


Foto 88: Árvore problema 3

Oficina momento 2 - comunidades de pesca (1º/11/2013)
GRUPO 1: Programa de Comunicação e Interação Social - Síntese da Priorização. Problema e Soluções por Ação.

Problema 1:	Falta de Comunicação (desinformação e desconhecimento)
Ação 1:	Interação com os atores sociais e empreendedores, partes integrantes da sociedade vinculados direta ou indiretamente ao empreendimento, no sentido de definir metas e diretrizes a serem cumpridas pelas partes com o objetivo de imprimir responsabilidades, minimizando impactos e maximizando benefícios mútuos.
Problema 2:	Falta de interação popular (omissão, perda de oportunidade e má formação de conceito).
Ação 1:	Comunicação social interativa de maneira transparente, com efetiva participação dos atores sociais que serão afetados direta ou indiretamente pelos impactos decorrentes do empreendimento.
Ação 2:	Criação de rádio comunitária
Problema 3:	Carência de política sócio ambiental (causa degradação ambiental, desemprego, êxodo, etc.).
Ação 1:	Estabelecer relação de confiança.
Ação 2:	Articulação do programa de educação sócio ambiental como instrumento de consciência de preservação e desenvolvimento social

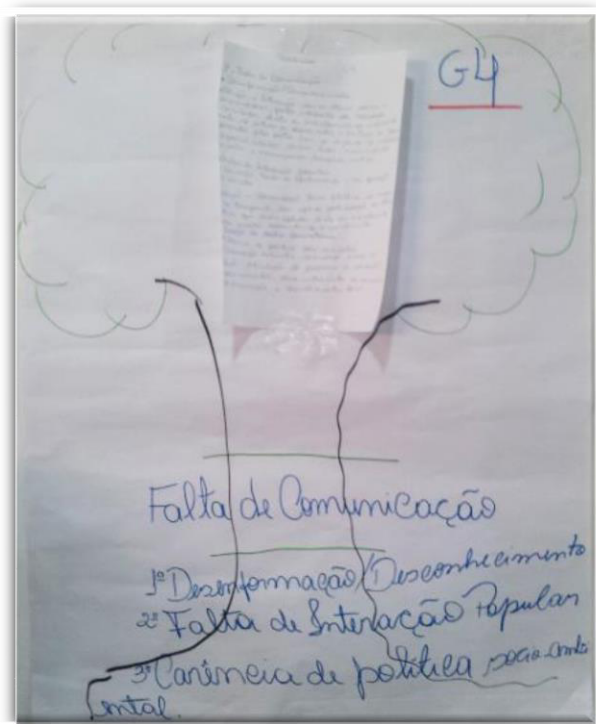


Foto 89: Árvore problema 1



Foto 90: Árvore problema 3

Oficina momento 2 – comunidades de pesca (1º/11/2013)
GRUPO 2: Programa de Comunicação e Interação Social - Síntese da Priorização. Problema e Soluções por Ação.

Problema 1:	Porto do Malhado – assoreamento dos rios e foz (Barras)
Ação 1:	Criação de moles
Ação 2:	Dragagem sistemática e permanente das bocas de rio/ foz.
Ação 3:	Programa de recuperação das nascentes e matas ciliares
Problema 2:	Defeso do camarão
Ação 1:	Realizar estudos técnicos pelos órgãos IBAMA e MPA para adequação do defeso
Ação 2:	Utilizar resultados da pesquisa para a norma legal/ Instrução Normativa
Ação 3:	Ajustar o período de pagamento



Foto 91: Árvore problema 1

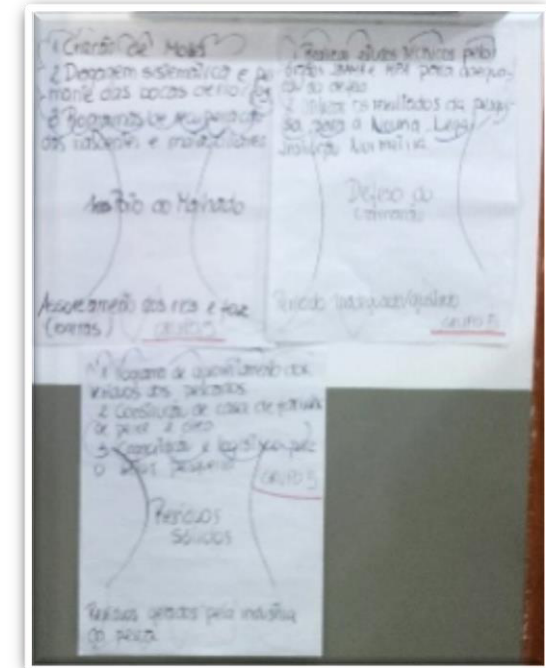


Foto 92: Árvore problema 2

Para finalizar esta etapa da oficina de Comunicação e Interação Social os grupos indicaram os meios de comunicação existentes nas comunidades. No quadro a seguir está o universo destas indicações:

MEIO DE COMUNICAÇÃO	NOME	IMPORTÂNCIA (grande ou pequena)	COMENTÁRIO
Rádio	Emissoras estaduais e nacionais.	Grande	Gabriela FM (programação local)
Televisão	Todas as emissoras	Grande	Globo e Record (com programação local)
Carro De Som/ Moto Som	Amaral Som	Pequena	Apenas para divulgação de eventos
Telefone	Fixo E Celular (Todas As Operadoras)	Grande	
Internet	Blogs Locais	Grande	
Jornal	Ilhéus	Pequena	
Outros	Cartazes	Pequena	Usados para divulgação de eventos

DINÂMICA DE ENCERRAMENTO

Ao final da Oficina, os participantes preencheram a folha de avaliação e entregaram à equipe de organização da oficina. Com o objetivo de facilitar a avaliação coletiva de todos os participantes da Oficina foi formado um grande círculo, onde foi conduzida uma visualização criativa com cada etapa da oficina e foi solicitado que cada um escolhesse pelo menos uma palavra que representasse sua avaliação da oficina. Cada participante disse suas palavras e ao final, cada um gritou, simultaneamente, em uma só voz, sua palavra escolhida, encerrando assim o encontro.



Foto 93: Finalização da Oficina com momento de descontração e integração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de mobilização social e sensibilização para as Oficinas do empreendimento Porto Sul cumpriu o objetivo de atualizar o mapeamento de pessoas e instituições relacionadas aos respectivos segmentos relacionados aos temas dos programas trabalhados nas oficinas, restabelecendo o contato e do diálogo com pessoas e instituições mobilizadas, atualizando-as sobre o processo de licenciamento do Porto Sul e buscando motivá-las para sua participação nas Oficinas de diagnóstico estratégico de contribuições aos programas do Plano Básico Ambiental - PBA. Os representantes sociais mobilizados, ao assinarem o Pacto de Compromisso de participação nas oficinas, tomaram conhecimento dos objetivos da Oficina e assumiram a responsabilidade de sua participação efetiva na atividade. A mobilização teve resultado fundamental na renovação dos contatos, atualização de informações e organização das comunidades e segmentos para dar continuidade ao processo de participação social no licenciamento do Porto Sul.

As Oficinas realizadas em um período de 08h, contemplaram metodologias pedagógicas e estratégicas, construtivistas, promovendo amplo e profundo diálogo e reflexões, valorizando as contribuições dos participantes na elaboração dos programas. A programação facilitou a atualização do conhecimento dos participantes sobre o Porto Sul, os impactos previstos no EIA/RIMA e os resultados dos novos estudos e melhoramentos de projeto do Empreendimento. A programação contemplou a construção de conceitos de referência, promovendo a ampliação dos saberes locais sobre o tema da oficina. Por fim, promoveu reflexões e contribuições objetivas, sistematizadas sob forma de diagnóstico e ações prioritárias.

A quantidade e representatividade da participação, assim como o interesse e a dedicação dos participantes, demonstraram a importância da realização das oficinas, a boa aceitação local e o grande interesse por conhecer melhor o Empreendimento, seu projeto, suas tecnologias e seus programas de mitigação e compensação.

Os eventos de mobilização, sensibilização e interação foram realizados durante os meses de setembro a novembro de 2013. Nos Quadros e Gráficos abaixo estão às indicações dos universos formadores da governança local que qualifica a legitimidade e representatividade na Oficina de Educação Ambiental e Comunicação e Interação Social.

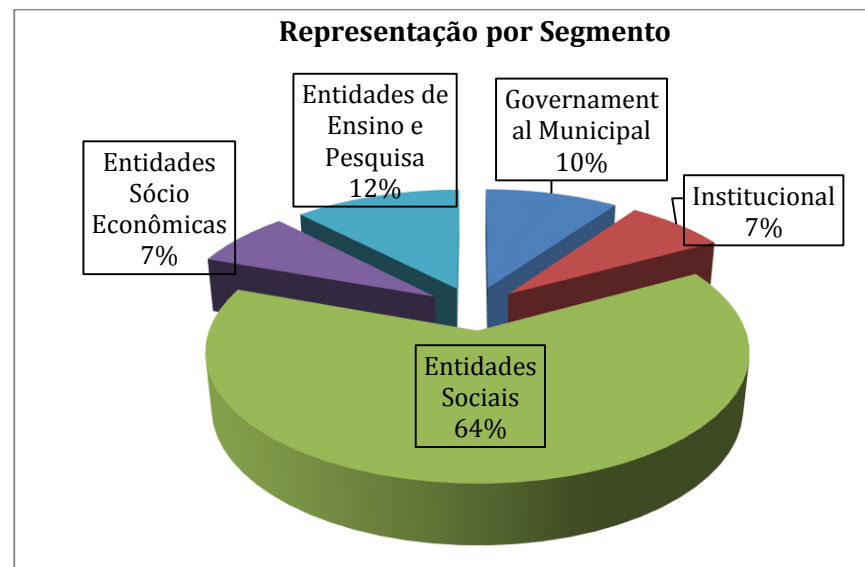
REPRESENTATIVIDADE DA OFICINA DE DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO – MOMENTO 1 = COMUNIDADES DA AEE

Quadro 6: Representação por segmento

Segmento Participante	Nº de Representantes	%
Governamental Municipal	4	10
Social: Institucional	3	7
Social: Entidades Sociais	26	64
Social: Entidades Sócio Econômicas	3	7
Social: Entidades de Ensino e Pesquisa	5	12
Totais	41	100

Fonte: Ethos-Humanus. 2013

Gráfico 1: Representação por segmento



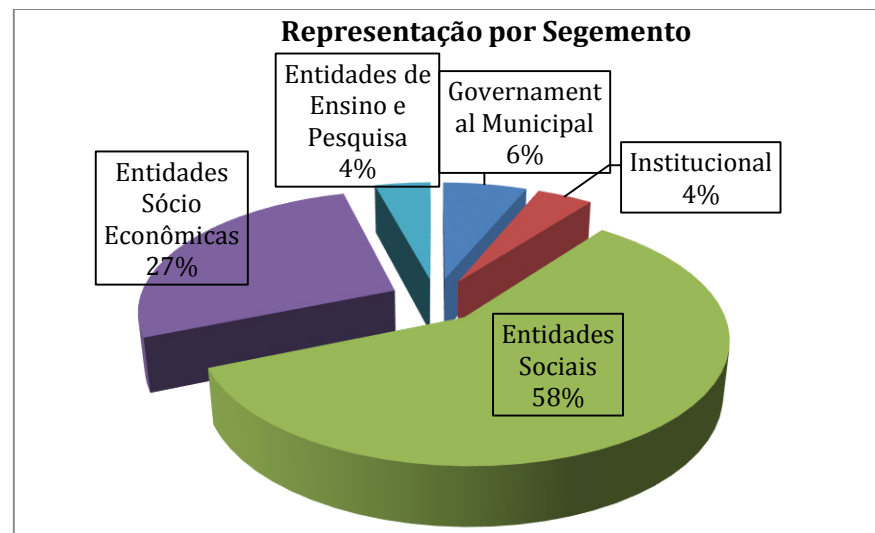
REPRESENTATIVIDADE DA OFICINA DE DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO – MOMENTO 1 = COMUNIDADES DE PESCA

Quadro 7: Representação por segmento

Segmento Participante	Nº de Representantes	%
Governamental Municipal	3	6
Social: Institucional	2	4
Social: Entidades Sociais	28	58
Social: Entidades Sócio Econômicas	13	27
Social: Entidades de Ensino e Pesquisa	2	4
Totais	48	100

Fonte: Ethos-Humanus. 2013

Gráfico 2: Representação por segmento



O diagnóstico estratégico e as propostas de ações prioritárias para cada segmento e região da AEE foram construídos com base na representatividade das participações qualificadas das comunidades e das instituições, considerando a legitimidade das suas percepções e contribuições na construção do produto final.

Todos esses aspectos demonstram que os resultados obtidos com a realização das Oficinas contribuíram, não só com a elaboração dos programas de Educação Ambiental e Comunicação e Interação Social do Porto Sul, mas também com a ampliação do conhecimento das comunidades e segmentos sobre o Empreendimento e a mobilização destes para darem continuidade ao seu processo de participação no licenciamento do Empreendimento Porto Sul.

REFERÊNCIAS

- ETHOS-HUMANUS. ***Módulo da Oficina Planejamento Estratégico Interativo para o Desenvolvimento Sustentável da Comunidade do Solar do Unhão***. Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social do Empreendimento Bahia Marina, Salvador, 2013.
- ETHOS-HUMANUS. ***Módulo da Oficina Sustentabilidade da Atividade Pesqueira***. Programas Socioambientais do Estaleiro Enseada do Paraguaçu. Salvador, novembro 2010.
- INSTITUTO AUTOPOIÉSIS BRASILIS. ***Tecnologias Sociais: Caderno de Formação e Capacitação da Sociedade Civil para a Gestão Social da Água***. Salvador, 2007.
- MORIN, Edgar. ***Os sete saberes necessários à educação do futuro***. São Paulo/Brasília: Cortez/UNESCO, 2001b.
- PALAVIZINI, Roseane. ***Gestão Transdisciplinar do Ambiente: Uma Perspectiva aos Processos de Planejamento e Gestão Social no Brasil***. Tese de Doutorado do programa de engenharia Ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina – PPGA/ UFSC, Florianópolis, 2006.
- SILVA, Daniel. ***Uma abordagem cognitiva ao planejamento estratégico do desenvolvimento sustentável***. 1998. 240f. Tese (Doutorado Engenharia de Produção)– Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, 1998, 240f.

APÊNDICES

1) Termo de Compromisso de Participação da Oficina.

PLANO BÁSICO AMBIENTAL – PORTO SUL
OFICINAS DE DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO - 2013

INSCRIÇÃO E TERMO DE COMPROMISSO

Com a obtenção da licença prévia (LP) do empreendimento Porto Sul, o processo de Interação Social com as comunidades alcança mais uma etapa. Nesse momento as Oficinas de Diagnóstico Participativo tem como principal objetivo construir com as comunidades e segmentos envolvidos com os programas socioambientais um diagnóstico que identifique os principais problemas e aponte prioridades para o melhoramento da qualidade e condições de vida das comunidades locais. Esses programas têm como principal finalidade diminuir os impactos negativos que poderão ser causados com a chegada do empreendimento e potencializar as qualidades locais, na perspectiva de contribuir com o desenvolvimento das comunidades existentes em sua área de influência.





A construção dos diagnósticos sociais e ambientais aponta ainda para ações comprometidas com a conservação dos ecossistemas, o desenvolvimento socioeconômico e o fortalecimento das culturas locais. Os programas que estão sendo elaborados pelo Porto Sul considerarão os resultados construídos nas Oficinas, valorizando os cidadãos que acumulam a experiência e o conhecimento tradicional das localidades e dos temas específicos para cada oficina, contribuindo para a indicação de caminhos que tragam contribuições efetivas para o desenvolvimento das pessoas, do lugar e da região.

Para esta construção participativa e contribuição aos Programas Socioambientais do Porto Sul, serão realizadas seis Oficinas de Diagnóstico Participativo: 1) Educação Ambiental, Comunicação e Interação Social com Comunidades da Área de Entorno do Empreendimento; 2) Educação Ambiental, Comunicação e Interação Social com Comunidades de Pesca; 3) Sustentabilidade da Atividade Pesqueira; 4) Valorização da Cultura Local; 5) Apoio ao Empreendedorismo Local e 6) Reorientação da Atividade Turística no Litoral Norte de Ilhéus, de acordo com o cronograma apresentado abaixo.

Este documento representa a inscrição e o Termo de Compromisso formal do signatário para sua participação, de forma integral, durante 8 horas de realização das oficinas, representando e compartilhando interesses coletivos e a responsabilidade social e ambiental da sua comunidade.

PARTICIPAÇÃO	OFICINAS	DATA
	OFICINA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E COMUNICAÇÃO (Comunidades do Entorno)	31/10/2013
	OFICINA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E COMUNICAÇÃO (Comunidades de Pesca)	01/11/2013
	OFICINA DE APOIO AO EMPREENDEDORISMO LOCAL	21/11/2013
	OFICINA DE REORIENTAÇÃO DO TURISMO NO LITORAL NORTE	22/11/2013
	OFICINA DE COMPENSAÇÃO DA ATIVIDADE PESQUEIRA	28/11/2013
	OFICINA DE VALORIZAÇÃO DA CULTURA LOCAL	29/11/2013

LOCAL:
DATA:
NOME COMPLETO:
ASSINATURA:
CONTATO:

2) Power Point da Apresentação da Oficina.

EMPREENDIMENTO PORTO SUL

OFICINAS DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA CONTRIBUIÇÕES AOS PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS DO PLANO BÁSICO AMBIENTAL - PBA

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E COMUNICAÇÃO E INTERAÇÃO SOCIAL
(Comunidades da Área de Entorno do Empreendimento - AEE)

BMA COHYDROS BAHIA MINERAÇÃO

PROGRAMAÇÃO DA OFICINA	
08h as 09h	Recepção dos Participantes
09h as 10h	Apresentação do Empreendimento
10h as 11h	Construção Conceitual
11h as 12h	Partilha de saberes - Reflexão dos Conceitos com o Grande Grupo
12h as 13h	Almoço
13h as 15h	Diagnóstico Interativo e Priorização de Ações
15h as 17h	Apresentações e Contribuição do Grande Grupo
17h	Construção da Síntese
17h:30h	Avaliação e Encerramento

APRESENTAÇÃO

Para que esta oficina de diagnóstico participativo?

Para:

- subsidiar a elaboração dos Programas Socioambientais do Plano Básico Ambiental - PBA, do Porto Sul;
- valorizar o conhecimento e a experiência das populações locais;
- aprimorar os Programas de Educação Ambiental e Comunicação e Interação Social com as percepções e soluções das comunidades.

CONCEITOS

O QUE É EDUCAÇÃO AMBIENTAL?

O QUE É COMUNICAÇÃO E INTERAÇÃO SOCIAL?

O QUE SÃO OS PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO E INTERAÇÃO SOCIAL?

O PORTO SUL

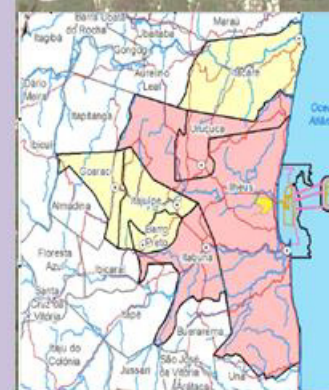
Empreendimento constituído por um Porto Público e um Terminal de Uso Privativo

Porto Público
Constituído por terminais para armazenamento e movimentação de cargas diversas, edificações administrativas e operacionais e Zona de Apoio Logístico (ZAL) onde existem pátios de armazenamento de cargas e minério;

Terminal de Uso Privativo (TUP)
Destinado a exportação de minério de ferro da Bahia Mineração (BAMIN);

ÁREAS DE INFLUÊNCIA DO EMPREENDIMENTO

Comunidades da AEE
Condomínio Verdes Mares,
Condomínio Barramares,
Condomínio Paraíso do Atlântico,
Loteamento Joia do Atlântico,
Loteamento Vilas do Atlântico,
Vila Isabel,
Vila Juerana,
Aritaguá,
Carobeira,
Fazenda Porto,
Acampamento Novo Destino,
Ribeira das Pedras,
Vila Olímpio,
Vila Campinhos,
Sambaituba,
Valão,
Bom Gosto,
Itariri,
Lava Pés,
Santa Luzia,
São João/Areal,
Urucutuca,
Castelo Novo.



Área de Influência Direta
ILHÉUS
ITABUNA
URUCUÇÁ.

Área de Influência Indireta
BARRO PRETO
ITAJUIPE
COARACI
ITACARÉ

APRIMORAMENTO TÉCNICO E AMBIENTAL

Redução da poligonal do projeto de 4.830 hectares para 1.860 hectares. Com esta redução **evitou-se impactos referentes à desapropriação** em diversas comunidades e propriedades existentes na região. Além disso, a poligonal do Porto foi retirada da área do Assentamento Bom Gosto

Retirada do Pier de Embarque Provisório (PEP). O PEP é uma estrutura que será usada apenas como apoio para a construção do quebra-mar principal. Por estar situado a uma distância menor da costa, esta estrutura, se mantida como originalmente previsto, contribuiria para o desenvolvimento da erosão na praia. Para evitar este efeito, optou-se pela retirada deste pier após a conclusão das obras do quebra-mar, contribuindo assim para minimizar os impactos com a erosão costeira

Redução do comprimento do quebra-mar de 2.410 metros para 1.980 metros. Com esta redução foi possível minimizar o impacto de erosão costeira da praia ao norte do porto de um máximo de 100 para 80 metros de recuo na linha de costa. Esta medida foi ainda complementada com a incorporação da atividade de transferência de areia como medida operacional. Esta medida garante que o porto contará com infraestrutura e pessoal permanente para realizar a atividade de transferência de areia regularmente. Com esta medida será possível conter o recuo da linha de costa de um máximo de 80 metros para um máximo de 20 metros, preservando todas as propriedades que existem no trecho que será afetado pela erosão

APRIMORAMENTO TÉCNICO E AMBIENTAL

Seleção criteriosa das rotas de navegação. Foram desenvolvidos estudos detalhados de navegação e acesso marítimo, visando selecionar **rotas de tráfego marítimo** que apresentem o menor potencial possível de interferir com a pesca praticada nos pesqueiros na região. Desta forma foi possível identificar rotas de aproximação ao porto que tenham mínima interferência com as práticas pesqueiras no entorno do empreendimento

Modificações nas vias de acesso do empreendimento. Nos estudos complementares feitos em atendimento ao Parecer Técnico no 09/2012 do IBAMA foi desenvolvido um estudo muito detalhado do fluxo de veículo nos acessos ao empreendimento. A partir deste estudo, verificou-se que o acesso que estava anteriormente previsto pela **Estrada Centenária** atrairia risco as comunidades residentes ao longo desta estrada, além de ter o potencial de danificar edificações de pessoas e de interesse histórico presentes ao longo desta estrada. Por esta razão, optou-se por abandonar este acesso e utilizar o acesso pela **Estrada Municipal de Itariri**, a qual será requalificada e estendida para comportar o tráfego necessário

Redução do volume de dragagem com o replanejamento da distribuição dos piers de embarque foi possível reduzir o volume de dragagem de 36.000.000 m³ para 14.500.000 m³, minimizando os impactos no ambiente marinho e na atividade pesqueira

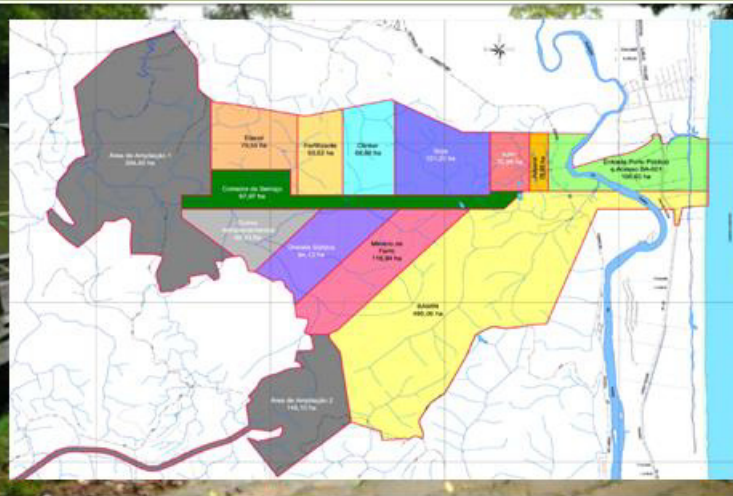
APRIMORAMENTO TÉCNICO E AMBIENTAL

Melhorias no projeto da ponte marítima do porto. A ponte marítima do porto, com extensão de 3.500 m, e o sistema de quebra-mar e berços de atracação criariam um obstáculo à navegação das embarcações de pesca da região, pois estas seriam forçadas a contornar as estruturas do porto para trafegar em direção às zonas de pesca. Para minimizar este problema foi feito um estudo detalhado das embarcações de pesca que trafegam na região e a partir deste estudo foram feitas modificações na ponte marítima. Estas incluem duas passagens para embarcações situadas a uma distância de 1.100 metros da costa e tem 18 metros de largura e 12 metros de altura. Estas passagens serão feitas uma em cada sentido e possibilitam a passagem das embarcações da pesca artesanal praticada na região, evitando assim o contorno do porto e economizando combustível e tempo de navegação

Mudança do ponto de descarte de material dragado—Originalmente estava previsto que o descarte de material dragado ocorreria no Cânion do Almada, na profundidade de 200m. Durante os estudos e audiências públicas verificou-se que esta posição poderia trazer impactos sobre a pesca com linha e anzol voltada para espécies nobres de peixes realizada nas áreas chamadas "paredes". Desta forma foi identificada outra posição para o descarte de material dragado, situada em um ponto mais afastado das áreas de pesca, na profundidade de 500 m, evitando assim a interferência com a pesca praticada nas paredes

Reestudos de disponibilidade de pedras para a construção dos quebra-mares do porto. Foi reestudada a disponibilidade de material na Jazida da Pedreira Aninga da Carobeira, bem como de outras jazidas de pedras existentes no entorno para verificar os impactos do transporte de pedras em relação ao fluxo de veículos. Com a redução no tamanho do quebra mar e o estudo da disponibilidade de material da Pedreira Aninga da Carobeira o volume de pedras necessário será reduzido. Mediante o reestudo das disponibilidades de pedras também foi possível trabalhar para reduzir o tráfego externo ao empreendimento

PROJETO DO PORTO SUL



IMPACTOS (POTENCIAIS) DO PORTO SUL – INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO

- > ALTERAÇÕES NA PAISAGEM
- > CERAÇÃO DE EMPREGOS DIRETOS NA FASE DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO
- > CERAÇÃO DE EMPREGOS INDIRETOS NA FASE DE IMPLANTAÇÃO
- > AUMENTO DE DESEMPREGO AO FINAL DA FASE DE OBRAS
- > ALTERAÇÃO DA CAPACIDADE DE SUBSISTÊNCIA DE FAMÍLIAS E PERDA DE CULTURAS AGRÍCOLAS
- > PERDAS DE PROPRIEDADES IMOBILIÁRIAS URBANAS E MÉDIAS PROPRIEDADES RURAIS
- > ALTERAÇÃO DE VINCÚLOS SOCIAIS DE FAMÍLIAS REASSENTADAS
- > AUMENTO DAS DEMANDAS DE INFRAESTRUTURAS E SERVIÇOS NAS COMUNIDADES DO ENTORNO DO EMPREENDIMENTO
- > CERAÇÃO DE FLUXOS MIGRATÓRIOS
- > AUMENTO DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL
- > AUMENTO DA ARRECADAÇÃO ESTADUAL
- > AUMENTO DA ARRECADAÇÃO FEDERAL
- > INTERFERÊNCIA COM TRÁFEGO VIÁRIO E MARÍTIMO

- > AUMENTO NA GERAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
- > INTERFERÊNCIAS COM A ATIVIDADE PESQUEIRA
- > ESTÍMULOS AO FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR
- > INTERFERÊNCIA LOCAL COM O TURISMO
- > AUMENTO DA ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA NO ENTORNO DO EMPREENDIMENTO
- > AUMENTO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL DE MENORES E DA PROSTITUIÇÃO
- > RISCO DE INTERFERÊNCIA DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E ARQUITETÔNICO
- > ALTERAÇÃO DO COMPORTAMENTO E MODO DE VIDA DAS COMUNIDADES DE ENTORNO (OPERAÇÃO)
- > RISCOS DE ACIDENTES E VASAMENTOS QUÍMICOS (OPERAÇÃO)
- > AFIRMAÇÃO DO BIPOLO ITABUNA/ILHÉUS COMO POLO DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL (OPERAÇÃO)
- > AFETAÇÃO DE IMÓVEIS PELA LINHA DE COSTA (OPERAÇÃO)
- > ADENSAMENTO ECONÔMICO DA REGIÃO (OPERAÇÃO)

PEDAGOGIA DO AMOR

Objetivo: Construir coletivamente conhecimentos integrados que valorizem a importância dos diversos saberes para a construção de processos coletivos, comprometidos com a sustentabilidade.

Metodologia:

- > Escrever a ideia individual sobre o conceito (5');
- > Compartilhar as idéias com o grupo (20');
- > Ler o conceito de referência e grifar as palavras importantes (5');
- > Construir o conceito do Grupo e registrar na cartolina (30');
- > Apresentar o conceito ao grande grupo (30');
- > Valorização Pedagógica dos conceitos, ressaltando a diversidade de saberes (30')

EDUCAÇÃO AMBIENTAL? COMUNICAÇÃO SOCIAL?



EDUCAÇÃO AMBIENTAL? COMUNICAÇÃO SOCIAL?



EDUCAÇÃO AMBIENTAL? COMUNICAÇÃO SOCIAL?



EDUCAÇÃO AMBIENTAL? COMUNICAÇÃO SOCIAL?




3) Lista de Presença Digitalizada

Logo: LPA, BMA, ECHYDROS, BMA, MINERAÇÃO		LISTA DE PRESENÇA		Empreendimento	Página
Data: 31 / 10 / 2013		Horário / Período:	Local:	PORTO SUL	
OFICINAS DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA CONTRIBUIÇÕES AO PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS DO PLANO BÁSICO AMBIENTAL - PBA					
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E COMUNICAÇÃO E INTERAÇÃO SOCIAL					
(Comunidades da Área de Entorno do Empreendimento - AEE)					
Nº	Nome do Participante	Empresa/Órgão/Associação	Localidade	Assinatura	
1	AILTON JESUS	Liderança Comunitária	Retiro	<i>Ailton Jesus</i>	
2	AIRAN ALVES	Liderança Comunitária	Mamoã		
3	ÁLVARO SERAFIM	Associação De Moradores	Cond. Verdes Mares	<i>Álvaro Serafim</i>	
4	ANTONIO SANTOS SANTANA	Liderança Comunitária	São João/ Aracá - Vila Vidal		
5	^{Digitalizado} ALEXO DEMÉTRIO NASCIMENTO	Liderança Comunitária	Lava Pés, Sta Luzia, Peda Porto	<i>Alexo Demétrio Nascimento</i>	
6	ARNALDO MARQUES	Associação Pequenos Produtores	Castelo Novo		
7	CARINE ARAUJO	Liderança Comunitária	Vila Olímpio		
8	CLEITON DE OLIVEIRA CAMPOS	Administrador Municipal	São José	<i>Cleiton de O. Campos</i>	
9	CLOVES CERQUEIRA	Liderança Comunitária	Parafuso	<i>Cloves Cerqueira</i>	
10	CLOVIS DA CUNHA	Associação ^{MORADORES} Comunitária	Parafuso ^{RETIRO}	<i>Clovis da Cunha</i>	
11	PATRICIA	Coordenadora de Campo (SE DUC)	Ilhéus	<i>Patricia Regina Luna Ferreira</i>	
12	DENISE REIS	Associação De Moradores	Mamoã	<i>Denise Reis</i>	
13	DERMIVAL PEREIRA NASCIMENTO	Liderança Comunitária	Lava Pés, Sta Luzia, Peda Porto	<i>Dermival Pereira Nascimento</i>	
14	DOMINGOS	Liderança Comunitária	Itariá	<i>Domingos Silva de Sousa</i>	
15	DOMINGOS	Associação Comunitária	Vila Olímpio		
16	EDIR GOMES	Associação de moradores	São Miguel	<i>Edir Alves Gomes</i>	

		LISTA DE PRESENÇA		Empreendimento	Página
Data: 31 / 10 / 2013		Horário / Período:	Local:	PORTO SUL	
Auditório Hotel Barravento - Ilhéus/BA					
OFICINAS DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA CONTRIBUIÇÕES AO PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS DO PLANO BÁSICO AMBIENTAL - PBA					
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E COMUNICAÇÃO E INTERAÇÃO SOCIAL					
(Comunidades da Área de Entorno do Empreendimento - AEE)					
Nº	Nome do Participante	Empresa/Órgão/Associação	Localidade	Assinatura	
17	EDIVALDO COELHO	Liderança Comunitária	Tuilha	<i>Edivaldo Coelho Santos</i>	
18	EDNEI ANDRADE	Administrador Municipal	Zona Norte		
19	EDNELSON SANTOS TELES	Associação De Moradores	Valão	<i>Ednelson Santos Teles</i>	
20	EDSON FRANCISCO	Associação De Moradores	Barramares	<i>Edson Francisco dos Santos</i>	
21	EDSON NERY	Associação De Moradores	Iguape	<i>Edson Nery dos Santos</i>	
22	ELIZEU TELES	Liderança Comunitária	Bom Gosto	<i>Elizeu Teles dos Santos</i>	
23	ERASMO NASCIMENTO	Liderança Comunitária	Vila Olímpio	<i>Erasmus Nascimento</i>	
24	EVILÁSIO LIMA VALVERDE	Administrador Municipal	Sambaituba	<i>Evilásio Lima Valverde</i>	
25	ADILSON JOSÉ SITTA	Arquiteto/ Biólogo da Maramata	Ilhéus		
26	HILÁRIO DOS SANTOS	Liderança Comunitária	Tuilha		
27	JANILTON MORAIS (DELEGADO)	Associação De Veteranos	Ponta Da Tuilha		
28	JOANA	Liderança Comunitária	Mamoá	<i>Joana Galvão Messias</i>	
29	JOICE BRITO	Associação De Mulheres	Ponta Do Ramo	<i>Joice Brito</i>	
30	JORGINA SENA	Escola Nucleada Sambaituba	Sambaituba	<i>Jorgina Sena</i>	
31	JOSÉ HILTON NASCIMENTO (CIPA)	Liderança Comunitária	Vila Juerana		
32	JULIA CAROPIÁ	Orientadora Pedagógica	Mamoá	<i>Julia Porto Caropiá Neto</i>	

Logo		Logo		Logo		Empreendimento	Página
						PORTO SUL	
Data: 31 / 10 / 2013		Horário / Período:		Local: Auditório Hotel Barravento - Ilhéus/BA			
OFICINAS DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA CONTRIBUIÇÕES AO PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS DO PLANO BÁSICO AMBIENTAL - PBA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E COMUNICAÇÃO E INTERAÇÃO SOCIAL (Comunidades da Área de Entorno do Empreendimento - AEE)							
Nº	Nome do Participante	Empresa/Órgão/Associação	Localidade	Assinatura			
33	MARCELO JESUS OLIVEIRA	Administrador Municipal	Lagoa Encantada				
34	MARCOS ANTONIO LESSA DOS SANTOS	Presidente (Fami)	Ilhéus				
35	MARIA DA GLÓRIA ALVES	Diretora - Escolas Nucleadas Aritaguá I	Aritaguá	<i>Maria da Glória A. Santos</i>			
36	MARIA JOSÉ (Da DINA)	Associação Pequenos Produtores	Caroheira				
37	MARIA JOSE CARVALHO S. ALMEIDA	Associação Moradores e Pequenos Produtores	Caroheira	<i>Maria Jose S. Santos</i>			
38	MARLUCIA CONCEIÇÃO	Liderança Comunitária	Ribeira Das Pedras	<i>Marlúcia Conceição</i>			
39	MAIRILUCE SILVA	Presidente Associação Pequenos Produtores	Retiro				
40	MONICA BRANDÃO MEIRELES	C. Pedagógica - Escola Nucleada Aritaguá I	Aritaguá	<i>Monica Brandão Meireles</i>			
41	NELSON SOARES DE OLIVEIRA	Liderança Comunitária	Sambaituba				
42	ROSANGELA OLIVEIRA (CHINA)	Presidente Associação	Ponta Do Ramo	<i>Rosângela D. Mendes de Souza</i>			
43	ROSENILDA LEAL	Administradora Municipal	Castelo Novo				
44	SILVANA ARGOLO	Igreja Católica (São José)	São José	<i>Silvana Argolo</i>			
45	TELMA AZEVEDO	Presidente Associação [Coeso]	Joia Do Atlântico	<i>Telma Azevedo</i>			
46	THAIS DA GLÓRIA DOS SANTOS	C. Pedagógica Da Escola Aritaguá I	Aritaguá	<i>Thais D. Santos</i>			
47	VALDEMAR DAMASCENO SILVA	Administrador Municipal	Ponta Da Tuiha				
48	VERA LÚCIA RIBEIRO	Presidente Associação	Aritaguá	<i>Vera Lucia Ribeiro</i>			

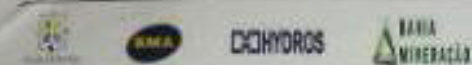
Data: 31 / 10 / 2013		LISTA DE PRESENÇA		Empreendimento	Página
Horário / Período:		Local:		PORTO SUL	
OFICINAS DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA CONTRIBUIÇÕES AO PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS DO PLANO BÁSICO AMBIENTAL - PBA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E COMUNICAÇÃO E INTERAÇÃO SOCIAL (Comunidades da Área de Entorno do Empreendimento - AEE)					
Nº	Nome do Participante	Empresa/Órgão/Associação	Localidade	Assinatura	
49	Agustina Soares Trindade RAIHA REGINA SOARES TRINDADE	Casa de passagem	Iguape	Agustina S. Trindade	
50	WALTER CALDAS (TINHO)	Agente Comunitário De Saúde	Sambaituba	Walter Caldas de Azevedo	
51	ELIENETE GOMES	ETHOS-HUMANUS CONSULTORIAS	SALVADOR	Elienetete Gomes	
52	JOSÉ CARLOS BEZERRA Jr.	ETHOS-HUMANUS CONSUTORIAS	SALVADOR	José Carlos Bezerra Jr.	
53	LAVÍNIA BOMSUCCESSO	ETHOS-HUMANUS CONSUTORIAS	SALVADOR	Lavinia Bomsucesso	
54	LUCAS GOES	ETHOS-HUMANUS CONSUTORIAS	SALVADOR	Lucas Goes	
55	ROBÉRIO DIAS	ETHOS-HUMANUS CONSUTORIAS	SALVADOR	Robério Dias	
56	ROSEANE PALAVIZINI	ETHOS-HUMANUS CONSUTORIAS	SALVADOR	Roseane Palavizini	
57	Bláudia Maria Borges de Sá	Escola Antagônia II	Ilhéus	Bláudia Maria Borges de Sá	
58	Anderson José S. LITA	MARAPATA	Ilhéus	Anderson José S. Lita	
59	Sebastião VIVAS	Sociedade Agrícola e Pecuária	Ilhéus	Sebastião Vivas	
60	Luiz Frederico Amorim	MARAPATA	ILHEUS	Luiz Frederico Amorim	
61	Edineide Lorrain	Instituto Aliança	Ilhéus	Edineide Lorrain	
62	Vanio Helton Dalizuel	ETHOS-HUMANUS CONSULTORIAS	SALVADOR	Vanio Helton Dalizuel	
63	Maria Jesuete Soares de Souza	Escola Antagônia II	Ilhéus	Maria Jesuete Soares de Souza	
64	Conceição de Araújo	Barroeira	Ilhéus	Conceição de Araújo	

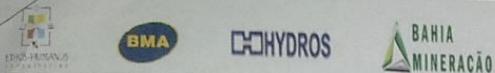
BMA		CACHYDROS		BAPTA MINERÁRIO		Empreendimento	Página
Data: 31 / 10 / 2013				Horário / Período:		PORTO SUL	
OFICINAS DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA CONTRIBUIÇÕES AO PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS DO PLANO BÁSICO AMBIENTAL - PBA				Local: Auditório Hotel Barravento - Ilhéus/BA			
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E COMUNICAÇÃO E INTERAÇÃO SOCIAL (Comunidades da Área de Entorno do Empreendimento - AEE)							
Nº	Nome do Participante	Empresa/Órgão/Associação	Localidade	Assinatura			
1	MARIA AUXILIADORA LOBÃO	HYDROS ENGENHARIA	SALVADOR				
2							
3							
4							
5							
6							
7							
8							
9							
10							
11							
12							
13							
14							
15							

				Empreendimento
LISTA DE PRESENÇA				PORTO SUL
Data: 01 / 11 / 2013		Horário / Período:	Local: Auditório Hotel Barravento - Ilhéus/BA	
OFICINAS DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA CONTRIBUIÇÕES AO PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS DO PLANO BÁSICO AMBIENTAL - PB: EDUCAÇÃO AMBIENTAL E COMUNICAÇÃO E INTERAÇÃO SOCIAL (Comunidades de Pesca da Área de Entorno do Empreendimento - AEE)				
Nº	Nome do Participante	Empresa/Orgão/Associação	Localidade	Assinatura
1	AILAN JURANDY DE OLIVEIRA SOUSA	DIRETOR	COLÔNIA Z-34	
2	ALDICERMIR DUARTE	LIDERANÇA COMUNITÁRIA (COESO)	ILHÉUS	
3	ANTONIO CARLOS NASCIMENTO SILVA	PESCADOR - BARQUEIRO	ILHÉUS	Antonio Carlos Nascimento Silva
4	ANTONIO JOSÉ DE FREITAS	PESCADOR	PONTA DO RAMO	Antonio Jose de Freitas
6	ARLETE DE JESU SILVA	MARISQUEIRA	COLÔNIA Z-19	
7	CARLOS ODILON MENDES	PROJETISTA	COLÔNIA Z-34	
8	CRISTIANE DE JESUS CONCEIÇÃO	MARISQUEIRA (APESMAR)	SÃO MIGUEL	Cristiane de Jesus Conceição
9	DANIELA SANTOS PORTO	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	PÉ DE SERRA	Daniela Santos Porto
10	DULCIENE COSTA SANTOS	PRESIDENTE APESMAR	SÃO MIGUEL	Dulciene C Santos
11	EDNALDO SOUZA PORTO	PESCADOR	COLÔNIA Z-19	Edinaldo Souza Porto
12	EVAN ALVES	LIDERANÇA COMUNITÁRIA	CARIBEIRA	
13	FABIANA REGINA DA SILVA	PRESIDENTE ASSOCIAÇÃO	PONTA DA TULHA	Fabiana Regina da Silva
14	FERNANDA GUIMARÃES	PESQUISADORA	UESC/ BAMIN	
15	FREDERICO ANGELO PESSOA	COORDENADOR PEDAGÓGICO - CEEP	ILHÉUS	Frederico Angelo Pessoa
16	GILBERTO SOUZA	PESCADOR	COLÔNIA Z-19	
17	GISELE NASCIMENTO (GISELLA)	MARISQUEIRA	COLÔNIA Z-19	Giselle N da Hora Santos

			Empreendimento	Pág.
LISTA DE PRESENÇA			PORTO SUL	
Data: 01 / 11 / 2013		Horário / Período:	Local: Auditório Hotel Barravento - Ilhéus/BA	
OFICINAS DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA CONTRIBUIÇÕES AO PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS DO PLANO BÁSICO AMBIENTAL - PB: EDUCAÇÃO AMBIENTAL E COMUNICAÇÃO E INTERAÇÃO SOCIAL (Comunidades de Pesca da Área de Entorno do Empreendimento - AEE)				
Nº	Nome do Participante	Empresa/Órgão/Associação	Localidade	Assinatura
18	RILÁRIO DOS SANTOS	LIDERANÇA COMUNITÁRIA/ COESO	PONTA DA TULHA	
19	ILMARA MATOS	MARISQUEIRA	COLÔNIA Z-19	<i>Ilmara Il. dos Santos</i>
20	IVONETE BRASIL	PRESIDENTE ASSOCIAÇÃO	VALÃO	<i>Ivonete Brasil</i>
21	JAILSON TELES	DIRETOR (CEEP)	ILHÉUS	
22	JANILTON MORAES	ASSOCIAÇÃO DOS VETERANOS	PONTA DA TULHA	
23	JOÃO LEONIDIO DOS SANTOS FILHO	PESCADOR - Z-34	LAGOA ENCANTADA	<i>João Leonidio dos Santos</i>
24	JOÃO SILVA MENDES	PESCADOR	COLÔNIA Z-19	
25	JONILSON DE SOUZA SILVA	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	PONTA DA TULHA	<i>Jonilson de Souza Silva</i>
26	JOILTON LESSA MACHADO	PRESIDENTE ACAPE	ILHÉUS	<i>Joilton Lessa Machado</i>
27	JOSÉ LEONARDO OLIVEIRA	PRESIDENTE	COLÔNIA Z-19	<i>Jose Leonardo Oliveira</i>
28	JUSSIARA LOPES DE ALMEIDA	BIÓLOGA - CEEP	ILHÉUS	
29	LUCIANA SILVA DOS SANTOS	ENGENHEIRA DE PESCA	BAHIA PESCA - ILHÉUS	
30	MANOEL DE SANTOS MONTEIRO DE SANTOS	PESCADOR	PONTA DO RAMO	<i>Manoel Monteiro de Santos</i>
31	MARCELÓ JESUS OLIVEIRA	ADMINISTRADOR MUNICIPAL	LAGOA ENCANTADA	<i>Marcelo Jesus Oliveira</i>
32	MARIA RAJMUNDA DE JESUS	MARISQUEIRA (APESMAR)	SÃO MIGUEL	<i>Maria Rajmunda de Jesus</i>
33	MARIA NILDA GUILHERME SANTANA	PESCADORA	VILA IBERANA	<i>Maria Nilda S. Santana</i>

			LISTA DE PRESENÇA		Empreendimento	Página
Data: 01 / 11 / 2013			Horário / Período:	Local:	PORTO SUL	
Auditório Hotel Barravento - Ilhéus/BA						
OFICINAS DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA CONTRIBUIÇÕES AO PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS DO PLANO BÁSICO AMBIENTAL - PB EDUCAÇÃO AMBIENTAL E COMUNICAÇÃO E INTERAÇÃO SOCIAL (Comunidades de Pesca da Área de Entorno do Empreendimento - AEE)						
Nº	Nome do Participante	Empresa/Órgão/Associação	Localidade	Assinatura		
34	MARIA RUBINA SANTOS REIS	MARISQUEIRA				
35	MARIA SENHORA CONCEIÇÃO SÁ	PESCADORA - Z-34	ILHÉUS	<i>Maria Senhora Conceição Sá</i>		
36	MARIA VITÓRIA DE AZEVEDO	PESCADORA - Z34	ILHÉUS	<i>Maria Vitória de Azevedo</i>		
37	NATANAEL (VERA)	LIDERANÇA COMUNITÁRIA	URUCUTUCA			
38	NELSON SOARES OLIVEIRA	LIDERANÇA COMUNITÁRIA	SAMBAITUBA	<i>Nelson Soares Oliveira</i>		
39	NILTON DORTAS MONTAGIL	GERENTE GERAL - BAHIA PESCA	ILHÉUS	<i>Nilton DORTAS MONTAGIL</i>		
40	PAULO ROBERTO VALETE CHARLES	PESCADOR	COLÔNIA Z-19	<i>Paulo Roberto Valette Charles</i>		
41	PEDRO ARAGÃO MOTA	CHEFE DE PESCA/ BARQUEIRO (SEAP)	ILHÉUS	<i>Pedro Aragão Mota</i>		
42	RAIMUNDA PEREIRA DA CRUZ	MARISQUEIRA	COLÔNIA Z-19			
43	RAIMUNDO NERY SANTIAGO	PESCADOR - Z-34	ILHÉUS	<i>Raimundo Nery Santiago</i>		
44	ROGER F. ROSSI	TÉCNICO DE PESCA (BAHIA PESCA)	ILHÉUS	<i>Roger F. Rossi</i>		
45	REINALDO OLIVEIRA DOS SANTOS	PRÉSIDENTE	COLÔNIA Z-34	<i>Reinaldo Oliveira dos Santos</i>		
46	RUTE OLIVEIRA	MARISQUEIRA	COLÔNIA Z-19			
47	SAMUEL KRUSCHEWSKY	PROJETISTA	COLÔNIA Z-34	<i>Samuel Kruschewsky</i>		
48	SERGIO PEREIRA SANTANA	PESCADOR	COLÔNIA Z-19	<i>Sergio Pereira Santana</i>		
49	SIDNEI JOÃO BATISTA	MEMBRO DIRETORIA ACAPE / <i>Associação de Pesca</i>	ILHÉUS	<i>Sidnei João Batista</i>		

				Empreendimento	Página
<h2 style="text-align: center;">LISTA DE PRESENÇA</h2>				PORTO SUL	
Data: 01 / 11 / 2013		Horário / Período:	Local: Auditório Hotel Barravento - Ilhéus/BA		
OFICINAS DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA CONTRIBUIÇÕES AO PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS DO PLANO BÁSICO AMBIENTAL - PB/ EDUCAÇÃO AMBIENTAL E COMUNICAÇÃO E INTERAÇÃO SOCIAL (Comunidades de Pesca da Área de Entorno do Empreendimento - AEE)					
Nº	Nome do Participante	Empresa/Órgão/Associação	Localidade	Assinatura	
50	TELMA NASCIMENTO	LIDERANÇA COMUNITÁRIA	VILA OLÍMPIO		
51	VITÓRIO JESUS CORREIA	PESCADOR - Z-34	ILHÉUS	<i>Vitório Jesus Correia</i>	
52	ELIENETE GOMES	ETHOS-HUMANUS CONSULTORIAS	SALVADOR	<i>Elienetes Gomes</i>	
53	JOSÉ CARLOS BEZERRA Jr.	ETHOS-HUMANUS CONSULTORIAS	SALVADOR	<i>Jose Carlos Bezerra Jr.</i>	
54	LAVÍNIA BOMSUCCESSO	ETHOS-HUMANUS CONSULTORIAS	SALVADOR	<i>Lavinia Bom Sucesso</i>	
55	LUCAS GOES	ETHOS-HUMANUS CONSULTORIAS	SALVADOR	<i>Lucas Goes</i>	
56	VANIA HELENA DALPIZZOL	ETHOS-HUMANUS CONSULTORIAS	SALVADOR	<i>Vania Helena Dalpizzol</i>	
57	ROSEANE PALAVIZINI	ETHOS-HUMANUS CONSULTORIAS	SALVADOR	<i>Roseane Palavizini</i>	
58	<i>Edivaldo Galvão de Souza</i>	<i>Woradeca Consultoria</i>	<i>Fonseca de Souza</i>	<i>Edivaldo Galvão de Souza</i>	
59	ANTON JESUS BEZERRA	LIDERANÇA COMUNITÁRIA	RETIRO	<i>Anton Jesus Bezerra</i>	
60	<i>Geandete da R.</i>	<i>Pa A da Tiba</i>	<i>Pa A da Tiba</i>	<i>Geandete da R.</i>	
61	DIVANILDO SANTOS DE SOUZA	<i>Calémia 2 13/Brumun</i>	<i>RIO DO PESQUEIRO - Z-39</i>	<i>Divanildo Santos de Souza</i>	
62	EDUEI ANDRADE DO SILVA	<i>ADMINISTRADORA - ZONA ESCOLA</i> <i>GRUPO ESCOLA DE CAMPO</i>	ILHÉUS	<i>Eduei Andrade do Silva</i>	
63	AIRAN ALVES CARAPIA	MAMOA LIBERANCA	ILHÉUS - MAMOA	<i>Airan Alves Carapia</i>	
64	MARIA DA PAIXÃO	LAGOA ENCANTADA	ILHÉUS	<i>Maria da Paixão</i>	
65	JOSÉ RAFAEL DOS SANTOS	PESCADOR - Z-34	LAGOA ENCANTADA	<i>Jose Rafael dos Santos</i>	

				Empreendimento	Página
LISTA DE PRESENÇA				PORTO SUL	
Data: 01 / 11 / 2013		Horário / Período:	Local: Auditório Hotel Barravento - Ilhéus/BA		
OFICINAS DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA CONTRIBUIÇÕES AO PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS DO PLANO BÁSICO AMBIENTAL - PBA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E COMUNICAÇÃO E INTERAÇÃO SOCIAL (Comunidades de Pesca da Área de Entorno do Empreendimento - AEE)					
Nº	Nome do Participante	Empresa/Órgão/Associação	Localidade	Assinatura	
1	JOÃO BATISTA CONCEIÇÃO	LIDERANÇA COMUNITÁRIA	RIBEIRA DOS PEDRA	Presente (não assinou)	
2	EDSON COSTA PINHO	COLÔNIA 2-19/PESQUEIRO	IGUAPE	Edson Costa Pinto	
3	VALDELICE MARIA DOS SANTOS	Assoc. Pescadores da Serra	PASSINANTE SERRA DE	Valdelice Maria dos Santos	
4	TIAGO SEBASTIÃO DE ARAUJO	Assoc. Pescadores da Serra	SERRA GRANDE	Tiago Sebastião de Araújo	
5	ELENILVA SANTOS PEREIRA	COLÔNIA 2-19 - MARISQUEIRO	ILHÉUS	Elenilva Santos Pereira	
6	MARIZA DE SOUZA ARAUJO	Colônia 2-19	marisqueiro/Ilhéus	Mariza de Souza Araújo	
7	CLOVES CENQUINHOS DOS SANTOS	LIDERANÇA COMUNITÁRIA	PARRUSO	Claves Cenquinhos dos Santos	
8	MARIA AUXILIADORA LOBAS	HYDROS	SALVADOR	Maria Auxiliadora Lobas	
9	ANANDA MARSON SILVA	BAMIN	Ilhéus	Ananda Marson Silva	
10	José de Santa R	BAMIN	Ilhéus	José de Santa R	
11					
12					
13					
14					
15					

4) Certificado Entregue aos Participantes da Oficina



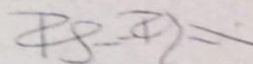
Plano Básico Ambiental - PBA do Empreendimento Porto Sul
Oficinas de Planejamento Estratégico Interativo para Subsidiar a Elaboração dos Programas Socioambientais

*Oficina de Educação Ambiental e Comunicação e Interação Social
Comunidades de Pesca da Área do Entorno de Empreendimento*

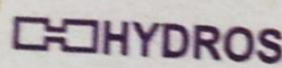
CERTIFICADO

Certificamos que Sandra Marli S. Argôlo participou da Oficina de Educação Ambiental e Comunicação e Interação Social - Comunidades de Pesca Área de Entorno do Empreendimento - Plano Básico Ambiental (PBA) Empreendimento Porto Sul, com carga horária de 8 horas, realizada em Ilhéus, no dia 1º de novembro de 2013.

Ilhéus, 1º de novembro de 2013.



ROSZANE PALAVIZINI
COORDENADORA TÉCNICA





ETHOS-HUMANUS
c o n s u l t o r i a s

Anexo 2 - Cadastro Técnico Federal – CTF IBAMA



Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis



CADASTRO TÉCNICO FEDERAL
CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR

Registro n.º	Data da Consulta:	CR emitido em:	CR válido até:
298938	25/03/2014	25/03/2014	25/06/2014

Dados Básicos:

CPF: 391.591.080-53
Nome: Lucia de Fatima Socoowski de Anello

Endereço:

Logradouro: Rua Arroio Grande, 160
N.º: Complemento:
Bairro: cassino Município: RIO GRANDE
CEP: 96206-050 UF: RS

Atividades de Defesa Ambiental:

Categoria:

Código	Descrição
1	5001 - Consultor Técnico Ambiental - Classe 5.0

Atividade:

Código	Descrição
1	10 - Auditoria Ambiental
2	5 - Educação Ambiental
3	11 - Gestão Ambiental

Conforme dados disponíveis na presente data, CERTIFICA-SE que a pessoa jurídica está em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas sob controle e fiscalização do Ibama.

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF não desobriga a pessoa inscrita de obter licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarar e demais documentos exigíveis por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício de suas atividades.

O Certificado de Regularidade não habilita o transporte e produtos e subprodutos florestais e faunísticos.

O Certificado de Regularidade tem validade de três meses, a contar da data de sua emissão.

Chave de autenticação	<i>sznv.vj1w.137k.l9jn</i>
-----------------------	----------------------------